

**Maria Silvia Gomes Nogueira**

**Tecendo fios entre o discurso e a prática:  
o significado de ONG para seus profissionais**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em  
Psicologia Social - PUC/SP**

**São Paulo**

**2005**

**Maria Silvia Gomes Nogueira**

**Tecendo fios entre o discurso e a prática:  
o significado de ONG para seus profissionais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação do prof. Dr. Sergio Ozella.

**Programa de Estudos Pós-Graduados em  
Psicologia Social - PUC/SP**

**São Paulo  
2005**

**Banca Examinadora**

---

---

---

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Local e data: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos:**

*Primeiramente agradeço à minha família por me ajudar a tornar este trabalho possível, estimulando-me nos momentos difíceis, apoiando-me com respeito e compreensão, cada um ao seu modo. Agradeço imensamente aos meus avós, Vera e Dionísio, ao meu pai Roberto Nogueira, à minha mãe Tânia Berni e aos seus companheiros, Deise e Paulo;*

*Aos meus amados irmãos Beatriz, Tânia, Beto, Marcella e Vitória;*

*Agradeço aos professores de Pós Graduação da Psicologia Social, particularmente ao Prof Dr. Sérgio Ozella, meu orientador, cuja paciência, sugestões e críticas foram fundamentais para a construção deste trabalho;*

*Aos professores Dr. Antônio da Costa Ciampa e Dra. Joana Coutinho, pelo aceite ao meu convite em comporem a banca examinadora, contribuindo com importantes propostas e sugestões.*

*Agradeço aos meus amigos da Aldeia de Maberu, em especial à Halu Gamashi, pelos infundáveis - e inigualáveis - ensinamentos;*

*A **todos** os meus amigos pelo interesse, apoio e compreensão frente às inúmeras ausências;*

*Ao meu cunhado André Pereira pelo apoio e compreensão proporcionados pela convivência;*

*Aos colegas do programa de Psicologia Social da PUC/SP, aos alunos do núcleo de adolescência e ao florescimento de novas amizades, em particular à Denise Figueiredo pelo grande apoio e cumplicidade;*

*Aos profissionais de ONGs que participaram desta pesquisa com tanta disposição, colaborando efetivamente para a construção deste trabalho;*

*Ao CNPq pela Bolsa de Estudos concedida, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível;*

*Fundamentalmente, aos meninos e meninas que conheci pelas ruas por me permitirem vê-los meninos e meninas, por tantos aprendizados que geraram muitos frutos... dentre eles, a decisão de retornar à universidade e realizar esta pesquisa.*

*A física e a astronomia contemporâneas nos revelam a grandeza do universo em que habitamos e, ao mesmo tempo, a grandeza do micro-universo existente em uma rosa. Uma pequena rosa, por assim dizer, apresenta um universo inteiro em seu interior – com todas as nuances e mistérios da vida. E qual o sentido da rosa, de ser rosa? A rosa não requer sabê-lo. Somente em um universo de relações que pouco têm a dizer ou construir se faz necessário recorrer à busca dos sentidos e significados que o regem. Pois se há sentido, quem estaria a sua procura?*

*Silvia Nogueira*

## RESUMO

Esta pesquisa apresentou como ponto de partida questões concernentes às intervenções sociais realizadas com meninos e meninas que vivem em situação de rua. A situação de exclusão vivenciada por esta população, levou-nos a refletir sobre os diferentes atores sociais que interferem nesta dinâmica. Dentre eles, atentamo-nos às práticas das Organizações Não Governamentais (ONGs) fundadas a partir de 1990. Transitamos pelo significado de ONG, seu discurso e propostas junto às crianças e jovens, a partir do olhar de seus profissionais. Atualmente a sigla ONG pouco revela, recheia-se de ambigüidade. São inúmeras as instituições que se auto-intitulam não governamentais, apresentado propostas muito diversas e, inclusive, antagônicas. Ao se instituírem como personalidade jurídica, as ONGs adotam uma política de parcerias com o Estado e/ou empresas do setor privado lucrativo. Algumas delas procuram desenvolver um trabalho de assessoria junto aos movimentos populares; outras desenvolvem um perfil de filantropia empresarial e se integram no bojo das relações sociais alinhadas com a proposta neoliberal de reestruturação do capitalismo, em detrimento da formação política. Ao procurarmos compreender a consistência entre o discurso e a prática destas ONGs - aqui chamadas de ONGs empresariais - percebemos seu entretecimento a partir de um modelo fechado de gestão do conhecimento. Procura-se controlar e gerir o conhecimento, impedindo-se o livre fluxo das idéias, a razão livre, o pensamento criador e dialético. A tentativa de controle do conhecimento limita o entendimento das contradições e complexidades da realidade social, resultando em atitudes que geram o distanciamento do jovem e causando sofrimento para o profissional. As empresas e ONGs empresariais incorporam o discurso socialista destituindo-lhe a história, limitando-o a uma franquia de conceitos. Assim a crítica se uniformiza, torna-se homogênea perdendo-se entre a “falácia” e as ações institucionais.

**Palavras-chave:** Meninos(as) de rua; ONG e seus significados; franquia de conceitos; pensamento dialético; sofrimento profissional.

## ABSTRACT

This research firstly introduced problems associated with social interventions that concerned the street children. The situation of exclusion this population undergoes took us to consider the different social actors that interfere into this reality. As a second step, we focused on the practices held by Non-Governmental Organizations (NGOs) founded during the 1990s, as we heard their professionals. Therefore we unveiled the meanings suggested by the term NGO, considering both the speeches and proposals which regarded the children and the Young. Nowadays the term NGO doesn't reveal much about these organizations. It sounds confusing and ambiguous. There are many institutions which call themselves non-governmental. Not only do they hold different proposals, but they also sound controversial. As the NGOs settle themselves as legal institutions, they maintain partnership policies with the Estate and/or private enterprises. Some NGOs focus their work on counselling popular movements; some others enact the profile of business philanthropy, as they join the social context aligned with the neoliberal project under the logic of capitalism – to the detriment of a political background. As we attempt for the consistency between the speeches and practices held by the NGOs conjoined to enterprises, we notice the unveiling of a self-centered model of knowledge management. There is a need for controlling knowledge and it forbides the flowing of ideas, the freedom of thought in its creative and dialectic flux. The attempt for controlling knowledge imposes a limit for understanding the contradictions and complexities upraised from social relations. As a result, the professionals suffer, the projects drawn for the benefit of the Young keep them further and further from the institutions. As some enterprises and NGOs incorporate the socialist speech, they disregard history and delimit the speech into a franchise of concepts. Hence, critics are expressed into a homogeneous shape and loses coherence between the institutional practices and its proposals.

**Key-words:** Street children; NGO and its meanings; franchise of concepts; dialectic thought; professional suffering.

## Índice

Metáfora de introdução.....	11
À guisa de apresentação.....	13
<b>I – Desdobrando fios: meninos e meninas de rua.....</b>	<b>24</b>
<b>II – Mais um novelo: as Organizações Não Governamentais</b>	
2.1 – Contexto em que surgem as ONGs no Brasil.....	33
2.2 – Os novos atores da sociedade civil.....	29
2.3 – As ONGs e o sistema capitalista na década de 1990.....	41
<b>III – Referencial teórico</b>	
3.1 – Breve sobre a psicologia Sócio-Histórica.....	45
3.1.1 – <b>Das idéias:</b> o pensamento a motivá-las.....	52
3.1.2 – <b>Dos cristais:</b> ontogênese do pensamento.....	59
3.1.3 – Motivações em fluxo: sentidos e significados na dinâmica do pensar.....	66
3.2 – Pressupostos Metodológicos.....	73
3.2.1 – Do instrumento.....	76
3.2.2 – Dos procedimentos.....	77

## **IV – Construindo o significado de ONGs**

4.1 – Panorama geral em que surgem as ONGs no Brasil.....80

4.2 – Núcleos de significação.....84

**V – Considerações Finais.....117**

**Referencias Bibliográficas.....121**

**Anexos:** Transcrição do grupo focal

## Metáfora de introdução

“... entender um pouco as metáforas equivale a compreender um pouco mais a respeito do intrincado e misterioso terreno que é o funcionamento da mente humana” (Souza, 2003).

As metáforas comunicam para além do significado das palavras, apresentam um grande poder de abstração. Irrompem pela morfologia dos significados ao construir imagens que ampliam seu universo. Tecem com palavras a grandeza da comunicação imagética: ao mesmo tempo, as palavras faltam e estão todas ali presentes, transmitindo um amplo enredo, repleto de caminhos, compreensões, significados... As metáforas detêm a arte de fazer chover sentidos pelos liames dos significados coletivos. Tratam de algo intrigante para, cientificamente, reconhecermos a legitimidade, mas eu peço licença. Peço licença para mergulhar na concreta analogia dos fatos abstratos e metafóricos. Advirto não procurar enlevar metáforas à transcendência tornando-as intangíveis. Quero fazê-las caber no concreto e as utilizo comprometida com o sutil mecanismo de seu funcionamento: concreto e factual.

Estou aqui a tecer fios de palavras com a intenção apaixonada de mergulhar no universo das ruas, com seus educadores de ruas e organizações não-governamentais. Posto isso, iniciarei a presente pesquisa com uma breve apresentação em metáfora.

A metáfora preponderante no presente estudo cria uma linha de argumentação ao “tecer fios”. E por que tecer fios? Conta-nos certo mito (Civita, 1976) que Teseu deixara o labirinto de Cnossos, onde enfrentara um Minotauro, guiando-se pelo fio de novelo a ele ofertado pelas mãos da princesa Ariadne. Deste modo, livrara os atenienses de um trágico castigo pós-guerra, que consistia no sacrifício de vidas humanas para aplacar a fome do faminto Minotauro.

Derrotar o Minotauro, contudo, não era a pior das tarefas. Havia ainda a difícil missão de suceder em sair do gigantesco labirinto arquitetado por

Dédalo, um artista, que o construiu sem liberdade ou paixão. Estava “preso” a interesses políticos, a interesses estatais. Construiu-o, pois, para guardar os tesouros pessoais de outrem – de um tal rei cretense chamado Minos:

“O labirinto (...) é a mente do gênio escravizado, que cria segundo as exigências de seus dominadores, abandonando o motivo básico de sua inspiração” (Civita, 1976: 498).

Encontrar tesouros pessoais e derrotar um monstro coletivo não era tudo. Teseu precisaria encontrar a saída do labirinto. Como retornar? Para voltar ao convívio dos seus o herói precisou do auxílio de Ariadne. Foi este fio condutor que o ajudou em seu caminho de volta. Porém Teseu tinha motivos suficientes para buscar retornar. Ele já havia cumprido sua tarefa: derrotara o Minotauro. Caso não o fizesse, continuaria na trama do labirinto. Assim reza a história...

Este mito é aqui brevemente pincelado, pois o foco desta pesquisa convida o leitor a adentrar ruas e becos de um complexo labirinto social, a começar pela situação de meninos e meninas que vivem pelas ruas desta megalópole. Inicialmente, comentaremos a respeito da experiência de alguns jovens que, decididos a não mais viverem pelas ruas, esboçaram projetos de vida e foram em busca de sua realização. A cada esquina, a cada beco, em cada travessa transformaram mitos e romperam tabus, “encontraram saídas”, reviram recalcados signos que estagnam significados e esvaziam sentidos nas formas de estabelecer e construir as relações em sociedade.

Ariadne e seu fio, metaforicamente, vislumbram a ponta de um laborioso tear, onde fios e costuras se combinam e formam um produto final. Estas infindáveis combinações de fios e costuras apontam caminhos, porém nem sempre para fora das ruas. No presente estudo, conduzem-nos ao lócus

principal da “sociedade civil organizada”<sup>1</sup> na década de 1990: as organizações não governamentais (ONGs) que atuam no “terceiro setor”<sup>2</sup>.

### **À guisa de apresentação**

“O que nos fascina nesse processo (de exclusão e vida nas ruas) é a garra que mostram (os meninos em situação de rua) para continuar vivos, as estratégias que desenvolvem para se proteger da gratuitidade da violência e das situações de violação de direitos que vivem nas ruas, reinventando-se a cada momento para denunciar à sociedade sua perversa lógica de ter medo da pobreza que ela mesmo cria” (Calil, 2001:55).

Ao longo de aproximadamente dois anos (2000 - 2001), realizei um trabalho em conjunto com uma equipe multidisciplinar com crianças e adolescentes que utilizavam as ruas do centro antigo de São Paulo como espaço de sobrevivência. Entre artistas plásticos, psicólogos, assistentes e cientistas sociais, atuávamos todos como educadores sociais de uma Organização Não Governamental (ONG). Esta organização atuava no chamado “terceiro setor” e apresentava como missão, resumidamente, a tarefa de fazer com que a criança ou o adolescente deixasse de viver das/nas<sup>3</sup> ruas e

---

<sup>1</sup> A expressão “sociedade civil organizada” está redigida entre aspas, pois entendemos que, ao se auto-denominarem como tal, as ONGs defendem seus interesses no âmbito social, considerando-os partilhados coletivamente.

<sup>2</sup> Devido a abrangência do termo “terceiro setor”, optamos, neste trabalho, por redigi-lo sempre entre aspas. Entendemo-lo um conceito ideológico e endogenista, cuja função resulta em encobrir e desarticular o real, perdendo a perspectiva dos fenômenos sociais amplos que o implicam (Montaño, 2002); a este respeito, comentaremos adiante.

<sup>3</sup> Segundo Calil (2000), o primeiro diagnóstico realizado sobre o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua no centro antigo de São Paulo aglutinou-os em categorias, dentre as quais vale citar: (1) meninos(as) de rua: ocupam o espaço público como moradia e se

regressasse à sua comunidade de origem. Posteriormente, e se possível, procurava-se restabelecer vínculos com os familiares destas crianças e adolescentes.

Para se concretizar a principal das proposições formulada pelo projeto, procurava-se despertar o desejo dos meninos e meninas, conscientizando-os de suas reais possibilidades de escolha, estimulando-os a esboçar projetos de vida viáveis para que pudessem, de fato, realizá-los fora das ruas.

Assim não somente incitava-se a reflexão sobre os quereres e necessidades dos (das) jovens, porém se analisava o contexto circunstancial e social em que se encontravam, procurando entrever possibilidades objetivas e subjetivas inerentes a esta decisão. Para tanto, intervinha-se diariamente com eles(as) através da realização de uma infinidade de atividades, fulgurando o início de um processo de vinculação, que, após grande investimento, poderia vingar no florescimento da vontade de viver em outros espaços.

Esperava-se pelo momento em que a criança manifestasse o desejo de transformar seu caminho e escolher por trilhá-lo para fora das ruas. A partir daí, iniciava-se ardiloso e infeliz embate, buscando mediar seus quereres com as possibilidades concretas para que participassem do convívio em sociedade de uma nova maneira<sup>4</sup>.

Iniciar um *processo de inclusão*, revelou-se tarefa rara - análoga, neste sentido, à idéia preponderante na passagem de Teseu pelo labirinto de Cnossos após derrotar imbatível Minotauro, cuja descrição se encontra no início deste trabalho. Como tecer este fio condutor para fora do labirinto? Quais os caminhos a serem conquistados tornando possível a passagem para fora das ruas? Poucos foram os(as) meninos(as) a sustentar tal tarefa, pois não bastava desejá-la. Para sair das ruas, não bastava querer; para querer, não bastava fazer; para fazer, não bastava ser... ser criança. Não bastou nenhum

---

encontram desacompanhados de um adulto responsável, envolvendo-se em várias atividades de sobrevivência; (2) meninos(as) nas ruas: vêm às ruas do centro em companhia de pares ou desacompanhados de adultos para obtenção de dinheiro.

<sup>4</sup> Sincronizar direitos e circunstâncias se revelou trabalhosa tarefa, posto que, a princípio, não possuíam local seguro para se abrigarem, nem apoio familiar, ou recursos financeiros, embora fossem sujeitos de direitos inalienáveis e garantidos por lei.

direito fundamental, nem junto às instituições, nem junto às varas da infância e da adolescência, ou às organizações formais de ensino, aos abrigos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), todos os cidadãos têm o direito de ser. E, apesar de acreditar no “ter sido fluido” de certo poeta, ser não é apenas “ser sendo”... Ou ainda: ser sendo implica em ir tecendo, conjeturando, moldando, confeccionando a si mesmo e ao mundo em redor num constante movimento trançado em dialética.

Esses(as) meninos(as), uma vez desejosos de deixarem as ruas como espaço de sobrevivência e se inserirem nos mecanismos dominantes e controladores de nosso mundo liberal branco e burguês, ingressariam no mundo das oportunidades de maneira, via de regra, perversa. À luz dos comentários de Sawaia (2002:08):

“A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética exclusão/inclusão”.

Assim, nesta pesquisa, o processo de inclusão é compreendido em sua dialética exclusão/inclusão. Este processo não engendra num acontecimento único, congelado no curso de uma história linear. Deixar as ruas enquanto espaço de sobrevivência se trata, em primeira e última instância, de uma construção. Uma construção que se constitui no plano da intersubjetividade pessoal e coletiva, constituindo os sentidos e significados das ações e vivências destes (as) meninos (as).

Instituíam-se, portanto, o preâmbulo de um trabalho de articulação constante entre as dimensões objetivas e subjetivas desta realidade, procurando concretizar as leis de proteção e defesa em favor destas crianças e jovens. Buscava-se sobrepujar signos e significados recalcados na realidade subjetiva social, que os marginaliza e os abstém de seus direitos. Esforçava-se,

afinal, para que tivessem seus direitos minimamente respeitados enquanto sujeitos beneficiários da doutrina de proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A,1990), entendidos como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e contribuindo para a superação da visão criminalizante de pobreza. Porém era tal a dificuldade em lhes garantir alguns de seus fundamentais direitos, inclusive junto às instituições e aos órgãos de defesa que deveriam lhes assegurar. Assim sendo, poucos eram os meninos e meninas que conseguiam atravessar esta margem social.

Diante da situação de pobreza, abandono, falta de apoio social e familiar, distanciamento dos estabelecimentos formais de ensino e outros inúmeros conflitos, poucos eram os jovens que reinventavam seus caminhos para fora das ruas – que conseguiam sair do labirinto. Como bem notara Calil (2001), a vulnerabilidade vivenciada por cada um desses jovens implica na constituição de uma subjetividade identificada com o ser menino de rua. A autora desenvolve sua linha argumentativa afirmando que:

“Para superar o enfoque reducionista de ‘meninos de rua’ é preciso transformar o imaginário social, através da desconstrução dos significados sociais, que vêm sendo, ao longo da história, atribuídos a estas crianças e adolescentes, de forma a possibilitar a construção de novos sujeitos. E a desconstrução destes significados passa necessariamente pela compreensão mais profunda não apenas das causas externas que ‘expulsam’ crianças e adolescentes para as ruas, mas principalmente do processo de constituição de sua subjetividade, que se dá a partir da internalização destes significados sociais e de sua transformação em sentidos subjetivos” (2001:16).

Sair das ruas, deste modo, implica uma constante construção de valores que propiciarão a constituição da subjetividade a partir dos significados coletivos mediados e dos sentidos atribuídos pelos sujeitos durante o processo de inclusão<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Os termos: sentidos, significados e subjetividade, são utilizados de acordo com as concepções da Psicologia Sócio-histórica enunciadas por Ozella, Bock at alli e serão

Nesta perspectiva, a proposta e perseguição de projetos de vida realizados pelos meninos e meninas, quando decididos a não mais sobreviverem das ruas, configura um conjunto de realizações imbuídas de ressonância interna. Os sentidos constituídos subjetiva e diariamente por eles quando em seus projetos de inclusão social, bem como os significados que despertaram sua constituição, mobilizaram a pesquisa inicial do presente estudo. Em seu desenrolar, entretanto, os tantos becos encontrados no interior deste verdadeiro labirinto que configura a situação de exclusão, conduziram-me a focar a pesquisa nas propostas das organizações que atuam diretamente com esses meninos e meninas.

Decidi, por fim, focá-la junto aos profissionais das ONGs<sup>6</sup> que lidam diretamente com as crianças e jovens. A decisão derradeira é decorrente de minha experiência profissional e da presente pesquisa. Algumas das teses consultadas acusavam haver discrepância entre as leis formuladas pelo Estatuto e a prática institucional<sup>7</sup>. Muitas Organizações Não Governamentais estipulam missões e criam seu estatuto interno em conformidade com o E.C.A. Propõem ações, revêem posições e apresentam uma mensuração qualitativa sobre o alcance de seus resultados. Por que, então, havia dissertações que afirmavam não ocorrer de fato a legislação proposta pelo E.C.A? E por que, também, havia pesquisas que apontavam um distanciamento entre a proposta institucional de muitas organizações do “terceiro setor”, sua razão social e o trabalho prático por elas desenvolvido<sup>8</sup>?

Percebi a distância entre o discurso e a prática proposta pelas organizações. Nos entremeios deste labirinto compreendi que o discurso se forma e se renova, torna-se ressonante e exeqüível. Crescente é a dificuldade em contra-argumentar seus pressupostos, pois toda sua elaboração é constituída de maneira plausível e em consonância com as leis. Isto porque,

---

sucintamente apresentados no capítulo que trata do referencial teórico que embasa o presente estudo.

<sup>6</sup> Organizações Não Governamentais.

<sup>7</sup> Calil, 2001; Berzin, 2003; Teixeira, 2001.

<sup>8</sup> Lavallo, 2003; Coutinho, 2004.

uma vez constituintes e constituídas pelo sistema capitalista, as instituições acabam por serem absorvidas pela lógica mercantilista que mantém o nosso sistema. Assim como todos nós, parte deste sistema e constituídos pelas verdades que o mantém, trazemos a relação mercantilista, metaforicamente, em nossas 'veias'; trazemo-la na configuração subjetiva individual e coletiva. Em outras palavras: “morreremos na praia” se não sucumbirmos ao mercado, se não vendermos algo, se não fizermos o *marketing* de nosso trabalho, avaliarmos e provarmos a qualidade de nosso produto.

Em reiteradas oportunidades, advertiu-nos Santos (1997) sobre a inexistência dos espaços neutros dentro do sistema capitalista. O autor atentava para a unidade dos acontecimentos e a cumplicidade das formas no advento de uma sociedade mundial, - desde os primórdios do período capitalista, em meados do século XVI - com suas determinações verificadas em escala internacional comandadas direta ou indiretamente, por forças mundiais. Dizia ele: “*Se existem espaços vazios, já não existem espaços neutros*” (1997:17). Não haveria, portanto, em sua opinião, lugares isentos das conseqüências provenientes das relações mercantilistas. A lógica do sistema capitalista impera e governa, regula e estabelece as inter-relações entre as pessoas e delas com o espaço em todos os âmbitos. Superpõe-se uma influência que permeia, inclusive, os valores e a cultura dos povos, tornando o lucro e a exclusão – dentre outros – dois proeminentes vetores, crescentes e contraditórios.

É neste contexto espacial que a trama das intersubjetividades compõe-se com a materialidade dos fenômenos. E como se estabelece o discurso das ONGs nesta complexa composição? Talvez seja no interior desta trama que este discurso troque as suas roupas, transfigurando-se. Reforma-se, rerepresentando uma nova forma nem sempre acessível. Muitas vezes, a missão institucional “solidária” ao bem comum, recheia-se de apreços, impostos em entrelinhas pelas “necessidades” – não tão necessárias – do sistema capitalista. Cada vez mais, um cem número de instituições é levada a contratar os profissionais intitulados “captadores de recursos”, por exemplo, reorganizando metas e redigindo projetos de acordo com os moldes empresariais para pleitearem apoio financeiro. Perdem-se na conquista de sua missão pela diretriz principal e, preliminarmente, mercadológica, que se refere

à sobrevivência econômica, à garantia de seu espaço. O discurso, por sua vez, reveste-se em estética.

Há termos “corretos” a serem mencionados, há uma orientação pedagógica a seguir etc. Muitos conceitos, neste contexto, acabam se tornando inócuos, receituários do fazer dos projetos sociais, uma moda a ser considerada. Sawaia (2002), afirma que a modernidade usa da afetividade como estratégia e retórica central para legitimação ética, de forma a estetizá-la, encobrando a injustiça social. Segundo suas observações:

“... o perigo em se trabalhar conceitos da moda é que eles podem ser devorados pela lógica instrumental que não distingue idéias, técnicas e pessoas, de tal forma que a intenção em defender a individualidade, a afetividade e o desejo de cada um e do coletivo acaba se tornando argumento legitimador da proposta neoliberal de transferir políticas públicas às mãos da sociedade civil, culpabilizando-a, e de relativizar valores universais, permitindo a defesa e aceitação de coisas eticamente condenáveis” (Sawaia, 2002b :09).

Parece haver uma peculiaridade que compõe o discurso das organizações sociais não governamentais. O fator ético é velado assumindo uma forma quase moral, correta, a qual se objetiva através de sentenças e palavras bem formuladas, teoricamente conceituadas. Torna-se cada vez mais complexo discernir sobre os significados do discurso que embasa as ações. Os conceitos teoricamente construídos garantem sua legitimidade e chegam a criar novos paradigmas em educação, valores, relações humanas etc. Entretanto as situações de exclusão e desigualdade se perpetuam em nosso país. Emprestando o título da obra de Sawaia (2002a) a esse respeito, diria localizarem-se também no bojo das especulações intelectuais “*as artimanhas da exclusão*”. Talvez eu a colorisse com um numeral; diria: “uma infinidade de artimanhas da exclusão”.

Ao realizar pesquisa bibliográfica em relação ao “terceiro setor” e às propostas das organizações não governamentais, percebi não sabermos ao certo a que vieram as ONGs e o que pretendem (Lavallo, 2003). Os

profissionais, incrementando o circunlóquio, perdem-se no interior do enredo, entregam-se a paliativos e à indecisão. Enfrentam situações muito ambíguas e, não raras vezes, não vêem serem realizados os trabalhos que se lhe propuseram a princípio. Deixam-se conformar, concluem não haver soluções diante das inter-relações predominantemente mercantilistas, procurando agir de acordo com o que é possível.

Esta percepção é também decorrente de experiência profissional. Em minhas poucas andanças deparei-me com colegas descontentes em relação aos trabalhos que realizavam em ONGs. As percepções destes colegas têm um ponto comum: muitas vezes, a missão e as propostas institucionais os mobilizam, porém, na prática, não conseguem executar as tarefas que lhe foram propostas a princípio. As críticas recaem sob o ambiente institucional, o qual – em algumas situações – é comparado à empresa mercantilista, que vislumbra o lucro e se esquece da razão primeira de sua existência – de sua razão social.

As ONGs se incumbem de uma missão humanitária e a justificam a partir da elaboração de seus estatutos. Em algumas situações, a legitimidade de suas missões se obscurece – talvez por não se reconhecerem funcionalmente dentro do sistema capitalista, talvez por reconhecerem a inevitável contradição entre a imposição do sistema político-econômico e a razão de sua missão no nível social, ou ainda pelo reconhecimento de seu valor capital-social e conseqüente funcionamento como “empresa social” operante no sistema. Não podemos afirmar se as organizações perdem-se nas ruelas de um labirinto ou não, se respondem à altura da razão social a que se propõem ou não. Tampouco, podemos concebê-las como vítimas ou culpadas nos entremeios deste complexo sistema. Nesta pesquisa procuraremos conhecê-las pela voz dos profissionais que nelas trabalham: saber quem são as organizações não governamentais que atuam na área da infância e da adolescência, o que fazem, quais seus objetivos e como os realizam.

Reconhecemos, a priori, a existência de uma infinidade de ONGs com objetivos e missões muito diversas entre si (e, por vezes, até antagônicas). No atual contexto em que avança o capitalismo, muitas ONGs que prestavam assessoria aos movimentos sociais procuraram se adequar e sobreviver ao sistema político-econômico reafirmando suas missões e ideais. Algumas delas,

conforme afirma Costa (1996), atuaram de forma assertiva para a consolidação da Doutrina de Proteção Integral, desenvolvendo suas concepções e ações, procurando superar o enfoque assistencialista e adotando práticas de participação política, de forma a ampliar suas visões empenhando-se na luta pela defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens no Brasil.

Durante a década de 1990, entretanto, assistimos ao “fenômeno ONG” (expressão cunhada por Coutinho, 2004), caracterizando um “boom” de organizações sem fins lucrativos que adentraram no cenário social e político com propostas muito diversas. Muitas destas organizações estabeleceram-se com o intuito de esboçar intervenções concernentes aos propósitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Infiltraram-se no assim chamado “terceiro setor”, propondo projetos e intervindo nas comunidades com o objetivo de transferir do papel para a práxis as disposições enunciadas pelo E.C.A., assumindo a missão de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes conforme a legislação.

Na medida em que avocam uma missão e elaboram um Estatuto, as organizações sem fins lucrativos assumem esta responsabilidade e esboçam suas propostas. No âmbito das arrojadas propostas educacionais e ações institucionais, notamos uma infinidade de formulações e projetos de intervenção, os quais se revalidam de conceitos os mais contemporâneos, a fim de solucionar problemas de ordem histórica.

Em que medida as organizações não governamentais atuam de modo a realizarem um trabalho de base, dissolvendo desigualdades, fortalecendo o indivíduo para o enfrentamento da dialética inclusão/exclusão e lapidando o caráter em busca da ética e desenvolvimento humanos?

São inúmeras as ONGs e incontáveis as suas ações. Não é possível avaliar o modo como se estruturam cada uma delas, assim como não é possível avaliar o caráter de todas as pessoas de uma nação. Porém surgem as ONGs numa época de contradição e complexidade, nascem em um momento de transição no capitalismo (Coutinho, 2004).

O ritmo das ONGs se estabeleceu junto ao ritmo do capital e compuseram suas músicas. Cada qual ao seu modo, em cada uma, uma melodia, mas e o ritmo? Houve quem cantou prosa, houve quem cantou poema. Houve ONG vinculada à empresa privada e houve ONG vinculada aos

movimentos sociais, a procura de seu lócus de participação política. As ONGs detêm um relevante papel social ao se apresentarem como “sociedade civil organizada” em defesa dos valores comuns e do bem-estar coletivo. Mas e no subtexto, como se estruturam? Pois há ONG de origem empresarial, há ONG originária de movimentos sociais (...) São tantas as ONGs, tantas as origens. Afinal, o que é uma ONG e o que faz? O que faz uma ONG que estabelece seu Estatuto pela promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens brasileiros?

O Estatuto já celebra seus 15 anos de existência e, conforme veremos no capítulo a seguir, inúmeras atrocidades ainda acometem as nossas crianças. À luz dos comentários de Berzin:

“As medidas sócio-educativas propostas pelo E.C.A., que dizem respeito tanto às crianças e adolescentes que têm seus direitos violados, quanto aos que violam o direito de outrem, dificilmente se operacionalizam” (2003:01).

Nota-se uma variedade de inadequações quando das intervenções junto a esse público. Essas mesmas inquietações levaram-me a reavaliar a condução da minha dissertação, uma vez intrigada com a aflição dos profissionais das ONGs que se debatem entre o discurso institucional e o trabalho direto com os meninos e meninas.

No presente, não nos deteremos no discurso institucional propriamente dito, direcionar-nos-emos aos profissionais que atuam diretamente com as crianças e jovens e, outrossim, lidam constantemente com as atribuições institucionais. Deste modo, captaremos o discurso institucional a partir da fala destes profissionais.

A eleição pelo trabalho junto aos profissionais deveu-se, sobretudo, pelo reconhecimento do esforço e dedicação destas pessoas em transformar a realidade, empenhando-se em uma luta que nem sempre condiz com os ideais institucionais a que estão sujeitos. Assim como uma sociedade é composta pela totalidade das relações que nela se entrelaçam em todos os âmbitos, também este fenômeno é observado no interior de qualquer instituição. Há uma soma de complexidades que se retro-alimentam a partir das contradições impostas. Portanto, se há ONG funcionando mediante estreita relação com os

interesses da empresa privada, engrandecendo em visibilidade e lucro, há, também, profissionais nesta organização interessados em realizar a missão institucional – talvez não na forma de um ideal, mas dentro do possível. Vale reiterar aqui que, certamente, encontramos ONGs mais distantes dos ideais mercantilistas, as quais procuram realizar um trabalho efetivo comprometendo-se em transformar a realidade social.

Recapitulando as idéias aqui enunciadas, optamos enveredar pelo seguinte nó:

- (1) No primeiro capítulo conheceremos os(as) meninos(as) de rua, tratando do processo de exclusão/inclusão das crianças e adolescentes pobres;
- (2) No segundo capítulo, conheceremos as ONGs, o momento em que surgem no cenário brasileiro e o lugar que ocupam na lógica do sistema - considerando ambos os planos, subjetivo e objetivo, dialeticamente;
- (3) No terceiro capítulo, apresentaremos reflexões acerca do referencial teórico que embasou esta pesquisa, ocupando-nos com a questão da subjetividade a partir do pensamento e considerando a forma como se constituem as idéias (cristalizadas e servis, ou motivadas pela potência de ação, favorecendo a constituição da razão livre);
- (4) No quarto e último capítulo, trataremos das reflexões formuladas a partir do olhar dos profissionais que trabalham em ONGs fundadas durante a década de 1990. Relevaremos, nesta seção, a construção do significado da sigla ONG, contraposições entre o discurso e a prática institucional, o alcance do trabalho realizado junto às crianças e jovens, detendo-nos, ao final, na questão do sofrimento deste profissional.

## I - Desdobrando fios: meninos e meninas de rua

Para a elaboração deste capítulo, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do histórico de meninos e meninas em situação de rua. O intuito é apresentar um panorama geral que nos aproxime do universo dos sujeitos que, primeiramente, embasaram esta pesquisa, compreendendo minimamente seu contexto, com suas leis, mudanças, histórias.

Os inúmeros episódios descritos na história da infância e adolescência brasileiras alcançam seu apogeu com o advento do E.C.A. em 1990, propondo mudanças paradigmáticas no âmbito do agir e do pensar em relação às nossas crianças.

A história de nossas crianças é também um reflexo da história de nosso país. A criança outrora concebida pelas leis vigentes no Código de Menores, tem cor e origem étnica específica. Não se trata da criança branca, burguesa, antes regularmente protegida pelas leis do Código Civil brasileiro. A criança que impulsionou a reformulação legislativa para a existência do Estatuto hoje vigente, é a criança pobre, geralmente de descendência africana<sup>9</sup>.

Conforme nos recorda Menezes y Moraes (1995), negros e índios foram os primeiros a sofrerem as conseqüências do modelo capitalista de produção. Em nossa nação, o preconceito contra negros e índios foi historicamente diluído (Fonseca Jr, 1995), acontecendo de forma velada. Para este autor, 400 anos de história foram sistematicamente relegados a segundo plano, “*como se fosse lógico fazê-lo sem se correr o risco de uma convulsão social e o desmantelamento da ‘raça’ brasileira. Alforriou-se o escravo e jogaram-no na mendicância...*” (1995:95). Dentre as tantas conseqüências desastrosas em relação à história destas etnias no Brasil, nota-se a presença de meninos e

---

<sup>9</sup> As iniciativas de movimentos sociais (fundamentalmente o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e as ações da Pastoral do Menor) em promoção e defesa dos direitos da criança, que culminaram na elaboração da Doutrina de Proteção Integral, apresentaram como questão central a criança em situação de risco social, a partir do enfoque “meninos e meninas de rua” (Costa, 1996).

meninas vivendo em situação de rua, pobres e, em sua maioria, afro descendentes.

Encontramo-nos no seio de uma nação esplendorosa e rica, porém profundamente marcada pela desigualdade na distribuição de suas riquezas. Segundo dados do mapa da exclusão (Pochmann e Amorin, 2003) realizado em 5,5 mil municípios de todo o país, com o intuito de calcular a qualidade de vida nestas cidades, mais de 25% da população brasileira vive em condições precárias e mais da metade destes municípios apresentam um alto índice de exclusão<sup>10</sup>. Tamanha desigualdade espelha a perversa assimetria social brasileira, onde apenas 10% da população detém o total das riquezas geradas pelo montante da produção nacional. A nação brasileira é berço de desigualdades e disparidades extremas, desencadeando um processo de exclusão ininterrupto, discriminatório e perverso.

Bursztyn (2000) refere-se ao processo de exclusão na modernidade como apartação, uma segregação total capaz de, no futuro, gerar a dessemelhança entre os seres humanos. Para ele, o sistema global produz pessoas “descartáveis” que passam a viver do “descarte” do consumo, como se fossem lixo, vivendo na e da rua; o lixo, em sua opinião, seria o principal meio a intermediar “modernos e excluídos”. Neste processo, o descarte social une-se ao descarte de consumo e vivem um do outro. Tal fenômeno:

“...envolve grupos sociais considerados desnecessários do ponto de vista econômico, incômodos politicamente e perigosos socialmente, o que os torna plausíveis de eliminação física” (Bursztyn, 2000:23).

A elite social que governou o país nestes últimos anos forma uma sociedade à parte, completamente ignorante da realidade vivida pelo restante

---

<sup>10</sup> Para a elaboração do mapa da exclusão, pesquisadores da Unicamp fizeram um índice mais abrangente que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) usado pela ONU, para calcular a qualidade de vida nas cidades. De acordo com o mapa, a exclusão social é caracterizada pela taxa de emprego baixa, desigualdade de renda, baixo número de escolaridade e taxa de homicídio, para indicar a violência do local.

da população brasileira (Fonseca Jr, 1995). No emaranhado deste processo de exclusão vivem milhares de pessoas em situação de risco, cerceadas por um ambiente hostil determinado pelas adversidades da situação de miséria.

Fazem parte desses milhares, inúmeras crianças e jovens pertencentes a camadas desfavorecidas economicamente, engrandecendo o contingente “invisível” de pobreza e miséria (Bursztyn, 2000). Ocupando espaços definidos a partir das desigualdades sociais, essas pessoas não têm acesso aos direitos fundamentais que lhes são garantidos por lei. A esta população não é conferido qualquer poder de decisão ou participação na formulação das leis. As leis operam de modo a manipular e reger a manutenção desta condição.

A falta de perspectivas, sentimento de exclusão e rejeição, contribuem para o esvaecimento dos vínculos familiares e comunitários. Crianças e jovens vítimas desta condição ganham notória visibilidade ao delatarem o histórico processo de exclusão e miséria, quando identificados com alguma prática de risco social, como, por exemplo, quando submetidos à situação de rua, prostituição, prática de delitos etc. Assim, tornam-se objetos da pena, raiva e do dó social.

Apesar de não se tratar de fenômeno recente, a presença de meninos e meninas vivendo pelas ruas aumenta progressivamente e se confunde pelos entremeios do vertiginoso processo de industrialização das grandes cidades (Costa, 1996, Calil, 2001). A densificação populacional nestes centros urbanos resultou no surgimento de bairros periféricos sem qualquer infra-estrutura, os chamados bolsões da pobreza, onde a situação de abandono, exclusão e miséria se agrava. Nesses bairros, crianças e jovens perambulam pelas ruas rotineiramente, porém não chegam a causar incômodo coletivo. Quando circulando em suas vizinhanças, essas crianças são ainda “invisíveis”, escondem a miséria, não ferem a ordem social. Ao migrarem rumo aos centros urbanos, contudo, tornam-se visíveis demais e começam a incomodar as turvas vistas burguesas, gerando impacto de ordem subjetiva. A insegurança ocasionada a partir de tal impacto resulta em sentimentos de ambigüidade “*ora traduzidos em pena, ora atribuindo-lhes o significado de perigo social*” (Calil, 2001:11). Bursztyn chega a conclusões semelhantes em relação ao problema, afirmando ser variada a reação pública: “*vai da omissão à repressão, passando por episódios de caridade*” (2000:20).

Nos centros das cidades, meninas e meninos encontram ofertas das mais variadas, resultantes da cultura consumista construída coletivamente, criando seus mecanismos de subsistência nas ruas. Ali estabelecem suas relações, interferindo no panorama geral da cidade e convivendo com todo tipo de violência e violação de seus direitos. Ficam submetidos às diversas formas de exploração do trabalho infanto-juvenil (mendicância, roubo, prostituição, tráfico de drogas), mantêm-se distantes das instituições formais de ensino, apresentam sérios problemas de saúde, não têm acesso à cultura, ao lazer e ao esporte e são privados de viver plenamente a juventude (Calil, 2001).

A problemática dos menores<sup>11</sup> remonta ao final do século XVIII. Inicialmente, os “menores” chegavam às instituições através das denominadas “Rodas dos Enjeitados”. Em tais locais, seus cuidados eram assumidos sob absoluto anonimato, privando-lhes a possibilidade de qualquer reconstrução da história pessoal (Teixeira, 2001). Posteriormente, o Estado assumiu sua tutela criando reformatórios e institutos correcionais, com o fito de “corrigir os delinquentes e proteger a sociedade” segregando-os em internatos. De acordo com Costa (1996), instaurava-se um ciclo perverso de institucionalização compulsória, iniciando-se com a apreensão, em seguida, triagem, rotulação, deportação e, por fim, o confinamento.

Naquele período, compreendia-se e se tratava dos jovens infratores segundo a legislação estabelecida pelo Código de Menores. Criado em 1927 e reformulado em 1979, este conjunto de leis, enquanto instrumento jurídico, dotava-se de inadequações e se aplicava somente à parcela marginalizada da população. Aos demais, as leis se aplicavam em conformidade com o Código Civil. Como bem notara Teixeira: “*Havia uma marca claramente definida em relação a diferenciação de tratamento em função da classe social*” (2001: 04).

A construção da primeira FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) data de 1964, inaugurando uma mudança paradigmática, na qual o enfoque assistencialista substitui o enfoque correcional-repressivo. Não

---

<sup>11</sup> Termo jurídico em desuso, utilizado em leis anteriores a 1990, que se referia a crianças e adolescentes excluídos em seus direitos de cidadania. Segundo Costa (1996), a palavra “menor” vinha acrescida de adjetivos que qualificavam-na em diversas sub-categorias (por exemplo: menor abandonado, menor carente, menores infratores etc).

obstante, as leis formuladas pelo Código de Menores, de caráter altamente discriminatório e estigmatizante, ainda vigorava.

Na década de 70, surgem alguns movimentos que trazem significativas mudanças para o setor, destacando-se, entre eles, o trabalho realizado pelas Pastorais da Criança e da Juventude – vinculadas à igreja católica. Neste período são criados os primeiros programas preventivos, as Casas de Juventude, Centros de Convivência Infantil, as unidades de Orientação Sócio-Educativa ao Menor (OSEMs), os programas de Semi-Internato, culminado com a fundação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (Calil, 2001).

O termo “meninos(as) de rua” refere-se a um grupo populacional constituído por crianças e jovens excluídos das políticas públicas. Primeiramente mencionado na década de 80, o termo era utilizado para identificar crianças e adolescentes reunidos em espaço público, sem a tutela de um adulto. Segundo Calil (2001), este termo foi construído aos poucos passando a representar uma categoria específica de crianças e adolescentes associados a desordens sociais.

Na época, em substituição ao enfoque “menores”, a denominação “meninos(as) de rua” impulsionou transformações práticas de cunho pedagógico e político-social no interior dos programas de atendimento, engendrando processos de lutas sociais mais amplas (Costa, 1996).

De acordo com as análises de Costa (1996), adotar a expressão meninos e meninas de rua significou mais do que mera descrição de uma categoria. Tratou-se da adoção de uma nova concepção em relação ao problema, rompendo com o processo de institucionalização compulsória até então praticado. A ampliação da visibilidade impulsionou a produção acadêmica sobre a questão da criança e do adolescente e fortaleceu os movimentos de luta social, resultando na implementação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento do protagonismo dessa população.

Esses movimentos passaram a questionar o modelo de segregação social disposto no Código de Menores, impelindo esforços para a criação do

Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.), em vigor a partir de 1990<sup>12</sup>. No entanto, em sua análise, Costa (1996) adverte que o avanço das instituições democráticas e a ampliação e fortalecimento dos movimentos sociais nos anos 80, não se mostrou capaz de reverter o processo de deterioração social, sob o qual implicam fatores tanto de ordem econômica, quanto funcionais e estruturais em relação às políticas públicas.

Em 1990, o Estatuto se concretiza e preconiza o advento de mais uma mudança paradigmática. Baseia-se na Doutrina de Proteção Integral, segundo a qual crianças e adolescentes são concebidos como seres humanos em fase peculiar de desenvolvimento, portanto sujeitos - e não objetos - de direito (Costa, 1996).

O E.C.A. traz em sua argumentação uma fundamentação ética, associando cidadania com infância. Tendo por objetivo garantir os direitos pessoais e sociais da criança e do adolescente, propõe a criação de oportunidades com o intuito de facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Ademais, o cumprimento da lei prevê a municipalização das ações e a participação ativa da comunidade, inclusive na formulação de políticas públicas (Teixeira, 2001).

Porém as leis que inventamos e fazemos valer são aquelas a que nos sujeitamos todos os dias. São as leis que comportam a nossa subjetividade, tornando concretas as nossas ações e pensamento. As leis criadas em prol do bem comum, que nos regem enquanto sociedade-nação são as leis do papel, e no papel permanecem. Servem para nos guiar, impor uma ordem à convivência. Descrevem, através de suas licitações, o comportamento esperado pelas pessoas que convivem em determinada sociedade. Essas leis também têm o seu tempo, reformulam-se e modificam sua ética, à medida que a sociedade, em sua (in)evolução, transforma o seu modo de compreensão sobre si mesma, reforma o seu pensamento. Será, então, que essas leis são verdadeiramente regentes? Pois bem, as leis nos servem como guia. A evolução da sociedade, seu crescimento, ocorre de forma complexa e desigual. Caso tivéssemos, em conjunto, construído uma sociedade ética e justa, não

---

<sup>12</sup> O Código de Menores é substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com a promulgação da lei 8.069.

precisaríamos nos revalidar das leis do papel, muitas vezes burocráticas e punitivas. À luz dos comentários de Teixeira:

“A constituição federal é um pacto político que a sociedade faz consigo mesma, já que a realidade social não é formada de concordâncias, mas das divergências emanadas das diferenças entre os indivíduos e os grupos que a compõe” (2001:09).

Conforme vimos acima, as leis que se dirigem à infância e adolescência já apresentaram momentos altamente punitivos. Já travamos este pacto político fazendo valer e perpetuar atrocidades contra as nossas crianças e jovens. Houve o tempo em que concebíamos crianças e jovens destituídos em seus direitos de cidadania. Ademais separávamo-las em classes, a partir de fatores econômicos: às “crianças de família” aplicavam-se as leis operantes no Código Civil; às crianças pobres – qualificadas “menores” – aplicavam-se as leis do Código de Menores (Teixeira, 2001).

Assim contribuímos para legitimar as nossas ações, constituindo os nossos pensamentos e idéias no plano intersubjetivo, criando e ajudando a criar os delinqüentes juvenis, os jovens infratores, os menores de outrora. Apesar da mudança no tempo dessas leis, elas ainda se fazem ecoar na ordem social de forma subjetiva – e por vezes, materializam-se de forma visivelmente objetiva, haja vista as propostas de reprodução da exclusão, como o rebaixamento da idade penal, as tantas atrocidades que ainda ocorrem nos internatos da Febem, entre outras – propostas, estas, completamente contraditórias com a concepção de cidadania, defesa e direitos que embasa a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Berzin (2003), ao reconhecer dificuldades em notar a mudança paradigmática, refere-se às unidades de internação da Febem construídas em 2000 em Franco da Rocha, como: “*verdadeiras prisões de alta contensão, onde ocorrem rebeliões com mortes cruéis*”. Ainda sobre o assunto Febem, reitera uma matéria publicada pelo jornal do Conselho Federal de Psicologia (2005):

“Numa afronta ao Estatuto da Criança, São Paulo transferiu, após (uma) rebelião na Febem do Estado, 240 adolescentes

para o sistema prisional adulto (...) Contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, fato é que adolescentes internos no Brasil não recebem atendimento sócio-educativo. Em caráter prisional, vivem em unidades superlotadas, sem freqüentar escolas e sofrendo violências de toda ordem, de violências psicológicas e violências emocionais à violências físicas” (2005:09).

Por isso a urgência em se empreenderem iniciativas que atuem a partir da transformação na constituição da subjetividade, a fim de que se solidifique, na prática, a concepção de criança e jovem cidadão, tal qual a enuncia o ECA. O paradigma sugerido ainda é verbal, formal; está distante da realidade que se constitui no plano da subjetividade social. Sua dimensão objetiva não se realiza, pois se distancia dos entraves macro-estruturais da questão, atendendo ao contexto mais imediato para a resolução de conflitos históricos (Teixeira, 2001).

O menor de ontem é hoje a criança do E.C.A. para alguns profissionais que intervêm diretamente com elas, para aqueles que atuam na área de defesa dos seus direitos, para os que se redescobrem ao se perceberem atuando a partir dos cânones sociais vigentes. Muitos profissionais que trabalham diretamente na área, empenhando-se pela legitimidade das leis na prática, também se arriscam empreendendo antigas formas de intervenção sem o perceber. Não raras vezes, a criança é compreendida como o “menor” que cometeu este ou aquele delito, o trombadinha, o abandonado... Estes adjetivos estão associados às crianças e adolescentes pobres, aos meninos e meninas em situação de rua; jamais aos(as) “meninos(as) das famílias” em condições econômicas favoráveis. As vítimas do sistema sócio-econômico excludente são, ao mesmo tempo, concebidas como ameaça (Calil, 2001; Teixeira, 2001; Bursztyn, 2000).

Calil (2001) observou o modo como as ações acontecem na prática junto às crianças e adolescentes, levando a autora a conjecturar sobre a influência da subjetividade social eternizando significados associados à situação irregular, à identificação dos(as) meninos(as) com a marginalidade e a delinqüência, o que reforça a visão social de periculosidade a eles(as) atribuída. Ao se tecer no plano da intersubjetividade, a noção de perigo é disseminada no âmbito geral,

pela sociedade como um todo, inclusive pelo próprio menino vítima das injustiças do sistema. A autora conclui serem inúmeros os elementos a dificultarem mudanças no plano da subjetividade:

“Um deles é a cultura de criminalização da pobreza, que associa aos pobres características inatas de violência e delinqüência, criando um mito difícil de ser rompido, não só pelas dificuldades inerentes de solucionar, a curto e médio prazos, a situação de pobreza que persiste em nosso país, como também pela apropriação que a população pobre faz deste mito, identificando-se com o estigma de perigo” (Calil, 2001:13).

A doutrina de proteção integral expressa juridicamente um projeto de sociedade que vislumbra uma cultura de cidadania praticada por todos os seus habitantes. Neste contexto, a compreensão da subjetividade se torna indispensável para uma política eficaz em seus propósitos, permitindo o esboço de ações que façam sentido para os sujeitos envolvidos, propiciando transformações em sua condição de existência (Teixeira, 2001).

O E.C.A., por si só, não garante a cidadania às crianças e adolescentes. As normas declaradas na lei devem permear o conjunto de relações interpessoais da sociedade. Configura-se no plano subjetivo da sociedade brasileira, uma compreensão autoritária do pátrio-poder, a qual é contestada no novo estatuto pelo estímulo à autonomia e ao protagonismo (Teixeira, 2001). Mas está a sociedade, realmente disposta a estimular a autonomia e protagonismo nos jovens? Trabalhar a favor destas concepções é atuar contra a manutenção dos valores sociais vigentes, conferindo-lhes uma participação efetiva, digna e ética. Trata-se de se empenhar para romper com o subtexto alienante do discurso, baseado nos lucros e dividendos, e não reproduzi-lo invariavelmente, transformando as instituições da sociedade civil organizada em verdadeiras empresas mercantilistas, as quais têm por missão a “promoção do bem estar social” de modo amplo e geral.

Antes de entrarmos na questão das ONGs no Brasil, façamos um rápido resumo do contrastante contexto em que estão submersas: temos um cenário social geral em que as injustiças se perpetuam (Bursztyn, 2000; Fonseca Jr,

1995) e a legislação disposta pelo E.C.A. não se operacionaliza (Calil, 2001; Teixeira, 2001; Berzin, 2003) – inclusive devido a constituição histórica das subjetividades baseada em deturpados valores culturais e morais, tal foi a disposição coletiva em elaborar um Código de Leis para Menores, em vigor até tão pouco atrás:

“Com relação ao cumprimento do ECA, (um) estudo da Câmara Municipal apontou uma realidade histórica de ausência de atenção à criança e ao adolescente e de falta de compromisso de vários órgãos em unificar esforços e intervenções” (Calil, 2000:17).

Somam-se 500 anos de história recheada de preconceitos e marcada pela desigualdade e discriminação racial entre etnias a se estender para além do econômico. O vetor econômico é fortemente constituído a partir da lógica capitalista e avultado pela má distribuição de renda. Porém, é também o vetor econômico a mola propulsora (e construtora) dos valores sociais no âmbito geral: as relações entre as pessoas tornam-se, mais e mais, relações de mercado; o acesso dos cidadãos aos bens sociais gerais está profundamente marcado pelo poder aquisitivo que dispõem; o mercado e as relações de trabalho sofrem as conseqüências do avanço do capitalismo e das políticas neoliberais (Furtado, 2001).

É neste contexto que as Organizações Não Governamentais se estabelecem em nosso país. Algumas, fundadas em décadas anteriores a 1990, surgem em estreita relação com os movimentos populares, procurando ocupar e afirmar os espaços que prevêm a democracia participativa; outras, de origem filantrópica e assistencialista, realizam um trabalho de base junto às comunidades; outras, ainda, fundadas – em sua maioria – durante a década de 1990, estabelecem-se no cenário social realizando atividades muito diversas. Em meio a tantas organizações genericamente denominadas ONGs, vemo-nos impossibilitados de compreender, de um mesmo modo, a razão institucional e o alcance das propostas que assumem.

Vejamos, então, brevemente, a história destas organizações desde seu surgimento no Brasil.

## II - Mais um novo: as Organizações Não Governamentais

### 2.1 – Contexto em que surgem as ONGs no Brasil:

“Na origem, uma organização, como qualquer instituição, é sempre uma solução para um problema humano. À medida que se consolida, que se institucionaliza, deve garantir sua própria autoconservação. É o interesse da sua razão. Se, historicamente, esse interesse não convergir com o interesse da razão humana, torna-se, para a humanidade, irracional. As organizações (assim como os homens) também precisam sofrer suas metamorfoses, evidentemente, para preservar sua racionalidade (não a racionalidade da desrazão...)”, Ciampa, 2001:231.

A fim de compreendermos algo sobre as ONGs, o lugar que ocupam na sociedade, como atuam e como o público alvo se beneficia de seus trabalhos, precisamos relevar a conjuntura social em que estão inseridas e o tipo de relacionamento que se privilegia no contexto capitalista contemporâneo. Deste modo, não incorreremos na antecipação de classificá-las ou julgá-las ao bel prazer como cúmplices – ou não – de um projeto neoliberal global. Em contrapartida, podemos investigar como funcionam dentro do sistema e como respondem pela manutenção ou transformação da realidade social que está aí colocada.

Em primeiro lugar, introduziremos um panorama geral sobre o cenário social, político e econômico em que surgem as ONGs no Brasil, partindo, fundamentalmente, das análises de Souza Santos (2001) e Arantes (2005)<sup>13</sup>. A escolha destes autores deve-se, sobretudo, à consideração da configuração

---

<sup>13</sup> ARANTES, Otilia. *A virada cultural do sistema das artes*. Conferência proferida durante o “Encontro Projeto São Paulo S.A: práticas estéticas, sociais e políticas em debate”; Situação no. 03: Estética e Política. Sesc Belenzinho, São Paulo/SP, 2005.

subjetiva em suas análises e a emergência de um sujeito concreto e histórico, capaz de reconhecer perplexidades e produzir diante delas. Assim, não tratarão das organizações propriamente ditas, porém do sujeito emergente no cenário econômico e político em que surgem estas instituições. A lógica do raciocínio por eles disposta, está de acordo com a base epistemológica em Psicologia Sócio-Histórica<sup>14</sup>, referindo-se, esta última, à abordagem teórico-metodológica a orientar o presente estudo.

Inicialmente situemo-nos no tempo. Estamos a olhar para a sociedade moderna em seu contexto neoliberal atual. Nos últimos anos, o capital definiu sua resposta ao sistema mundial, convertendo-o em um espaço global de acumulação (Souza Santos, 2001; Santos, 1997). No campo do trabalho, estabeleceu-se uma relação progressiva de indiferenciação entre produção e reprodução, no interior da qual se subscrevem códigos de conduta elaborados por empresas, para serem seguidos fora de seu ambiente de trabalho. Em outras palavras, impõem-se aos empregados das empresas os lugares que devem frequentar, o tipo de relações pessoais a privilegiar, comportamentos recomendáveis, etc - fazendo com que o tempo formalmente não produzido adquira características de tempo de trabalho assalariado. Ou seja, mesmo fora do ambiente de trabalho, o sujeito é levado a agir de acordo com os ditames empresariais.

Em seu conjunto, as transformações na conjuntura social retiraram *“sentido à unidade dos trabalhadores e promoveram a integração individual e individualmente negociada dos trabalhadores nas empresas”* (Souza Santos, 2001:254), promovendo uma difusão social da produção e isolamento político das classes. O princípio de mercado diferenciou-se colonizando o princípio do Estado e da comunidade, e apelando às idéias desta última para a obtenção de sua cumplicidade na legitimação da transferência dos serviços sociais para o setor privado não-lucrativo. Desta forma, o princípio de mercado, cuja base é o lucro, sobrepõe-se ao Estado e à sociedade. O setor privado passa a incorporar ao seu discurso os valores constituídos pelo princípio de comunidade (baseado na participação, solidariedade e autogoverno).

---

<sup>14</sup> A concepção teórico-epistemológica aqui adotada parte das proposições enunciadas pela equipe de psicologia Sócio-Histórica da PUC/SP.

No âmbito cultural, nota-se o advento de uma nova mercadoria no cenário capitalista contemporâneo, a qual, paradoxal em essência, introduz-se pelo circuito das artes e dos projetos sociais – a arte e a cultura, elas mesmas, tornam-se mercadorias. As instâncias cultural e artística encontram-se submersas em uma “franquia de conceitos” e assumem inédita centralidade (Arantes, 2005). Profissionais atuantes no “terceiro setor” passam a integrar uma vertente de patrocínio, enquadrando-se no bojo do sistema moderno de capitalismo cultural mercadológico, cuja lógica funciona, principalmente, a partir do aporte cultural - sendo decisivo no mundo dos negócios. Trava-se uma ditadura entre as instâncias econômica e cultural, gerando um rebaixamento desta última. Neste sentido, a economia e os valores de mercado passam a orientar a produção artística constituindo os valores culturais. Como consequência, o vocabulário crítico torna-se homogêneo, empobrece-lhe a crítica.

O capitalismo se entreteceu, inclusive, pela produção cultural, ditando as normas e valores da sociedade. Migram, as críticas e os atores sociais, para a esfera mercantilista. É tal a porosidade do embate pela fusão do econômico com a cultura, que acarreta uma crescente dificuldade em discernir quem é o artista, quem é o publicitário, quem é o empresário, quem é o ator social (Arantes, 2005). O discurso dirigido às artes e aos projetos sociais organiza-se a partir desta fusão, fazendo-se ressonar pelo subtexto da criatividade, originalidade e autenticidade – indivíduos devem ser verdadeiros artistas na busca de parcerias e patrocínio para seus projetos.

A cultura submerge como principal insumo da produção capitalista e as grandes empresas são obrigadas a incorporar valores culturais aos seus produtos. Desta forma, destituem-lhes a crítica - arte e crítica ficam sem objeto. Ao contrário, a crítica embebe-se do próprio objeto empresarial, mesclando-se pela retórica da autonomia, autenticidade, comunicação... As produções culturais são ditadas pelos bancos e empresas, tornando todos os níveis culturais, originais, “padronizadamente” críticos - assim tudo se torna “acultural” (Arantes, 2005).

À medida que a trajetória da modernidade se entrecruza com o capitalismo, um pilar de regulação se fortalece sobrepujando o pilar da emancipação (Souza Santos, 2001). A racionalidade técnico-científica veio a

colonizar as demais racionalidades, configurando a hegemonia das epistemologias positivistas e convertendo a ciência em força produtiva do capitalismo. Entretecendo um desequilíbrio entre os princípios de mercado, Estado e comunidade, a política liberal representa uma constelação subjetiva que tende a se compatibilizar no plano coletivo e a se atomizar no plano individual. Segundo o autor, o liberalismo capitalista pretendeu expurgar a subjetividade e a cidadania de seu potencial emancipatório, convertendo o sujeito em objeto de si próprio, tornando o sujeito e as concepções de cidadania demasiado abstratas.

Na sociedade liberal a concepção universalizada de cidadania leva a naturalização dos indivíduos como fundamento da igualdade formal entre os cidadãos. Ou seja, somente e apenas dentro das formalidades (das leis) os indivíduos são entendidos e se entendem como iguais. Neste sentido, o sujeito fulgura como um “indivíduo abstrato” (Souza Santos, 2001:335), sujeito a aspirar uma amplitude universal, porém esvaziado em seus atributos contextuais.

Montaño (2002) apresenta reflexões semelhantes quanto à formalidade da condição de igualdade. Em sua opinião, a relação democrática, no capitalismo, não se edifica em um valor para si. Revela-se instrumental, sendo aceita e promovida desde que sejam permitidas a acumulação do capital e a manutenção das relações sociais. Ao se fundar sob a égide da livre concorrência, a ordem capitalista desenvolve a necessidade de maior liberdade civil, fortalecendo a política liberal de democracia, a qual é fundada na generalização do reconhecimento social. Assim a estrutura econômica impõe um limite absoluto à democracia, impedindo a transformação da igualdade jurídico-formal em igualdade real entre as pessoas. Esvazia-se o poder democrático e se reduz a capacidade de decisão num movimento em paradoxo: à medida que a democracia se expande, esvazia-se – distancia-se do sujeito – perdendo em densidade por todo o globalizado planeta.

É tal a história abstrata do sujeito concreto, que os direitos humanos começam a fazer sentido somente dois séculos após a sua criação. A cidadania social se transformou numa prestação abstrata de serviços burocráticos; os ganhos em cidadania converteram-se em perda de subjetividade (Souza Santos, 2001). O compromisso social democrático

acabou por reduzir o campo político já restrito. Perderam-se os contatos com anseios e necessidades da população, que se tornou refém dos interesses corporativos.

Concebido de modo abstrato pela subjetividade individual e coletiva, o sujeito torna-se fungível, recipiente indiferenciado de uma categoria universal, distante de uma política horizontal cidadão-cidadão, a qual serviria de base para ações políticas e para o afloramento de uma igualdade substantiva em detrimento de uma igualdade formal (Souza Santos, 2001). A subjetividade, para o autor, envolve idéias de auto-reflexividade e auto-responsabilidade, a materialidade de um corpo e suas particularidades potencialmente infinitas. A cidadania, por sua vez, viria para enriquecer a subjetividade e lhe abrir novos horizontes de auto-realização, no entanto, no contexto atual, fá-lo por via dos direitos e deveres reduzindo a individualidade no que nela há de universal, tornando os cidadãos receptáculos passivos de estratégias de produção, de consumo e de dominação (cidadão da democracia das massas). Para ele, só é possível a superação da tensão entre subjetividades e cidadania, a partir da emancipação dos sujeitos, e não da regulação.

Em suas palavras: *“o tecnicismo científico e a expansão da sociedade de consumo obnubilaram a vontade de transformação pessoal e coletiva”* (Souza Santos, 2001:333). Como resultado, constituiu-se uma subjetividade conformista não emancipatória. A lógica capitalista neoliberal corroborou para a configuração de uma subjetividade associada ao conformismo (tanto no âmbito individual, quanto no coletivo).

Longe de criar autêntica autonomia e liberdade, o liberalismo engendrou dependências em relação ao estado burocrático e às rotinas de consumo, estabelecendo uma submissão formal no espaço de reprodução social. Tais conseqüências e configurações levaram o autor a afirmar ser hoje, o capitalismo, menos um modo de produção do que um modo de vida. Os indivíduos integram-se no emaranhado de uma compulsão consumista vivendo um novo idealismo, onde a natureza do consumo metamorfoseia-se para além dos objetos de existência material: *“transitam da esfera do ter para a esfera do ser”* (2001:256).

Enquanto sociedade civil, funcionamos de acordo com o paradigma mecanicista da modernidade, operacionalizando soluções técnicas a partir da fragmentação de grandes objetivos. Para Souza Santos:

“não basta criar um novo conhecimento, é preciso que alguém se reconheça nele (...) de nada vale criar alternativas de realização pessoal e coletiva, se não são apropriáveis por aqueles a quem se destinam” (Souza Santos, 2001:322).

Diante do discurso liberal, cujo tônus é mercantilista, a “verdadeira causa” da sociedade civil urge pelo reajustamento estrutural das funções do Estado, sendo parcialmente substituído por um intervencionismo mais autoritário junto ao operariado e a certos setores da classe média e, no entanto, mais diligente no atendimento às exigências macro-econômicas de acumulação do capital (Souza Santos, 2001). Contudo, a re-emergência da sociedade civil teria um núcleo genuíno, traduzido pela reafirmação dos valores de autogoverno, da expansão da subjetividade, do comunitarismo e da organização autônoma dos interesses e dos modos de vida. Porém tenderia, esse núcleo, ao desaparecimento diante do discurso dominante, sendo apenas subscrito na medida em que correspondesse às exigências do novo autoritarismo.

Ao refletirmos sobre este possível potencial genuíno em relação às diversas ONGs e movimentos populares que fulguram no contexto social, vale recordar as afirmações de Arantes (2005). Para ela, os movimentos e projetos sociais se integram, também, no emaranhado do sistema capitalista, dependendo das verbas de empresas e governantes e apresentando alternativas até um limite específico.

## 2.2 – Os novos atores da Sociedade Civil

Há mais de dez anos, Gohn (1994) referia-se à considerável proliferação de Organizações Não Governamentais na América Latina, mencionando a

imensa diversidade de serviços e propósitos em relação à origem e razão social das mesmas. Anos depois (2004), em sala de aula, Lavallo<sup>15</sup> apresentava sua pesquisa sobre o “terceiro setor” no Brasil, perguntando aos discentes: quem são os novos atores da sociedade civil? As respostas geravam dúvidas, pouco respondiam a questão. Será possível respondê-la? Quem são (ou o que são) ONGs? A que vieram?

Segundo Gohn (1994) o termo ONG foi utilizado pela primeira vez na década de 1940 pela ONU para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho intitulada “desenvolvimento da comunidade” (1994:02). Importado por Agências de Financiamento do primeiro mundo, o termo designava organizações dos países em desenvolvimento, responsáveis pela implementação de projetos junto a organizações de base<sup>16</sup>. Posteriormente, assumiram o papel de consultoras junto a inúmeras agências e fundos das Nações Unidas. Atualmente, devido sua proliferação, o termo se refere a uma amplitude de organizações, nacionais ou internacionais, genericamente consideradas não governamentais<sup>17</sup>.

Para Coutinho (2004), a definição de ONG pelo Conselho Econômico das Nações Unidas (ECOSOC) é vagamente descrita, permitindo considerarem-se ONGs quaisquer organizações instituídas sem o intermédio de acordos governamentais:

---

<sup>15</sup> Adrian Lavallo realizou palestra para alunos do Programa de Pós Graduação em Assistência Social na PUC/SP durante o primeiro semestre de 2004.

<sup>16</sup> As organizações do primeiro mundo as denominavam ONGDs: Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento. Eram também referidas como Centros Populares, por executarem serviços ligados a iniciativas das bases comunitárias.

<sup>17</sup> O estudo mais recente sobre o universo associativo brasileiro, do qual as ONGs fazem parte, revela que, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no país, apontando uma imensa heterogeneidade dessas organizações, dentre as quais: igrejas, escolas, hospitais, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, desenvolvimentos e defesa de direitos, etc. Levantamento realizado em parceria pelo Ipea, IBGE, ABONG e Gife (ABONG, 2005).

“... são consideradas ONGs todas aquelas que se auto-denominarem, excluindo entidades de classe como os sindicatos, empresas ou partidos políticos – embora não sejam governamentais” (Coutinho, 2004:50).

Para a autora, a utilização da denominação ONG nada informa sobre suas ações e projetos políticos, definindo-se, antes, pelo que não são: não governamentais, sem fins lucrativos, não estatais, sem interesses mercantilistas (Coutinho, 2004).

Montenegro (1994) apresenta conclusões semelhantes. Em sua opinião, a expressão ONG abarca um grupo de entidades com perfis muito diversos, gerando confusão pela dificuldade contida na própria expressão que as identifica: *“elas são o que elas não são”* (1994:10).

Landim (1998), por sua vez, afirma tratar-se de uma expressão polissêmica, articulando-se e se constituindo no interior de um campo recheado de apropriações ideológicas e discursivas e, portanto, resultando em usos diversos por atores diversos.

Ao publicar textos em relação ao tema, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2005) afirma que a sigla ONG abrange qualquer organização não-estatal e admite muitas interpretações, devido à amplitude de sua definição textual. No entanto, distingue ONGs de fundações e associações civis estabelecidas fora de acordos governamentais a partir de seus objetivos, apoiando-se em dados de natureza histórica. Segundo a ABONG (2005), as primeiras ONGs nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais nos anos 70, porém, a partir da década de 1990, surgem inúmeras organizações privadas sem fins lucrativos com perspectivas de atuação social diversas:

“(...) o termo ONG acabou sendo utilizado por um conjunto grande de organizações, que muitas vezes não guardam semelhança entre si (...). O nome ONG não é mais revelador, como ele era, de um segmento dentro das organizações da sociedade civil brasileira” (ABONG, 2005).

Lavalle (2003), ao procurar recuperar o contexto em que surgem as ONGs na América Latina e no Brasil, com o intuito de compreender quem são seus novos atores, aponta, com parcimônia, conclusões similares. Admite ser insuficiente a literatura em relação ao tema e conclui ter se exaurido o debate em sociologia no fim da década de 1990, sem conhecermos, ao certo, as qualidades morais dessas organizações. Para ele, é notável a diferença em relação à extensa produção literária sobre os movimentos sociais dos anos 80.

Ainda que considere obscuras as intenções das ONGs, Lavalle (2003) enumera alguns elementos semelhantes em suas formulações, os quais, segundo ele, foram elaborados pelas próprias organizações. Alguns desses elementos consideram o critério de legitimidade das ações e propostas destas organizações, além do papel que assumem de intermediação entre os interesses da “sociedade civil” e o Estado. Ao apontá-los, o autor refere denotarem uma concepção altamente estilizada e idealizada de “sociedade civil”. São eles:

- (1) sua natureza coletiva ou horizontal (isto é, auto-denominaram-se “associações autônomas”, “associativismo civil”, “ancoragem no mundo da vida”);
- (2) o caráter legítimo de suas demandas e propósitos (concebidos em termos de “interesse geral”);
- (3) adesão e separação livre e espontânea de seus membros (remetendo à “índole não-organizacional ou informal” da associação);
- (4) a importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública;
- (5) seu papel de mediação entre a sociedade não organizada e os poderes econômico e político (Lavalle, 2003: 97).

Teoricamente, as ONGs escapariam à órbita dos interesses particularistas políticos e econômicos, animando os discursos emancipatórios e atualizando a idéia de sociedade civil sob nova definição. Seriam protagonistas detentoras da força revitalizadora do espaço público e da democracia, sendo

privilegiadas as associações com vocação para o fortalecimento desses espaços. De acordo com o estudo realizado pela Consultoria do Senado Federal, em 1999:

“ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania (ABONG, 2005)”.

Almejando a reconstrução teórica e prática da democracia, bem como a reconstrução teórica e prática da ação social, as ONGs definiram seus propósitos de forma ambiciosa, levando Costa (*in* Lavallo, 2003:98) a cunhar a expressão “*projeto contemporâneo de sociedade civil*”, segundo o qual tais organizações se distinguem das esferas do Estado e da economia, buscando evitar o liberalismo e o estatismo.

De acordo com Lavallo (2003), os movimentos sociais e os “novos atores da sociedade civil” (as ONGs), compartilhariam um mesmo horizonte político: a possibilidade de modernização via ação social. Diferem, contudo, as vias desta ação social. Uma miríade de empenhos associativos constituiu o corpo do novo associativismo civil, introduzindo mudanças substanciais na cultura política e no padrão de ação coletiva, sendo definidos como:

“(...) novos atores da sociedade civil capazes de arregimentar as energias inovadoras esparsas na sociedade não organizada, reconfigurando o cenário da democracia no país” (Lavallo, 2003:101).

No entanto, não se sabe ao certo os alcances de suas ações. A literatura apontou discrepâncias neste sentido, oscilando ao comunicar sobre seu crescimento, expansão de suas funções de intermediação social, seu papel no plano da cultura política, função denunciatória, etc (Lavallo, 2003). Conforme as análises se deslocam de postulados abrangentes e abstratos para critérios específicos na identificação dos seus respectivos atores empíricos, as

conceituações acerca das organizações não governamentais enfrentam dificuldades.

Lavalle (2003) considera haver uma crescente ambigüidade em relação ao tema. Não há disposições normativas sobre as ONGs e, ao esboçá-las, corre-se o risco de se excederem os limites de seu papel normativo, corrompendo seu genuíno potencial democratizante.

Para o autor, estaria no teor da discussão hoje o real potencial de sinergia das ONGs nas relações Estado-sociedade, a relevância de seus espaços de participação, seu papel no desenho de políticas públicas, entre outros. Apesar de eventualmente encarnarem alguns dos atributos definidos pela literatura (legitimidade, ação comunicativa, intermediação societária e horizontalidade), ainda não há elementos para avaliarmos adequadamente o sentido substantivo de sua caracterização como “sociedade civil” organizada.

Coutinho (2004) compreende as organizações não governamentais de forma diversa. Para a autora, é possível entendermos a que vieram essas organizações e que papel cumprem diante do cenário social e político. Em sua opinião, as ONGs priorizam trabalhos em parceria com o Estado e/ou empresas, ascendendo a um patamar de co-responsabilização pelas questões públicas juntamente com o Estado, contribuindo, em contraste, para a desresponsabilização deste último e para a desarticulação dos movimentos sociais.

Em ligeira retrospectiva histórica, Montaño (2002) nos permite apontar conclusões similares. Segundo ele, diversas ONGs surgiram no Brasil entre as décadas de 1970 e 80, vinculando-se fortemente aos movimentos sociais. Engajavam-se aos movimentos, com o intuito de melhor organizá-los, articulando-os em relação as suas demandas, reivindicações e lutas dirigidas para ou contra o Estado ditatorial. Este período de cooperação entre os movimentos sociais e as organizações perdurou até o final da década de 80.

Com o advento dos regimes democráticos pós-ditadura – cujo marco no cenário brasileiro foi a Constituição de 88 – muitas agências financiadoras internacionais interromperam repasses de verba para a América Latina. Ademais, muitos sindicatos e partidos proscritos reorganizaram-se e muitos movimentos populares perderam em mobilidade. Em contrapartida, cresceu o

número de ONGs (principalmente a partir de 1990), as quais eram compreendidas como organizações:

“menos politizadas, mais empresariais, voltadas para o autofinanciamento ou para a procura de parcerias... (Estas diferenças) confirmariam a tendência de mudança de um tipo de organização (o movimento social) para outro (a ONG), de um tipo de militante para outro” (Montaño, 2002:139).

Como resultado, despolitizaram-se os conflitos e romperam-se as relações diretas entre o Estado e os movimentos sociais, agora intermediados pelas ONGs – suas representantes e destinatárias dos repasses sob um regime de parceria, atrelando suas demandas às condições de financiamento provenientes das fundações e entidades com quem mantêm parceria. Conclui, Montaño (2002), serem frutos deste conturbado período as confusões ou fusões de compreensão em relação a ambos (ONGs e movimentos sociais). Implica-se, ainda, na trama deste confuso nó, um sentimento de resignação quanto à possibilidade de um projeto socialista dentro da ordem (naturalizada) do capital.

Esta provável resignação é identificada por Petras (*in* Montaño, 2002) como “*ideologia do possibilismo*”, configurando uma variante pessimista do pós-marxismo. Tal percepção firma-se pela necessidade em se trabalhar dentro dos “nichos de livre mercado”, aceitando como naturais e imodificáveis as transformações neoliberais. Nesta condição, considera-se insuperável a ordem capitalista e procura-se a melhora através da participação “possível” em seu interior, resultando na impressão de que somente o possível é razoável.

A função das organizações extrapola o econômico e adquire um *modus operandi* ideológico na implementação de políticas neoliberais, funcionando como verdadeiras empresas de consultoria (Coutinho, 2004). Apresentam-se como organizações não burocráticas e transparentes, locus principal de participação social e aprendizado da cidadania, porém desvinculam a cidadania da proposta de transformação social e estabelecem uma relação de dependência e submissão com suas fontes financiadoras – as quais são altamente hierarquizadas e opacas. Dentre essas fontes, a autora salienta o

papel do Banco Mundial junto as ONGs na América Latina, fornecendo-lhes, além de financiamento, cursos de capacitação e auxílio que se estendem a estratégias políticas. Em seu estudo, enuncia dados que demonstram o estabelecimento de estreitas parcerias entre o Banco Mundial e ONGs brasileiras na realização de pesquisas sobre a pobreza, entre outras, procurando “*fornecer uma face humana a instituições como o FMI*” (Coutinho, 2004:16).

A relação do Banco Mundial (BIRD) com ONGs no Brasil se iniciou na década de 1970. Na década seguinte, foi posta em prática uma política de aproximação, cujo objetivo seria inserir-se em processos de cooptação dos movimentos sociais, culminando, nos anos 90, com o estabelecimento da relação entre o Banco e as ONGs (Coutinho, 2004).

Para Petras (1999), a aproximação do Banco Mundial no trato com as ONGs teve por objetivo atenuar os protestos populares, substituindo programas nacionais de ampla cobertura social, por projetos dirigidos a grupos limitados sob controle internacional. Para o autor, suas ações não produzem qualquer efeito significativo na diminuição da pobreza. Ao eleger em seus projetos temas altamente popularizados como exclusão, relações de gênero, etnia e afins, detêm-se no sintoma superficial que produz e reproduz tais condições:

“Incorporando os pobres à economia neoliberal através da simples ação voluntária privada, as ONGs geram um mundo político onde a aparência da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional e nacional” (1999:49).

Montaño (2002) apresenta análises semelhantes a este respeito ao apontar falta de responsabilização do Estado realçada pelo caráter substitutivo assumido pela atuação das ONGs. Em sua opinião, a engenhosa interação entre ambos estabelece uma política de não-complementariedade. As ONGs atuam de forma emergencial e provisória, não se envolvendo com uma proposta de transformação estrutural diante do quadro de desigualdade e miséria. Portanto, não atuam de modo a reverter ou interromper a contigüidade

do processo de exclusão. Sorrateiramente, o Estado destitui a rede de serviços públicos.

Para o autor, no projeto neoliberal a “questão social” deixa de ser responsabilidade do Estado e do conjunto da sociedade, passando a ser responsabilidade dos próprios sujeitos a partir de ações filantrópicas, solidárias e voluntárias de indivíduos e organizações. Ao invés de uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, as necessidades sociais resultam da opção voluntária de ajuda ao próximo. Cria-se, nesta conjuntura, uma cultura de auto-culpa pelas mazelas sociais, uma imagem de transferência de responsabilidades do Estado para o sujeito, além da precarização da ação estatal e do “terceiro setor” – este último, tornando-se demanda lucrativa para o segmento empresarial.

A este respeito, retomemos as análises de Coutinho (2004), para quem a relação entre a ONG e a empresa privada é obscurecida pela noção de responsabilidade social a permeá-las. Desta relação, desenvolve-se um perfil de “filantropia empresarial”, contraditório em essência, o qual enfatiza o desenvolvimento auto-sustentável e se integra no cenário social sob a lógica de reestruturação do capitalismo em detrimento da formação política. Para a autora, quanto maior a dependência de financiamento institucional, mais limitada é a atuação da ONG, tendo sua autonomia questionável. Fica à mercê do controle político-empresarial, que decidirá critérios para a aprovação dos projetos a serem implantados.

A atuação temática das organizações tende a seguir a lógica do financiamento, em consequência, perdem-se na função de sua razão social: “... *é muito difícil uma ONG manter sua missão porque significa rejeitar ofertas de financiamento*” (Coutinho, 2004:41).

Em relação às parcerias que estabelecem com o Estado, parece haver a mesma perda de autonomia. São muitas as ONGs contratadas para desempenhar as funções a ele atribuídas, passando a se estruturarem de acordo com a tendência da política governamental em vigor. Para Montaña (2002), as ONGs parceiras não detêm a autonomia que almejam em relação ao governo em nenhum dos níveis: prático, ideológico ou financeiro. Em suas palavras:

“Efetivamente, o Estado, ao estabelecer parceira com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros. (...) a dita não-governamentabilidade e a autogovernamentabilidade dessas organizações encobre o fato de estarem integradas tendencialmente à política de governo. Querendo ou não (e sabendo ou não) estão fortemente condicionadas – sua sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – pela política governamental.” (2002, 56 - 57).

Em sua pesquisa, Coutinho (2004) transcreve uma série de declarações de profissionais e dirigentes de ONGs, ressaltando o caráter de submissão e falta de autonomia, além da crescente dependência internacional de todas elas. Dispõe-nas em grupos e as classifica de acordo com suas intenções e proposições, procurando diferenciá-las a partir do alcance de suas ações, levando em conta a época em que se estabeleceram<sup>18</sup>.

A autora menciona haver ONGs que desempenham um papel organizador das classes populares, contribuindo para que os trabalhadores dêem um sentido às suas vidas. No entanto, trata-se de uma minoria que encontra grandes dificuldades para se manter (Coutinho, 2004).

Já a linha argumentativa apresentada pela ABONG (2005), procura defender a sigla ONG, relevando fatos de ordem histórica concernente à origem do termo e procurando considerar a sua importância enquanto categoria construída socialmente.

---

<sup>18</sup> As divisões são inúmeras. Petras (2002), por exemplo, as classifica em três categorias distintas, quais sejam: (1) ONGs neoliberais; (2) ONGs reformistas e (3) ONGs radicais. Estas últimas estariam envolvidas com movimentos sociais, procurando seu estabelecimento pela autogestão e definindo seus objetivos a partir de diretrizes claramente anticapitalistas. Montenegro (1994), por sua vez, refere-se às ONGs progressistas, as quais se aproximam tanto da definição de ONGs radicais, quanto das ONGs reformistas enunciadas por Petras.

As ONGs, pela natureza de sua constituição enquanto entidades, operariam no assim denominado “terceiro setor”. Em torno desta expressão, inúmeros segmentos da sociedade civil que sempre atuaram com base em diferentes valores tendem à diluição em um conceito homogêneo. Ao tecer comentários sobre o nebuloso conceito, Montañó (2002) refere-se à sua obscuridade, cuja origem implica em visões “setorializadas” da sociedade pertinentes ao processo de re-estruturação do capital<sup>19</sup>. Uma vez isolado e atomizado, o “terceiro setor” aspira pela hegemonia da sociedade civil e perde-se na trama da totalidade social, passando a prestar serviços à proposta neoliberal. O autor define-o a partir da mistificação de “sociedade civil”, desarticulada de lutas pela consolidação de um projeto de classe:

“(…) chega-se ao chamado ‘terceiro setor’ como num embate ideológico, ora produzido no interior dos interesses do grande capital (...), ora surgido numa fração da esquerda resignada mas de (eventual) intenção progressista, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal “(2002:17).

Segundo Coutinho (2004), o termo “terceiro setor”, cuja origem é norte-americana, vem sendo utilizado de modo genérico para designar todas as atividades realizadas fora da esfera do mercado/privado e do Estado. Referindo-se à forma encontrada pela “sociedade civil” para preencher a lacuna deixada pelo Estado, o “terceiro setor”, enquanto forma de associação, foi privilegiado pelas ONGs.

A ABONG (2005) reconhece que o termo remete a indiferenciação. Assim reafirma a importância em se marcar diferenças e pontos de convergência quanto à identidade de cada grupo e campo político das organizações da “sociedade civil” que constituem esta nebulosa, uma vez considerando a idéia de um setor social que se difere do Estado e do setor empresarial.

---

<sup>19</sup> Grosso modo, esta “setorialização” estabelece-se a partir da diferenciação operacional das funções do Estado e do mercado. O Estado, cuja função é burocrática, representa o primeiro setor; já o mercado, orientado para o lucro e para a produtividade, representa o segundo setor (Montañó, 2002).

Para Souza Santos (*in* Coutinho, 2004), o termo é vago e pretende dar conta de um imenso conjunto de organizações sociais não estatais e não mercantis, que, sendo privadas, não visam o lucro e, sendo animadas por objetivos sociais, não são estatais, adquirindo significados diferentes a depender de suas práticas e experiências.

Em resumo, as ONGs privilegiaram designar suas atividades pela generalização do termo "terceiro setor". Assim integram o atual quadro de crise no capitalismo e condensam um caráter ideológico que não se refere a um mero falseamento da realidade, mas age sob sua determinação constitutiva. O crescimento do "terceiro setor" no Brasil e no mundo seria decorrente, também, da redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, as quais, para Souza Santos (*in* Coutinho, 2004), deveriam funcionar de modo complementar, sendo que sua emergência funcionaria como espaço de formulação de alternativas ao Estado ineficiente.

No entanto, esta relação de complementariedade não ocorre na prática. Segundo Coutinho (2004), as organizações do "terceiro setor" seguem a lógica das privatizações e "terceirizações" de serviços, articulando, juntamente com o Estado, um conjunto de políticas e causas ideológicas que configuram a proposta neoliberal. Cresceram de forma vertiginosa na década de 1990, período em que se instaura uma proposta de reforma no governo FHC, imposta pela globalização. Neste período foi formulada a Lei das Organizações Sociais ou Lei do Terceiro Setor<sup>20</sup>, regulamentando o contrato de parceria das instituições com o Estado para funcionarem como executoras de serviços.

---

<sup>20</sup> Lei no. 9790, de 23 de março de 1999; dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituindo e disciplinando o termo de Parceira (Coutinho, 2004).

### 2.3 – As ONGs e o sistema capitalista na década de 1990:

O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), através da resolução 1296 revista em julho de 1996<sup>21</sup>, estabeleceu previsões para o status de “consultivo” a algumas organizações não governamentais. Ao comentar a esse respeito, Coutinho (2004) refere-se a um emaranhado de articulações políticas lideradas pela ONU, através das nomeadas ONGs Consultivas, uniformizando a lógica em que operam as organizações ao efetivá-las enquanto empresas de consultoria.

Conforme afirma Petras (1999), as ONGs são funcionais para o sistema capitalista, diferenciando-se pelo seu tamanho e capacidade de inserção, além de dependentes da verba de financiadores, tanto governamentais, quanto empresariais.

Procurando contextualizar os moldes em que operam as inter-relações capitalistas, Coutinho (2004) menciona os custos infra-estrutural e pessoal das ONGs, que consomem boa parte de seus recursos, apresentando, por isso mesmo, como importante objetivo, garantir a própria existência. Por esta razão, poderiam, facilmente, extraviarem-se para o mundo das empresas, moldando sua organização pelo critério do mundo dos negócios. Alimentam, assim, a idéia neoliberal de responsabilidade privada pelas questões sociais e argumentam sobre a importância de recursos privados para resolver essas questões, impondo uma dupla carga aos pobres: “*o pagamento de impostos para financiar o Estado neoliberal a serviço dos ricos; e a auto-exploração particular para cuidar das suas próprias necessidades*” (Coutinho, 2004:123).

Segundo Coutinho (2004), muitas são as organizações que gastam boa parte de seus recursos em *marketing*, apresentando, na base de seu discurso, a mesma linguagem utilizada pelas empresas privadas. Atuam com políticas sociais focais e localizadas, com raras alusões às causas estruturais da pobreza a acometer as comunidades em que desenvolvem suas ações.

---

<sup>21</sup> A resolução 1296 data de 23 de maio de 1968.

Inúmeras ONGs surgidas na década de 1990 vinculam-se a instituições empresariais que incorporaram termos como “ética empresarial”, “empresa cidadã” e “responsabilidade social”, utilizando-se destas expressões para a sua imagem e lucro (Coutinho, 2004). Dentro da lógica do capital, a “empresa cidadã” recebe como recompensa o aumento dos lucros empresariais. Esses termos, com forte apelação ao “social”, passam a fazer parte do *marketing* das empresas, as quais contra-argumentam estarem os cidadãos cada vez mais conscientes e exigentes em relação às questões éticas e ambientais. Coutinho (2004) cita como exemplo (entre muitos) uma fundação que apresenta a responsabilidade social como *marketing* empresarial, referindo-se a criação de um documento em forma de cartilha, sobre o qual comenta:

“O documento salienta que a empresa deve abordar temas que fazem parte do repertório das ONGs: gênero, raça e etnia, portadores de deficiências, crenças e opiniões, idade (crianças, adolescentes e idosos), meio ambiente. (...), a empresa que trabalha com essa abordagem demonstra comprometimento com a comunidade e contribui para melhorar a sua imagem na sociedade” (Coutinho, 2004:143).

O resultado mais consistente produzido pela “empresa cidadã” é a desorganização dos oprimidos e explorados ao os constituir como objeto de filantropia dos poderosos (Coutinho, 2004). Para a autora, as ONGs foram propositalmente utilizadas como sinônimo de “sociedade civil” organizada, promovidas em seu pólo positivo (em contraposição ao Estado ineficiente), permanecendo oculto o seu caráter classista e ideológico, sua heterogeneidade, suas contradições, tensões e conflitos sociais. Ao os reconhecer, enveredamos pelos múltiplos sentidos que revestem a expressão “sociedade civil”, a qual é repleta de contradições, pois implica nos interesses (geralmente opostos) de várias classes sociais.

Os limites estruturais impostos pelo capitalismo seriam os próprios geradores das contradições no contexto social. Perpassam, pela lógica do capital, não somente as questões econômicas e corporativas, mas também as políticas, culturais, morais e universais, criando a hegemonia de um grupo social sobre uma série de grupos subordinados. Ao separar o plano econômico

do político, o Estado capitalista abstrai a divisão de classes e representa a totalidade da população na condição de cidadãos individuais e iguais. Parafraçando Countinho (2004:136):

“A autonomia de uma sociedade civil imaginária apenas reforça o processo de constituição na direção político-ideológica burguesa e dificulta a constituição de uma sociedade civil concreta”.

Deparamo-nos, pois, com a confusão proveniente deste vasto grupo de organizações que se auto-intitulam ONGs, sem saber ao certo o que pretendem cada uma delas. Ao recuperarmos historicamente seus atributos, percebemos haver alguns marcos que identificam a proposta original destas instituições. Porém esta proposta original parece perder-se no tempo, principalmente no momento em que as empresas do “terceiro setor” adentram o bojo das relações sociais e delimitam (ditam) o alcance dos projetos e atuação política das organizações. A confusão dilui-se e se pulveriza durante a década de 1990, ao se instituírem fundações e associações com perfis e pretensões das mais diversas. O fato levou Landim (2002) a considerar a desconstrução da sigla ONG. Em sua opinião, o termo torna-se cada vez mais genérico, sendo apropriado por inúmeros segmentos da sociedade para designar coisas diversas – e até contraditórias. Para ela, a sigla antes confunde do que informa.

Em seu entender, Landim (2002) enuncia o atual desafio proposto às organizações não governamentais em relação à questão da legitimidade de suas ações. O problema da legitimidade seria resolvido, a medida em que as instituições estabelecessem ligações reais e efetivas com as questões colocadas pela sociedade - principalmente, junto à população para quem o trabalho se dirige.

Como profissional atuante em ONGs e ciente das contradições implicadas neste contexto, Landim (2002) procura identificar diferenças entre as organizações denominadas tradicionais, daquelas vinculadas a empresas. As primeiras, para ela, participaram da construção do nome ONG e se mobilizaram a partir de ideais sólidos no âmbito social e político. Assim, nas

décadas de 70 e 80, o nome ONG era distinto, referia-se a um conjunto de organizações autônomas na sociedade brasileira, as quais, voltadas para a construção de uma cidadania participativa e para a prestação de serviços, atuavam a partir de um ideário democrático. Atualmente, a sigla perde definição pelos entremeios do nebuloso conceito de “terceiro setor”, permitindo que qualquer organização se auto-denomine ONG, banalizando seu sentido, contribuindo para o esvaziamento dos movimentos sociais. Em contraposição ao fenômeno ONG que se irrompe na década de 1990, Landim menciona a ainda atual e diferenciada participação das ONGs tradicionais no contexto coletivo, cuja história é marcada por ações politizadas ligadas aos movimentos sociais.

Concluimos aqui, portanto, uma contradição que se inicia pela própria nomenclatura: ou nem toda a ONG é uma ONG, ou nem toda a ONG trabalha pelo fortalecimento dos movimentos sociais, pela promoção e defesa de direitos, pela cidadania de forma democrática partindo de uma proposta alternativa ao projeto neoliberal. Ou ainda, aquela considerada ONG tempos atrás, já não se identifica com tal sigla e procura atuar de maneira diversa frente ao contingente de organizações que se proliferam diariamente. Hoje, o que são estas organizações não governamentais? Como atuam as instituições que se auto-intitulam ONGs e em que medida legitimam seus discursos? Ao nos antevermos com a história, percebemos que houve um período de luta e de oposição ao Estado em décadas anteriores a 1990. Quais os frutos, todavia? Como se constitui, atualmente, o significado de ONG que se propõe a trabalhar pela cidadania na promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens? Como este público se beneficia do trabalho proposto por essas organizações? São, essas fundações, autônomas, ligadas às empresas, ao Estado? A que vieram estas ONGs?

### III - Referencial Teórico - Metodológico

#### 3.1 – Breves considerações sobre a Psicologia Sócio-histórica

“O processo histórico de pensamento começa onde começa a história, e o seu ulterior desenvolvimento não é senão um reflexo, em forma abstrata e teoricamente coerente, do processo histórico, um reflexo realizado, porém corrigido segundo as leis que a própria realidade histórica nos ensina, pois o método histórico de investigação permite estudar qualquer momento do desenvolvimento em sua fase mais madura, em sua forma clássica” (Engels *in* Vygotski, 2001:200).

Inicialmente, vale recordar que pretendemos investigar sobre o significado de ONGs que atuam com crianças e jovens em situação de risco social, considerando o discurso destas organizações e o alcance de suas propostas junto a esse público, a partir do olhar de seus profissionais. Para tanto, procuraremos desvelar o pensamento do profissional de ONGs, sua percepção em relação à organização e ao alcance de seu trabalho, adotando, como referencial teórico, a Psicologia Sócio-Histórica.

Trata-se de uma abordagem em psicologia ancorada na concepção materialista histórica e dialética para a compreensão do homem, sua subjetividade e a maneira como constrói seu psiquismo. De acordo com este referencial, a concepção da realidade é apreendida no bojo das formações materiais determinando a totalidade dos fenômenos e por eles sendo determinada, constituindo contradições que não se manifestam diretamente. Com o intuito de se alcançar a essência dos fenômenos, faz-se necessário descortinar sobre as determinações que a eles se aplicam, considerando teoria e práxis, situando o concreto antes do abstrato, de modo a explicar as formações ideológicas a partir da realidade material. Para tanto, deve-se

considerar o momento histórico específico de sua ocorrência e contextualizá-lo, abarcando as contradições que o implicam (Rosa e Andriani, 2002).

Esta abordagem surgiu no início do século XX, na ex-União Soviética, partindo-se da sistematização do pensamento e método dialéticos, procurando reconstruir a teoria científica com base no referencial marxista<sup>22</sup>. Inaugurada a partir das idéias de Vygotski (Bock, 2001), buscava compreender o homem e sua subjetividade superando a visão dicotômica de sujeito no mundo. Esta visão dicotômica, iniciada na modernidade e efetivada pela lógica das relações capitais, reforça o crescente individualismo característico da visão liberal, estabelecendo noções paradigmáticas que fragmentam o sujeito em seu espaço e o alienam em suas relações consigo mesmo e com o meio em que vive. Concebe-o “ensimesmado”, provoca-lhe a inversão em seu “dever a ser homem” reduzindo-o a simulações e clichês (Ciampa, 2001).

O individualismo marcante que decorre do contexto neoliberal, inviabiliza concretizarmos a concepção de identidade em unidade. À luz dos comentários de Ciampa (2001), quando a identidade no particular não concretiza sua unidade, o universal torna-se falso, abstrato; é o caso da sociedade capitalista<sup>23</sup>.

Conforme mencionado no segundo capítulo desta pesquisa, Souza Santos (2001) notara a conversão do sujeito em objeto de si próprio, resultando em uma concepção abstrata de cidadania – esvaziada de seu potencial de emancipação. Deste contexto, advém um indivíduo abstrato. Sua identidade movimenta-se em fragmentos. A metamorfose em si – enquanto identidade e passível de se realizar contínua e concretamente - é condição para o desenvolvimento da razão e consciência humanas (ou retrocesso, desrazão),

---

<sup>22</sup> A leitura de Vygotski aqui referida trata-se de apenas uma das formas de compreender a obra deste autor, fundamentando-se nas proposições enunciadas pela equipe de psicologia Sócio-Histórica da PUC/SP. A vasta obra do autor apresenta outras leituras que não serão comentadas neste trabalho.

<sup>23</sup> Apesar de não fazer a leitura da obra de Vygotski a partir do referencial em psicologia Sócio-Histórica, Ciampa traz interessantes contribuições para a compreensão de sujeito no mundo, referindo-se à questão de identidade a partir de sua concepção em metamorfose.

e, quando inverso seu movimento, ao invés de: “*devir homem (...) devém não homem*” (Ciampa, 2001:227):

“(...) em vez de proprietário (o homem) das coisas, estas é que o têm como propriedade; em vez de fazer uso das coisas, estas é que o usam; em vez de trabalhar com suas ferramentas, com seus instrumentos, estes é que trabalham com o homem como ferramenta, instrumentalizando-o” (Ciampa, 2001:227).

Souza Santos (2001) aproxima-se desta forma de compreensão em psicologia e se refere à necessidade de uma mudança paradigmática. Em sua opinião, a lógica dominante – aos moldes neoliberais – rendeu-nos subsínteses, ou seja: as relações entre subjetividade, cidadania e emancipação ficaram aquém das sínteses. Assim, reclama uma nova teoria – “*uma nova psicologia e epistemologia*” (2001:324) – capaz, dentre outras qualidades, de reconstruir o conceito de sujeito a partir da subjetividade, trabalhando por uma emancipação que não sirva como efeito teórico e que seja posta em prática. Em seus argumentos, Souza Santos refere-se à necessidade de atos concretos de emancipação protagonizados pelo sujeito ou grupos sociais, pressupondo, para tanto, a existência de sujeitos concretos (não mais abstratos), bem como a constituição de uma subjetividade concreta que não se configure pelo conformismo.

A produção científica em Psicologia Sócio-Histórica visa à compreensão da dinâmica estabelecida nas relações do sujeito com a sociedade. Assim, procura superar concepções reducionistas que fragmentam a rede em que se entrecem os fenômenos objetivos e subjetivos, reduzindo-os ao nível do observável. Deste modo, refere-se à importância do contexto dialógico em que reside a subjetividade, infinitamente partícipe no âmbito das construções objetivas e há muito esquecido pelo modo positivista do fazer ciência. Apresenta-se como alternativa à visão dominante (positivista), ao considerar a subjetividade como parte do processo social sem, contudo, reduzi-la à essência individual do sujeito.

Desta forma, possibilita a compreensão do sujeito e de sua subjetividade como produções históricas em concatenação dialética com a realidade objetiva.

De acordo com seus pressupostos, concebe-se a totalidade dos fenômenos psicológicos como resultantes do processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo das relações é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. A subjetividade, portanto, é constituída através das mediações sociais, ou seja, a partir das relações do sujeito com o mundo material e social (Bock, 2001).

A concepção de subjetividade aqui expressa, designa um processo que não se cristaliza. Conforme Molon (1999:144), ela “*é permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais*”.

Temos, então, a presença de um sujeito em constante transformação, transformador e transformado, no intercâmbio das relações que estabelece com o entorno social no qual se insere. Sua identidade é em metamorfose, num *continuum*, desenvolvendo-se dentro das possibilidades oferecidas em seu meio social – dependente delas e, por sua vez, delas também o construtor. Como que em um pano de fundo, nota-se a movimentação dinâmica do plano da subjetividade configurando as relações sociais entre os sujeitos. Parafraseando González Rey:

“A subjetividade não é um produto da cultura, é ela mesma constitutiva da cultura, não pode ser considerada resultado subjetivo de processos objetivos externos a ela, mas a expressão objetiva de uma realidade subjetivada” (2002:28-29).

O sujeito, para a psicologia sócio-histórica, tem afirmada sua autonomia, porém, também sua multideterminação advinda de valores sociais e culturais historicamente construídos e em constante transformação. A construção destes valores dar-se-á no plano da intersubjetividade, ou seja, a partir da subjetividade constituída na relação entre os homens, promovendo apropriação de significados sociais e produção de sentidos pessoais dada a mediação semiótica (Gonçalves, 2001).

Partimos da unidade entre os processos de ordem psíquica e aqueles de ordem fisiológica, considerando ser a natureza psicológica humana um produto

tanto do meio sócio-cultural, como da atividade cerebral. Nesta perspectiva, a consciência humana deriva de sua possibilidade subjetiva de produção e transformação a partir da realidade social. A consciência é histórico-social por natureza e suas formas superiores são formadas pela inter-relação da personalidade humana com o mundo de cultura que se desenvolve historicamente. Em outras palavras, a gênese da consciência é social e revela um sistema integrado em processualidade permanente, determinado pelas condições sociais e históricas (Aguiar, 2001).

Entendemos, portanto, partir o desenvolvimento humano do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie. São os homens construtores e construtores do enredo coletivo, autores e produtos intermitentes da história. Metamorfoseiam-se na relação com sociedade e com a cultura, esforçando-se para concretizarem suas ações a partir da unidade de suas particularidades, de suas possibilidades e atividades – de suas razões interessadas. Esta condição humana (ativa, histórica e social) constituirá o pensar, agir e sentir: a consciência. Ter consciência do alcance das próprias ações, individual e coletivamente, na construção da história, é poder atuar de modo a transformá-la. Para tanto, há de serem considerados fatores subjacentes da dinâmica individual, bem como fatores preponderantes na construção coletiva de subjetividade. Aguiar considera que:

“... as mudanças individuais têm origem na sociedade, na cultura, mediadas pela linguagem. A consciência, como afirma Bakhtin (1991), não pode ser reduzida a processos internos, só pode ser compreendida a partir do meio ideológico e social” (2001:103).

Baseada em pressupostos epistemológicos que transmitem uma visão de mundo, de sociedade e de sujeito, partindo da gênese social da consciência e do entendimento de subjetividade acima descrito, esta abordagem propõe a investigação do desenvolvimento do psiquismo e do comportamento humanos, com base nas denominadas funções psicológicas superiores, quais sejam: a atenção, a percepção, a memória, a vontade e o pensamento (Vygotski, 1996). Estas funções são aqui compreendidas como fruto da atividade humana,

resultantes de uma relação dialética com a realidade social. Implicam um movimento de apropriação individual que contém a possibilidade do novo, da criação, não se tratando de mera transposição do plano social para o individual.

As funções superiores surgem sobre a base das inferiores e representam uma complexa combinação de sínteses destes últimos, estruturando-se em uma dupla relação: são independentes, porém se vinculam, no processo de desenvolvimento, às funções elementares:

“Es de todo imposible construir una teoria sobre la vida psíquica superior sin una base asociativa. Igualmente erróneo es el intento (...) de reducir las funciones superiores a simples asociaciones que sólo aumentan cuantitativamente e ignorar la ley de independencia de las síntesis más superiores” (Vygotski, 1996:118).

Além do caráter de interdependência entre elas, compreendemos serem os processos elementares de origem biológica, enquanto que as funções psicológicas superiores são sócio-culturais, resultantes de um processo dialético constituído ao longo do desenvolvimento psicológico humano.

As funções superiores só podem ser pesquisadas através de estudos históricos dos produtos culturais, tais como lendas, costumes e linguagem. A cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa. As mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças quantitativas e qualitativas, na consciência e no comportamento.

Para Vygotski (2002), a mediação entre o homem e seu contexto social é realizada a partir de um conjunto de fatores que formam o sistema de signos (linguagem, escrita, sistema de números, entre outros). Os sistemas de signos são criados e re-criados pelas sociedades ao longo da história humana, transformando-as, tecendo-lhes o enredo, modificando o nível de seu desenvolvimento cultural. O sistema de signos – internalizado individualmente – tem sua raiz na sociedade e na cultura:

“... mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento histórico os seres humanos foram além dos limites das funções psicológicas impostas pela natureza, evoluindo para uma

organização nova, culturalmente elaborada, de seu comportamento. (...) essas operações com signos são produto das condições específicas do desenvolvimento social” (Vygotski, 2002:53).

Chamamos signos os estímulos artificiais ou auto-gerados, capazes de modificar a estrutura psicológica de um processo mental para além das dimensões biológicas que operam o sistema nervoso humano. Grosso modo, signos são elos que interpenetram a relação direta ‘estímulo-resposta’, pressupondo a atividade do indivíduo para tanto. Ao invés de uma estrutura simples de ‘estímulo-resposta’, o sistema de signos aflorará da estrutura complexa subordinada à ação e ao engajamento individual, agindo sobre o próprio indivíduo e não sobre o meio. Na base deste funcionamento complexo permeará a totalidade das funções psicológicas superiores, conferindo-lhes qualidades antes inacessíveis ou inexistentes. Assim, os signos promoverão diferenças qualitativas, criarão novas formas de processos psicológicos enraizados na cultura (Vygotski, 2002:54).

Bem entendido isto – ou seja, a necessidade de ação individual e seu papel fundamental em relação às funções psicológicas superiores, o papel dos signos e, especificamente, o da linguagem – retomemos o caminho a ser trilhado. Partiremos do pensamento enquanto função psicológica ancorada nos pressupostos da psicologia Sócio-Histórica, desvelando-o a partir da linguagem enquanto signo estrutural no bojo desta dialética. Admitimos, a priori, estar a totalidade das funções superiores em relações complexas e estruturais, não isoladas. O pensamento, como unidade da vida psíquica e parte destas funções, é concebido em seu contexto intersubjetivo, num movimento dialético entre o sujeito e a sociedade, configurando aspectos da realidade objetiva e subjetiva simultaneamente (Vygotski, 2002). Enquanto processo de evolução histórica da consciência, o pensamento é subjuntivo e adjunto, impetuoso e submisso, transformando-se, rebelando-se ou/e fazendo a manutenção da realidade macro-estrutural (em seus planos subjetivo e objetivo).

### 3.1.1 - Das idéias: o pensamento a motivá-las

No segundo capítulo vimos que Souza Santos (2001) propôs a configuração de uma realidade subjetiva constituída a partir da conformação individual e coletiva. Desta forma sugeriu estar no âmago das atividades humanas para o trabalho, a falta de ímpeto em transformar o enredo coletivo, havendo uma descrença generalizada diante desta possibilidade. Batizou este enredo coletivo de “síndrome de bloqueamento global” (2001:333) que se estabelece a partir da configuração de uma subjetividade conformista, originada pelo racionalismo estreito, mecanicista, utilitarista e instrumental da ciência moderna, correlacionado com a expansão da sociedade de consumo. O autor, então, sugere a reabilitação dos sentimentos e paixões enquanto forças mobilizadoras de transformação social; em suas palavras: *“uma subjetividade que queira lutar por elas”* (2001:332).

O entendimento de subjetividade conformista exposto por Souza Santos aproxima-se do conceito de afecção do padecer enunciado por Sawaia (2000). A despeito das denominações, ambos nos parecem análogos e chegam a um resultado comum: à falta de vontade ou ímpeto para a ação. Uma subjetividade conformista perde em reflexão volitiva, dizendo a si mesma serem assim que funcionam as coisas e assim é que é. A afecção do padecer está associada às emoções tristes, às idéias inadequadas e à passividade frente ao desejo do outro. Escravizam-se os homens que vivem nesta condição, submetendo-se ao desejo e à vontade de outros homens, inibindo a sua capacidade de agir e pensar livremente (Sawaia, 2000). Assim passam a se guiar por idéias alheias a si, passando a desejar a própria escravidão.

A autora fala em “cura da servidão” através da “potência de ação”, entendida como a capacidade de ser afetado e afetar o outro ao saber-se causa dos próprios afetos e senhor de suas ações, exercitando a capacidade de agir e pensar, evitando a ilusão. A potência de ação – em oposição à concepção de afecção do padecer – é associada à alegria, a qual resulta da compreensão e aceitação da causa das próprias paixões.

Percebemos, uma vez mais, outro ponto comum entre os autores: Souza Santos sugere a reabilitação dos sentimentos e paixões; Sawaia fala em

“terapêutica das paixões”, associando a alegria à potência de ação pelo esforço em conservar a própria liberdade, a qual se torna possível pelas idéias adequadas e pela razão livre.

Ao relevarmos o contexto social capitalista, a natureza da relação entre as pessoas e destas com o meio, o crescente individualismo, o pensamento tecnicista/mecanicista, a desrazão (razão interesseira) como mola propulsora das ações, pensamentos, motivos e necessidades, voltemo-nos à questão da subjetividade neste contexto. Que idéias constituem a subjetividade das pessoas, que pensamento as animam: estão (ou não) marcadas por essa suposta conformidade, estão (ou não) cristalizadas, constituem-se (ou não) a partir da afecção do padecer, funcionam (ou não) pela compulsão a repetição em detrimento da reflexão, mais transformam ou, ao contrário, mantêm as relações estabelecidas pela lógica dominante?

Consideraremos este raciocínio a partir de um contexto específico: a emergência das “novas organizações sociais”, as ONGs, atuantes no “terceiro setor”. Estas organizações supostamente viriam com uma proposta transformadora da realidade, considerando-se locutoras da sociedade civil e interferindo em fatores de crucial importância diante da realidade social, como: pobreza, exclusão/inclusão, desigualdade, implementação de ações para que o Estatuto da Criança e do Adolescente funcione de fato etc. No entanto, conforme nos mostra a pesquisa bibliográfica até o momento, com base nas afirmações de Coutinho (2004), Lavallo (2003) e Montaño (2002), entre outros, parece que as missões propostas por muitas organizações nem sempre são transformadoras. Em alguns casos – considerando particularmente as organizações que surgem durante a década de 1990 – articulam-se pelos liames do discurso dominante conjecturando soluções práticas que pouco solucionam. Perdem-se no papel de assessoras dos movimentos sociais e voltam-se às empresas e fundações financiadoras, desarticulando os movimentos, criando dependência em relação às suas fontes de financiamento, ajudando a criar e desenvolver um discurso social cujo conteúdo, aos poucos, é incorporado pela empresa privada. Ao se deterem nas pró-formas de suas missões, não respondem às causas estruturais dos problemas. Diz-nos Souza Santos que: *“o autoritarismo hoje se reproduz sob novas formas, menos visíveis, mais perigosas e difíceis de erradicar”* (2001:343).

Os profissionais das organizações, ao incorporarem o discurso missionário das ONGs, vêm-no esvaecer em sentido e significado ao buscarem materializá-lo na atividade prática. O conceito e os significados do conceito ficam obscurecidos, distantes das imagens que sugerem... O sentido, uma vez conformado, deixa de alimentá-los. Substabelece-se pela reprodução em série – dialeticamente. Assim, pouco adiciona, pouco movimenta. Reproduz os significados coletivos a partir da afecção do padecer, resultando no comprometimento da vontade e inibição reflexiva.

Neste contexto: copo é copo, porta é porta, rio é rio (uma linha em um mapa geográfico) e social é social. É qualquer coisa; é uma “coisa”, uma palavra no dicionário! A palavra perde em ressonância. A imagem da palavra (conforme Vygotski nos revelará a importância adiante) compromete-se, deixa de “iluminar o mundo”, em detrimento de sua origem e história. Reproduz, por repetição, a generalização do conhecimento de forma evasiva, pulverizando-a. O social, ao se tornar um emblema - uma coisa - passa a traduzir o anonimato das idéias.

Segundo o dicionário Aurélio, social significa “*de, ou relativo a sociedade*”<sup>24</sup> (1977:445). E assim passamos a entendê-lo: como se não fossemos, nem fizéssemos parte desta tal sociedade - alheios a este “social”. E, por isso mesmo, criando projetos, desenhando intervenções, dirigidas ao “social” do qual não fazemos parte: dirigimo-nos às periferias, bradamos nossos compromissos e missões em favor do social, em prol dos mais pobres.

Os sentidos e significados sustentarão a totalidade das relações do sujeito com o mundo no plano intersubjetivo, constituindo a linguagem, base das funções psicológicas superiores, transformando ou causando a manutenção da realidade objetiva e subjetiva. Quais seriam, então, os sentidos e significados constituintes da subjetividade marcada pela conformidade, identificada pela afecção do padecer, no âmbito individual e coletivo? Faz-se, portanto, necessário descortinar sobre a subjetividade que constitui o pensamento destas organizações, a qual, podendo ser desvelada a partir de

---

<sup>24</sup> Segundo o dicionário Aurélio, social significa: (1) de, ou relativo a sociedade; (2) sociável; (3) nas moradias, diz-se de via de acesso vedada aos empregados e/ou fornecedores.

inúmeras perspectivas, terá, como foco no presente trabalho, o pensamento. Como notara Vygotski:

“Para entendermos o discurso do outro, nunca é necessário entendermos apenas palavras; precisamos entender seu pensamento (...) e a sua motivação” (Vygotski, 2001:481).

Precisamos estar inseridos em um meio social motivador para darmos um passo decisivo no desenvolvimento do pensamento e incitar todas as suas potencialidades. Quando não há estímulo, as potencialidades do pensar inibem-se. Motivação, necessidade e objetivo são aspectos necessários para que o pensamento se desenvolva (Vygotski, 2001).

Ao concebermos o pensamento reflexivo inserido em uma estrutura que requer ação (Vygotski, 2001), entendemos que a ausência da vontade inibe o seu movimento. O mundo novo é visto com velhos olhos. As idéias não acendem a chama da alma para produzir novos sentidos, significados, ações e reações no contexto dialético em que se configura a subjetividade – ou seja, não são mobilizadas pela paixão (despotencializam-se, movidas pela inibição da razão, pela afecção do padecer), cristalizando-se.

Falar sobre a cristalização das idéias, não quer dizer falar sobre a inexistência de movimento ou sentido no âmago da dialógica de aspectos que configuram a(s) subjetividade(s) e estruturam o pensamento. Ao contrário, há movimento em todo o processo do pensar (Vygotski, 2001), porém poderão suceder movimentos delineados, já traçados em seu decurso e, por isso, fechados, sólidos, cristalizados, interligados em antigos nexos que já não condizem com os sentidos que os interligam; ou construídos sob uma lógica adversa em que as palavras são enriquecidas com significados a lhe desarticularem a imagem – tal parece ser o caso, no momento em que o discurso do “social” é apropriado pela empresa e por organizações a ela vinculadas. Assim sendo, um pensamento cristalizado é aquele que não se renova, dando a aparência de que novas idéias são recebidas num rol de velhas estruturas sem, no entanto, conseguirem transformá-las.

Ao refletirmos sobre a questão das idéias, consideramos a probabilidade de nos antevermos com um sem-números de significados dicionarizados em

dialógica com os sentidos infinitamente construtos, desenvolvendo-se pela sua renovação ou, ao contrário, pelo abuso de mesmos nexos interligando-as *ad-infinitum*. Isto porque a ausência da vontade ao inibir o pensamento reflexivo conceitual, poderá gerar um processo de funcionamento que prescinde operações lógicas; ou melhor, que obedeça a uma lógica diversa, uma outra forma de associações, como no caso do pensamento por complexos<sup>25</sup>. Aliás, segundo Vygotski, é este tipo de pensamento (por complexos) que “*detém (...) o nosso pensamento habitual, baseado na nossa experiência cotidiana*” (Vygotski, 2001:219).

A cristalização de idéias não se identifica, de modo algum, com uma paralisação no decurso do pensamento. Todo o pensamento inclui movimento e cumpre uma função, procura unificar e estabelecer relações entre as coisas (Vygotski, 2001) – aliás: “*é somente em movimento que um corpo mostra o que é*” (Blonsky *in* Vygotski, 2002:86). Ao nos debruçarmos sobre o desenvolvimento da estrutura do pensamento, compreendemos tratar-se de uma estrutura complexa manifestando-se em suas variadas formas ao longo da vida. À luz das idéias de Vygotski:

“... não se pode imaginar esse processo de substituição de algumas formas de pensamento e de algumas fases de seu desenvolvimento como um processo puramente mecânico, acabado e concluído. O quadro de desenvolvimento se mostra bem mais complexo. Diversas formas genéticas coexistem (...) Essa situação é antes uma regra que uma exceção no desenvolvimento de todo o comportamento. Sabe-se que o comportamento do homem não está sempre no mesmo plano superior de sua evolução. As formas mais recentes na história humana convivem no comportamento humano lado a lado com as formas mais antigas (...) O mesmo se justifica em relação ao desenvolvimento do pensamento infantil. Aqui, mesmo depois de ter aprendido a

---

<sup>25</sup> Vygotski (1996, 2001, 2002) apresenta sua concepção acerca da ontogênese do pensamento, a qual implica processos dinâmicos no desenvolvimento do pensar, concebido em níveis categóricos somente a título de compreensão. A ontogênese do pensamento será comentada adiante.

operar com formas superiores de pensamento – os conceitos – a criança não abandona as formas elementares, que durante muito tempo ainda continuam a ser qualitativamente predominantes em muitas áreas de seu pensamento. Até mesmo o adulto está longe de pensar sempre por conceitos. É muito freqüente o seu pensamento transcorrer no nível do pensamento por complexos, chegando, às vezes, a descer a formas mais elementares e primitivas” (2001:228-229).

Prosseguiremos recuperando e articulando algumas idéias importantes de Vygostki (1996; 2001; 2002) a respeito da estrutura do pensamento e da linguagem, a esta altura já entendidas no âmbito das funções psicológicas superiores. Porém façamos uma importante ressalva: pensamento e linguagem constituem uma unidade, mas não uma identidade (Vygotski, 1996; 2001). Em outras palavras, pensamento e linguagem não são idênticos, no entanto se constroem mutuamente, estabelecendo uma relação constitutiva entre si: formam-se e se transformam na medida em que se inter-relacionam. São originais, causais e funcionais em motivação um para com o outro. Não são únicos, não são em fragmentos; ao contrário, constituem-se em unidade pelo sentido a motivá-los (ou não).

Antes de nos adentrarmos com maior profundidade na estrutura do pensamento tal qual a enuncia Vygotski, vale ainda citar Bleger<sup>26</sup> (1980). Este autor apresenta reflexões acerca do pensamento, reclamando por sua intervenção ativa. Para ele, o estilo de vida da sociedade capitalista facilita ou condiciona uma distorção entre o fazer e o pensar, configurando uma aprendizagem incompleta:

“... muito do que se chama pensar é somente um círculo vicioso e estereotipado” (1980:64).

---

<sup>26</sup> Apesar de se tratar de um autor cuja abordagem teórica difere da Psicologia Sócio-Histórica, ao enunciar reflexões acerca do pensamento, Bleger o considera segundo o princípio dialético e releva a importância de seu funcionamento de forma ativa. Deste modo, contribui para a presente discussão.

Bleger (1980) refere-se a uma série de formas distorcidas no processo do pensamento, as quais se perfazem por padrões culturais que constituem a organização social. Em sua opinião, há um arsenal ideológico que fragmenta e “elementariza” o processo do pensamento.

Para Vygotski (2001) o pensamento do adulto é marcado por formas funcionais elementares, travando um embate incessante com suas formas superiores. Das formas superiores seria oriundo o pensamento dialético, o qual compreende um tecer ininterrupto, vivo e dinâmico; não se cristaliza em seu fluxo, não fossiliza idéias, não circula em cadeias: pelo contrário, é libertador.

Retomando as colocações de Bleger (1980), o autor menciona ter a lógica dominante, desde os tempos mais remotos, procurado delimitar, controlar, formalizar, compartimentalizar o pensamento, uma vez não se tratando de algo inofensivo:

“... o pensar não é inofensivo, e fazer pensar também não o é. Basta pensar no destino de Sócrates e compará-lo com o de seus acusadores Meleto, Anito e Licon, representantes da tradição e da esteriotipia” (1980:66).

Teme-se o pensamento espontâneo e dialético, pois uma vez criativo, despido de receitas, este pensamento arriscaria para além das possibilidades corporais e sensoriais, atrevido-se por razões e lógica outras (Bleger, 1980). E se, afinal, somos todos construtores e construtores do enredo coletivo, movimentando sentidos para o enriquecimento dos significados sociais<sup>27</sup> – e, certamente, dos próprios sentidos – trazemos, em conjunto, uma possibilidade expoente concernente ao fluxo de nossas idéias, atrevido-nos (ou não) em universos imemoriais de pensamento.

O pensamento dialético não reconhece fronteiras, não vicia idéias, causando-se de forma permanente num fluxo espiral, não padronizado, suscitado pela revisão de repertórios e esquemas referenciais, animando-se a partir da contradição. Ao questionarmos conceitos, padrões e idéias, o pensar dialético provoca a inovação, a transmutação, faz-nos pensar - em outras

---

<sup>27</sup> Aqui, a concepção de sentidos e significados referida está de acordo com as colocações de Vygotski sobre o tema e será tratada, mais detalhadamente, adiante.

palavras, gera o pensamento. Bleger (1980) menciona sobre o pensamento limitado, arraigado em esquemas referenciais e padrões de entendimento, o qual é capaz de bloquear o pensamento dialético, pois é mobilizado por críticas e controle... Uma vez que o pensamento dialético dar-se-á, exatamente, pela movimentação do fluxo de idéias e reflexão acerca de seus conceitos, um pensamento limitado, estagnado em padrões e esquemas, temeroso de suas próprias reflexões, seria paralisado; um não-pensamento:

“... pensar equivale a abandonar um marco de segurança e ver-se lançado numa corrente de possibilidades (...) sem fantasia e sem imaginação não existe pensamento criador. A realidade ultrapassa a imaginação e a fantasia de todos os homens juntos” (Bleger, 1980:65).

Os esquemas referenciais constituem a síntese de uma integração unitária entre o mundo e o corpo, entre os sentidos e os significados das experiências, unidade esta que não se refere a uma exclusão de opostos, porém, e inversamente, inclui e implica sua existência. Para que o pensamento dialético aflore, faz-se necessário uma revisão permanente dos esquemas referenciais, a partir dos quais as pessoas pensam e atuam no mundo. Ao percebermos a cristalização destes esquemas, somos capazes de indagá-los de forma consciente (Bleger, 1980).

### 3.1.2 - Dos **cristais**: a ontogênese do pensamento

Segundo Vygotski (1996), o desenvolvimento da consciência e dos mecanismos volitivos superiores dependem da capacidade de reflexão da pessoa em relação ao meio sócio-cultural em que se insere, relevando suas peculiaridades qualitativas. Ao longo do desenvolvimento das funções superiores ocorrerão mudanças não apenas estruturais, mas essenciais. Para o autor, essas transformações se dão no nível de seu caráter processual, ou seja, haverá modificações nas relações “inter-funcionais” conectivas do

indivíduo (em outras palavras, em seus nexos). As mudanças assumirão papéis cognitivos diferenciados – vínculos passam por transformações qualitativas e os nexos, por seletivas (Vygotski, 2001). A capacidade de reflexão dependerá da formação de conceitos que estruturam o pensamento, desafiando a linguagem e sendo provocados por ela.

Pela análise genética do pensamento e da linguagem, percebemos que a relação entre esses dois processos revela uma natureza variável ao longo de todo o desenvolvimento, suas curvas convergem e divergem constantemente, cruzam-se, nivelam-se, seguem paralelamente, confluem-se e tornam a se bifurcar. Vygotski (2001) realizou rigorosa análise apresentando uma verdadeira retrospectiva histórica, a fim de desvelar as raízes genéticas de ambas as funções. Entre outras conclusões, afirmou: “(...) *no adulto a fusão de pensamento e linguagem é uma manifestação parcial que só vigora e se aplica no campo do pensamento verbalizado*” (2001:140).

Acrescente-se, ainda, que nem todos os processos de linguagem são intelectuais, sua natureza genética é independente do pensamento e, por diversas vias, com ele se entrecruza. Há o momento em que esse cruzamento, durante o desenvolvimento do sujeito, dá um primeiro salto qualitativo, tornando a fala intelectual e o pensamento, verbal. A descoberta da função simbólica do pensamento é uma operação intelectual consciente e complexa. Nem todas as formas de atividade mental derivam do pensamento. Como exemplo, cita Vygotski: “*não pode existir nenhum processo de pensamento quando alguém reproduz na linguagem interior um poema aprendido de cor ou repete mentalmente uma frase que lhe foi ensinada para fins experimentais*”<sup>28</sup> (2001:140).

Linguagem e pensamento acontecem num movimento dialético constante. Inicialmente próxima da ação, a linguagem reflete momentos do pensamento prático, anterior ao pensamento por complexos. De forma gradual, a linguagem deixa de cumprir esta função e se converte em planificadora. Segundo Vygotski:

---

<sup>28</sup> A linguagem interior se refere ao pensamento silencioso do indivíduo consigo mesmo, a qual sucede em um tempo e encadeamento de idéias diversos, quando comparada ao modo em que opera a linguagem exterior.

“Así es cómo se forma la primeira relación objetiva entre el lenguaje y el pensamiento. El lenguaje se convierte en un médio del pensamiento porque refleja la acción intelectual práctica que transcurre objetivamente. Se trata de un momento de capital importancia en el desarrollo del lenguaje y del pensamiento que nos hace conocer cómo surge el pensamiento verbal en general (1996:157)”.

Quando prático, o pensamento apresenta uma reserva disponível de esquemas referenciais, que não dependem de formas complexas de atividade, porém as abarca como possibilidade<sup>29</sup>. A conduta da criança é repleta de esquemas cristalizados de experiência social e gradualmente emprega fatores novos que diversificam seu intelecto prático. No entanto, a acumulação de vínculos não leva a uma forma superior de pensamento. A linguagem em seu desenvolvimento adquire determinadas formas lógicas e se intelectualiza pelo ato de refletir e acompanhar as operações intelectuais práticas: “*El pensamiento verbal, a principio, ha de ser objetivo y tan sólo después se hace subjetivo. Primero surge en si y después para si*” (Vygotski, 1996:157).

A linguagem, a medida que se desenvolve nos seres humanos, converte-se em pensamento e este, por sua vez, evolui do nível prático ao nível conceitual (Vygotski, 1996). Quando conceitual, o pensamento é independente de ações concretas, estabelecendo formas superiores de relação para o ser humano, suas reflexões e suas ações. Converte-se de objetivo em subjetivo ao “causar” a intelectualização da linguagem, partindo de uma aproximação sincrética e ampliando infinitamente suas possibilidades (Vygotski, 1996).

O pensamento se organizará permanentemente a partir da formação de conceitos, formando uma série de novas sínteses estabelecidas por nexos outrora latentes, os quais integram as funções elementares como instâncias a ele subordinadas:

---

<sup>29</sup> O pensamento é prático quando seu funcionamento se dá a partir de esquemas referenciais, e não conceituais, constituindo-se a partir de nexos e vínculos ligados a esses esquemas (Vygotski, 1996).

“En el proceso del desarrollo todas esas funciones constituyen un complejo sistema jerárquico donde la función central o rectora es el desarrollo del pensamiento, la función de formación de conceptos. Todas las restantes funciones se unen a esa formación nueva, integran con ella una síntesis compleja, se intelectualizan, se organizan sobre la base del pensamiento en conceptos” (Vygotski, 1996:119).

Por conceitos entende-se a forma de imaginarmos os fatos, estendendo-as para além da concretude dos fenômenos. A partir dos conceitos, ampliam-se infinitamente as formas e possibilidades de sínteses e nexos, sustentando uma estrutura de operações que possibilita planejamento e intenção de conduta. O processo de formação dos conceitos pressupõe o domínio dos processos psicológicos através do uso funcional da palavra ou signo (Vygotski, 2001). Porém, “... *embora o pensamento do adulto tenha acesso à formação de conceitos e opere com eles, ainda assim nem de longe esse pensamento é preenchido por tais operações*” (2001:217)<sup>30</sup>.

No desenrolar do desenvolvimento do pensamento, Vygotski (2001) atenta para a formação do que denominou “*pseudoconceitos ou conceitos-complexos*”. Em seu estudo, notou haver o momento em que conceito e complexo se coincidem na prática. Sendo as leis que constroem ambos completamente diferentes, parece estarmos diante de conceitos verdadeiros, porém não o são. No pensamento por complexos, os significados já estão

---

<sup>30</sup> No essencial, a evolução que culmina no desenvolvimento dos conceitos se constitui em três estágios, os quais são divididos em diversas fases. Não adentraremos minuciosamente em cada um deles, ressaltando apenas alguns pontos que interessam no presente trabalho. Durante o segundo estágio deste processo, o pensamento é denominado “*pensamento por complexos*”, em que objetos homogêneos são unificados em grupos generalizados, em complexos, segundo vínculos concretos e factuais que constituirão um pensamento coerente e objetivo. Quando em cadeias, seu funcionamento é abstêmio de qualquer centralidade; é como um “amalgama psíquico” onde há uma fusão do geral com o particular, do complexo com o elemento. O intrigante está em que os complexos aí formados obedecem a leis completamente diferente das leis dos conceitos, conectando-se a outros vínculos objetivos. Este tipo de pensamento apresenta seus intermináveis resíduos na linguagem do adulto (Vygotski, 2001).

estabelecidos e são transmitidos de forma pronta, não há criação da própria linguagem, mas a assimilação de uma linguagem pronta (Vygotski, 2001).

A título de ilustração, diz Uznadze (*in* Vygotski):

“É absolutamente claro que as palavras, antes de atingirem o estágio dos conceitos plenamente desenvolvidos, assumem a função destes e podem servir como meios de compreensão entre pessoas falantes” (2001: 197).

Pseudoconceitos serão funcionais no nível comunicativo-informativo, porém distantes do modo reflexivo de compreensão.

Ao partir do funcionamento do pensamento infantil e o comparar com o *modus operandi* do pensamento adulto, com o intuito de recuperar, através do estudo do desenvolvimento do psiquismo humano, a história de evolução do pensamento, Vygotski (2001) observará que o pensamento no adulto não se estabelece sempre em sua forma superior e evoluída, ao contrário, manifesta-se muitas vezes em sua forma mais elementar. Em suas palavras há “... *uma luta incessante e diária entre o pensamento por conceitos e o pensamento por complexos*” (Vygotski, 2001:215). Este último obedecerá à lei da associação por contigüidade e semelhança, de acordo com a qual as palavras assumem uma função nominativa e referencial; não há semântica:

“... aqui a palavra não é lei de algum sentido a que esteja ligada no ato do pensamento, mas um dado sensorial do objeto, ligado por via associativa a outra coisa sensorialmente percebida” (Vygotski, 2001:215).

O pensamento por complexos, na medida em que se desenvolve, sofrerá transformações que caracterizarão os “pseudoconceitos”, tornando-os “conceitos potenciais”, os quais também estarão presentes no pensamento do adulto. Desta forma, pseudoconceitos podem gerar conceitos, a partir de uma postura reflexivo-volitiva. No entanto, são ainda conceitos em potencial, consideramo-los dentro de uma possibilidade ainda não realizada, tratando-se de algo que pode vir a sê-lo. Trata-se de uma formação pré-intelectual, a qual “*não pode ser senão uma ação do hábito*” (Groos *in* Vygotski, 2001:222) – pode

ser elucidada sem a admissão de processos lógicos e se equivaler a um significado funcional.

O mecanismo de pensamento por complexos, com todas as suas peculiaridades próprias, é o fundamento da evolução da nossa linguagem e nos leva a considerar distinguir o significado da palavra de seu material referente. Pode haver diversos referentes e um só significado, bem como significados diversos e um só referente. As palavras podem coincidir em sua referencialidade concreta, porém divergir em significado; é tal a peculiaridade do pensamento por complexos. Como exemplo típico de referencialidade concreta, Vygotski menciona a existência dos sinônimos em cada língua, os quais apresentam modos diferentes de operações mentais que apontam a etimologia de cada palavra: “... ao falar-se do significado da palavra, é necessário distinguir o significado da palavra propriamente dito e a referência nela contida ao objeto” (Schor in Vygotski, 2001:212).

O conceito não é estanque e está vinculado aos processos reais de pensamento em que surge, é descoberto e vive. Sua formação caracteriza o pensamento abstrato, tratando-se de um processo de caráter produtivo e não-associativo. Neste processo os atos do pensamento são intencionais, regulados pela consciência que se manifesta a partir da experiência do sujeito. Porém a existência de um conceito e a consciência desse conceito, não coincidem quanto ao momento de seu surgimento, nem quanto ao seu funcionamento. Acrescente-se ainda que, se visto como causa do processo juntamente com a colocação do problema, a formulação dos conceitos poderá desencadear, mas não assegurar a realização/solução de determinada tarefa. Para isso, a ênfase deve ser centrada no objetivo da tarefa, que surge e é estimulada pelo meio social motivando o sujeito em seu passo decisivo no desenvolvimento do pensamento. Conforme aponta Vygotski (2001), onde o meio não cria,

“não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento (...) não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com extremo atraso” (2001:171).

Todas as funções superiores têm como traço comum o fato de serem processos mediatos, ou seja, de incorporarem à sua estrutura, como parte central de todo o processo, o emprego de signos como fundamental meio de orientação e domínio nos processos psíquicos. Em se tratando do pensamento, como pudemos observar, este traço permanece marcadamente. A linguagem, enquanto função, a palavra, como signo, constituem e são constituídas pelo pensamento em todo o processo de seu desenvolvimento. O pensamento passa por vários planos e se realiza, ou melhor, “materializa-se” através da palavra de forma dinâmica (Vygotski, 2001).

Recuperamos a história do pensamento, a fim de compreendê-lo em sua estrutura dinâmica, a qual se manifestará em sua pluralidade funcional. Não obstante os saltos qualitativos funcionais, estão presentes, nas interconexões desta estrutura, conforme notara Vygostki (1996, 2001), formas elementares do pensar ao longo da vida. A reflexão poderá gerar um pensamento dialético, libertador, que supere as formas elementares do pensamento habitual. Porém, para que aconteça o pensamento reflexivo, é necessário haver motivação. Em um meio onde não há motivação para a reflexão, o pensamento se estreita num complexo de significações habituais. A solidez na dinâmica processual do pensamento reduz a possibilidade de significações passíveis de constituírem as infundáveis compleições conceituais, cristalizando significados e reduzindo as formas de compreensão do mundo. O pensamento habitual é repleto de solidez em sua dinâmica, de interconexões que se estabelecem num fluxo de idéias previamente constituído. Para que a reflexão aconteça, promovendo maior mobilidade, flexibilização de significados e esquemas referenciais, é necessário haver motivação.

Conforme notara Vygostki (2001), o pensamento não nasce de outro pensamento, há por trás dele um motivo:

“Por trás do pensamento existe uma tendência afetivo-volitiva (...). A compreensão efetiva e plena do pensamento alheio só se torna possível quando descobrimos a sua eficaz causa profunda afetivo-volitiva” (Vygotski, 2001:479-480).

A descoberta dos motivos faz o pensamento nascer e orienta o seu fluxo. Sem a compreensão dos motivos, não podemos entender o discurso, o subtexto que o rege, enfim, não podemos entender o pensamento (Vygostki, 2001).

### 3.1.3 - Motivações em fluxo: os sentidos e significados na dinâmica do pensar

*Certa vez, em crônica, comentou o escritor Rubem Alves (1999) sobre a seguinte experiência: viajava ele em um avião de São Paulo a Porto Alegre, quando, da janela, avistou um rio. Pensou, pensou, pensou... Não conseguia lembrar seu nome. Intrigado, chamou a aeromoça para lhe perguntar. A moça hesitou, disse não saber ao certo, mas achava que era o rio São Francisco. O escritor empalideceu com a resposta, intitulado sua crônica: “O rio São Francisco no Paraná”. Continuou seu enredo confabulando sobre a educação formal, a maneira como aprendemos e apreendemos as coisas e trocamos conhecimentos, enfim, como “os símbolos já não iluminam o mundo”. Para ele, o rio reduzia-se, em detrimento de seu valor, sentido e significado, tornando-se apenas uma mera linha em um mapa geográfico. Um rio sem identidade, sem sua história, sem os motivos que levam o seu nome, deixa de ser rio, torna-se uma linha – uma coisa, como qualquer outra... Um rio sem a experiência de rio! Qual seu significado? Que sentidos desperta?*

O caso acima foi mencionado, a fim de apreendermos, também pelas imagens, algo acerca dos sentidos e significados. O rio do caso, ao se configurar como uma linha abstrata em um mapa geográfico, revela o sentido da falta da experiência de rio. Partamos do exemplo de dois rios diversos: o rio Amazonas e o rio Tietê. O rio Tietê é capaz de nos transmitir significados de “urbanidade”, de um rio que morreu, onde não se nada, não se brinca... O rio Amazonas, por sua vez, pode nos transmitir uma experiência de rio diversa. Trata-se de um rio vivo, as pessoas podem cheirá-lo, vê-lo, banharem-se ali. O

que faz do rio Amazonas um rio como o imaginamos, com seus sentidos e significados, é a concreta experiência de sua existência como rio. O que faz do rio Tietê um rio igual ao rio Amazonas, é uma linha em um mapa geográfico... Vygotski (2001) nos fala poderem ser as associações entre as palavras e os significados reforçadas ou debilitadas. Coletivamente construídos, será que não reunimos uma gama de débeis significados pelo empobrecimento dos sentidos constituídos em nossas vivências?

Na seção anterior, falamos sobre a estrutura do pensamento, com o intuito de compreendermos um pouco sobre sua gênese, sua natureza social e histórica, seus movimentos e papel no desenvolvimento da consciência. Concluímos ser necessária a motivação, para que o pensamento dialético aflore; enfim, para que haja reflexão. A reflexão inibe-se diante de uma estrutura cristalizada, a partir de um esquema referencial arraigado em antigos nexos, empobrecendo as possibilidades e mobilidade de significações – tornando um rio, por exemplo, uma mera linha em um mapa geográfico. Como notara Sawaia:

“(...) o sistema das funções psicológicas superiores é de origem social (...) e é mediado por um sistema conceitual, cristalizado e institucionalizado como os significados dicionarizados, senso comum, ideologia, bem como pelo valor que a sociedade dá a tal e qual função (...). São os nexos entre as funções psicológicas, e entre essas e a sociedade, que explicam as diferenças entre os indivíduos de classes sociais diferentes e entre os indivíduos de uma mesma classe” (2000:14).

Aprofundemo-nos, agora, no fluxo do pensamento: como se comportam as idéias, como vivem, como surgem no interior desta complexa estrutura? Continuaremos a nos apoiar nos pressupostos da psicologia Sócio-Histórica, pois Vygotski nos dá elementos para este entendimento.

Todos os pensamentos criam uma conexão, preenchem uma função, resolvem um problema. Todas as frases que dizemos possuem algum tipo de subtexto, um pensamento oculto por trás delas (Vygotski, 2001). A fim de desvelarmos esse subtexto, partimos de noções sobre o sentido e o

significado, em seu fluxo dinâmico, pelas palavras – uma vez que o pensamento através delas se realiza. Parafraseando Vygotski (2001:484): “... a relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo de pensamento na palavra”.

Existe um sistema semântico dinâmico que revela, de forma elaborada, a relação do homem com a realidade representada nas idéias, com seus motivos e necessidades, realizações e atividades. Apesar de constituírem estruturas independentes, a história de evolução do pensamento é também a história de evolução da linguagem – num movimento dialético.

Para Vygotski (2001) a palavra é unidade viva de som e significado; como célula viva, contém, de forma simples, todas as propriedades básicas do conjunto do pensamento. O significado, isolado do aspecto sonoro da palavra, tornar-se-ia uma mera representação, puro ato do pensamento, como um conceito que vive independente de seu veículo material. A palavra não pode ser desintegrada em elementos isolados, criando conceitos independentes de sua materialidade a reproduzir uma esterilidade semântica. A palavra nunca se refere a um objeto isolado. Trata-se de uma generalização latente, referindo-se a um grupo ou classe de objetos. O significado da palavra traz em sua generalização um ato de pensamento; sem significado a palavra é som vazio: “... é justamente no significado que está o nó daquilo que chamamos de pensamento verbalizado” (Vygotski, 2001:9). O significado revela um fenômeno da linguagem e do campo do pensamento simultaneamente; é a própria palavra vista em seu aspecto interior. Porém, só revela

“... um fenômeno de pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. É um fenômeno do pensamento discursivo ou da palavra consciente, é a unidade da palavra com pensamento” (Vygotski, 2001:398).

Segundo o autor, enquanto unidade viva, o significado é indecomponível, símbolo do conceito, preserva sua natureza psicológica interior, porém se desenvolve e passa por modificações quantitativas e

exteriores, podendo revelar associações reforçadas ou debilitadas. Assim: *“concentra em si as riquezas do desenvolvimento social de seu criador – o povo – e, como palavra, vive na comunicação”* (Sawaia, 2002:103).

No entanto, é possível, também, que se modifique a sua natureza interior, o que promoverá mudanças na relação do pensamento com a palavra. Esta relação é um movimento: *“do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento (...) o processo de pensamento da idéia à palavra é um desenvolvimento”* (Vygotski, 2001:409).

Nas interligações interiores deste desenvolvimento, a construção original do aspecto semântico se realiza pela predominância do sentido sobre o significado da palavra. Compreendemos sentido, de acordo com as idéias de Vygotski (2001), como a soma de todos os elementos que uma palavra desperta em nossa consciência. Trata-se de um todo complexo, fluido e dinâmico que apresenta inúmeras áreas de estabilidade desigual. O significado comporta apenas uma destas zonas de estabilidade; a mais estável e precisa. Uma palavra adquire seu sentido no contexto em que surge, porém o altera em contextos diferentes. O significado permanece relativamente estável ao longo de todas as alterações do sentido e, como potencialidade, realiza-se de diversas formas na fala. O sentido é ilimitado, móvel, variável, traz a soma intelectual, afetiva, perceptiva e volitiva da mente que o desperta (Vygotski, 2001). Trata-se de uma fonte inesgotável, contendo toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e se relacionando ao que está expresso por uma determinada palavra ou frase. As palavras podem destoar de sentido, modificá-lo; os sentidos mudam as palavras e os conceitos mudam de nome:

*“O sentido se separa da palavra e assim se preserva (...) se as palavras podem existir sem sentido, de igual maneira o sentido pode existir sem palavras”* (Vygotski, 2001:467).

No dinâmico e dialético fluxo entre os sentidos e significados de um fenômeno, notamos a movimentação entre os planos da linguagem exterior e interior. A linguagem interior é amplamente carregada de sentido, plano em que, como num processo de evaporação, a palavra esmorece e gera o pensamento. Como já vimos, o pensamento se realiza na palavra, porém nela

não se exprime, o que faz do pensamento discursivo, a própria idéia. Os significados, neste interfluxo, são mediadores do pensamento rumo à expressão verbal (Vygotski, 2001).

Porém conforme vimos até o momento, para que o pensamento se realize – “se movimente” (grifo nosso) – é necessário haver motivação e ação. Vimos, também, que a estrutura do pensamento comporta hábitos. Ademais, esta estrutura é composta de unidades vivas em fluxo. Ao se retro-alimentarem, os sentidos e significados, em contexto dialógico, colocam o pensamento em movimento, o qual se realizará verbalmente. Em analogia ao pensamento, Vygostki (2001: 478-479) o compara à imagem de uma nuvem parada que descarrega uma chuva de palavras. A motivação do pensamento seria o vento, movimentando suas nuvens. Se não há vento, este movimento segue sempre o mesmo fluxo de nexos e idéias, fossilizando operações no processo do pensar.

Ao tratar do comportamento fossilizado, Vygotski sugere haver processos que *“passaram através de um estágio bastante longo do desenvolvimento histórico e tornaram-se fossilizados”* (2002:84). Sendo mais facilmente detectados em processos mecanicamente automatizados, estes comportamentos de remota origem e infinita repetição perderam sua aparência original apresentando um caráter puramente automático. Assim como os comportamentos tornam-se facilmente habituais e automatizados, também o fluxo do pensamento pode revestir-se em hábitos. Também eles podem assumir uma forma fossilizada, cristalizada.

O pensamento apresenta sua história e evolução, suas manifestações primitivas, as quais se revelam ao longo da vida (Vygotski, 2001). Ao fossilizarmos, cristalizarmos nossas idéias – o nosso pensamento – reduzimo-lo a verdadeiros compartimentos de raciocínio que desconhecem a liberdade do pensar. Neste sentido, desconhecem a grandeza e fluidez da reunião de uma infinidade de sentidos ainda em busca de contexto para se ancorar. Falta-lhes motivação. Ao estruturarmos o pensar a partir dum ato-reflexo de mera reprodução de significados, os sentidos, nesta conjectura dialética, reproduzem individualmente fórmulas certas, direcionadas, de pensamentos que pouco se atrevem, pouco inovam ou transformam. Causam a impressão de um sentido pré-formatado no mundo, pois passam por caminhos-receita, já conhecidos,

nada inovadores. Não se imprimem no mundo, perdem em potência de ação, funcionando a partir da afecção do padecer – lembrando aqui que o termo “afecção do padecer”, de acordo com Sawaia (2000), associa-se às emoções tristes, às idéias inadequadas e à passividade frente ao desejo do outro, inibindo-se a capacidade de agir e pensar livremente.

A estrutura do pensamento passa a reproduzir idéias baseadas em antigas concepções, sendo aparentemente fluidas. Modificam-se as ações, mas o discurso, o pensamento que as empreendem (as significações sociais), remanesce.

A falta de fluidez no pensamento promove a manutenção de valores sociais. Está associada à inabilidade afetiva, a qual resulta em uma percepção uniforme e fossilizada que impede a liberdade. Para Sawaia (2000), a concepção de liberdade está associada à capacidade de simbolizar e pensar. Segundo a autora, o pensamento não ocorre sem emoção, é impulsionado pelos afetos e pelas paixões. É a razão livre que nos leva a pensar sem submissão a qualquer poder constituído, ordenando o nosso pensamento para agirmos por um afeto de alegria, de potência de ação. O contrário desta ação, a afecção do padecer, enclausura-se pela tirania, resultando na manutenção da servidão. Os sentidos provenientes deste processo se tornam artificiais, quase sem sentido - ou com o sentido de serem sem sentido – perdem a vida, comprometem a vontade e a afetividade.

Segundo Vygotski (2001), não podemos dissociar o intelecto do afeto. Separá-lo de sua parte afetivo-volitiva inviabiliza, definitiva e sumariamente, a compreensão de qualquer dos dois fenômenos. Não se pode estudar o pensamento dissociado de suas motivações vivas, seus interesses, pois:

“... assim, se torna ou um epifenômeno totalmente inútil, que nada pode modificar na vida e no comportamento do homem, ou uma força antiga original e autônoma que, ao interferir na vida da consciência e na vida do indivíduo, acaba por influenciá-las de modo incompreensível” (2001:16).

De igual modo, não se pode estudar o afeto isoladamente, correndo-se o risco de transformar “o pensamento em um apêndice dispensável do comportamento, em sua sombra impotente e inútil” (Vygotski, 2001:16).

Há uma influência reflexa do pensamento na vida psíquica, a qual detém a força mágica de determinar o comportamento do homem através de seu próprio sistema. O sistema semântico dinâmico revela-se uma unidade, mostrando, de forma elaborada, a relação afetiva do homem com a realidade representada em suas idéias (Vygotski, 2001).

O pensamento verbalizado traz a dinâmica vida da consciência em sua totalidade e particularidades funcionais, permitindo revelar o movimento direto que vai das necessidades e motivações do homem a um determinado sentido de seu pensamento (e vice-versa).

Sawaia (2000)<sup>31</sup> refere-se às motivações geradoras do pensamento, apresentando análises acerca das emoções. Para ela, as emoções mantêm nexos com as funções psicológicas superiores e com a convencionalidade social (valores e moralidades) e podem ser colocadas, a partir das mediações sociais e da positividade ética, a serviço da servidão, do erro e da potência do padecer. O pensamento, escravo da fixação emocional, fica sem motivação, dirigido a idéias inadequadas. A deficiência da capacidade de pensar, dentre outras variantes, pode estar relacionada à ausência de espírito crítico e da criatividade (Sawaia, 2000).

Por um processo de atomização – pura e simples repetição – as palavras podem perder a função de instrumento, ou servirem como um instrumento desafinado, que já não se afina com a melodia orquestrada. Deixam, por fim, de cumprir seu papel específico de “instrumento do pensamento”<sup>32</sup>. O trabalho molecular com as palavras-conceito intelectualiza as idéias e cria padrões de raciocínio a ponto de lhes roubar os sentidos. Creio

---

<sup>31</sup> Sobre a afetividade, afirma Sawaia (2000) tratar-se de um conceito desestruturador. Corresponde a uma categoria analítico-valorativa de crítica social e epistemológica, a qual reúne valores éticos, estéticos e a ciência. Apesar de um fenômeno privado, tem sua gênese e consequência no contexto social.

<sup>32</sup> Iarochovski e Gurguenidze (in Vygostki, 1999, “Epílogo”) referem-se à palavra como instrumento do pensamento.

que esta observação nos leve para além da mera intelectualização das palavras

Ora, não seria então a cristalização no fluxo das idéias um impedimento indelével a ampliação da consciência? Idéias pré-concebidas, formatadas em um caminho de velhos pensamentos cristalizados em seu fluxo inibem a reflexão e a formulação de novos conceitos. A elaboração de novos conceitos, ancorados em arcaica construção de significados, pelo “padecimento dos sentidos desmotivados”, estaria apenas vestindo novas roupas a manter o conjunto de inter-relações sociais sob um discurso manipulador. A formulação de novos conceitos sem a transformação dos significados que o constituem, destituem os tais “novos conceitos” de valor. Valores são constituídos a partir dos sentidos. Se os sentidos pessoais não são impressos na reformulação de velhos conceitos, ou na criação de novos, os tais novos produtos conceituais serviriam como veículo de repetição, legitimando antigos valores, atomizando o modo do pensar, fossilizando significações. Pensamentos pré-conceituados serviriam de barreira à revisão da ética, à emancipação, à conquista de uma cidadania participativa que não esteja reduzida à fala.

Partimos de algumas reflexões acerca do pensamento, com o objetivo de procurar compreender o discurso institucional, o subtexto que revigora as idéias das Organizações Não Governamentais. Uma vez apresentando um discurso que pretende interferir e arregimentar transformações na conjuntura social, procuraremos desvelar o pensamento que o sustenta a partir da fala dos profissionais das ONGs. Para isso, atentaremos às significações que constituem esse discurso percebendo como elas se articulam com a palavra.

### 3.2 - Pressupostos Metodológicos

“... o conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem na cabeça, mas algo que elas fazem juntas” (Spink e Menegon, 2000:76).

Antes de nos atermos às questões metodológicas propriamente ditas, convém salientar que, em psicologia Sócio-Histórica, o método não se reduz a aspectos meramente instrumentais; ao contrário, é indissociável de sua base ontológica e epistemológica. Procura-se empregar a concepção dialética em sua materialidade, a fim de superar a dicotomia subjetividade-objetividade numa afirmação de contrários (sujeito e objeto) em unidade. Pressupõe-se, para tanto, a existência objetiva real de sujeito e de objeto. A partir da ação do sujeito, ambos - objeto e sujeito - sofrem transformações. Essas ações são datadas, contextualizadas, sociais e históricas (Rosa e Andriani, 2002). Uma vez apontada esta ressalva, detenhamo-nos ao método.

Com o fito de desvelarmos pelo discurso institucional a partir da fala dos profissionais de organizações não governamentais, adotaremos, como diretriz, a análise qualitativa em psicologia, ancorando-nos em estudos de base histórica, filosófica e antropológica. Pressupomos, nesta concepção, a participação do pesquisador em campo no tecer deste processo de co-construção (Gonzalez Rey, 2002).

Cabe afirmar, aqui, que o método utilizado se apresenta como alternativa ao método positivista – e ainda hegemônico – do fazer ciência, referindo-se a noção de sujeito como construto social inserido em um processo dialógico constante – produtor e produto essencial de sua época e contexto histórico – e, portanto, constituinte e constituído na trama dos significados produzidos em sociedade.

A produção de sentidos na configuração desta trama faz-se ecoar para além da palavra. Aqui, relembremos Vygotski (2001) em suas considerações sobre a palavra. A palavra, viva, enquanto imagem, remete-nos a um código de comunicação comum, rico em ressonância, significações e sons capazes de extrapolar a semântica. Traz a linguagem, a materialidade histórica em si e, ao mesmo, tempo, sua contínua construção, constituída pelos sentidos pessoais e pelas significações sociais (Vygostki, 2001).

O alinhamento epistemológico adotado, concebido na perspectiva da dialética, implica a contradição, porém não promove um rompimento em dicotomias. Pelo contrário, busca a compreensão dos fenômenos a partir do princípio contraditório. Os fenômenos, portanto, excluídos e incluídos simultânea e conjuntamente, geram transformações, amalgamando fatos em

movimento. Esta compreensão nos permite considerar o empírico como mero ponto de partida, assim como o assinalaram Aguiar e Ozella (2005).

O caráter aberto da intervenção na abordagem qualitativa nos permite aceitar o desafio que implica a construção de idéias e conceitos, facilitando a expressão dos sujeitos. Segundo González Rey, “(...) *os instrumentos por meio de categorias de interpretação padronizadas (impedem) o pesquisador de ‘ver’ a informação não classificada pela técnica*” (2002:82).

Ao optarmos representar o conhecimento como processo de construção permanente, num *continuum*, adotamos instrumentos interativos e abertos. Deste modo, não expressamos em operações os conteúdos diretos e explícitos dos sujeitos ao os converter em entidades objetivas. Pelo contrário, guiamos a partir de uma “epistemologia da construção”, considerando o instrumento como via de expressão subjetiva, a qual possibilita, não o estudo de respostas, mas a expressividade dos sujeitos de forma elaborada e construída:

“Neste tipo de pesquisa (qualitativa) não se descobre só o que se busca, pois surgem elementos que se convertem em opções de peso teórico, que podem ser relevantes para o processo de construção do conhecimento” (González Rey, 2002: 87).

Conforme as bases epistemológicas e metodológicas em pesquisa qualitativa, não buscamos comprovar resultados ou obter uma reunião de dados, porém fazer parte, enquanto pesquisadores, de um processo vivo e dinâmico ainda em construção. Procuramos, portanto, adotar como método um instrumento interativo capaz de envolver o sujeito na pesquisa, tal qual o grupo focal.

Por tudo isto, a abordagem qualitativa se mostrou a mais adequada para realizar esta pesquisa, possibilitando-nos compreender a experiência de pessoas e os aspectos subjetivos de suas vivências, através do discurso e da troca de experiências entre elas.

### 3.2.1 – Do instrumento

Dentre a variedade de possibilidades enunciadas em metodologia qualitativa, vale mencionar a pesquisa em práticas discursivas adotada por Spink e Menegon (2000). As autoras apresentam uma infinidade de caminhos que permitem abordar a tecitura do discurso, desde seu aspecto mais regular, até a polissemia característica da linguagem em uso. Adentram um campo de repertórios interpretativos históricos e culturais, de categorias, de temporalidade, de interlocução de vozes, considerando a solidez na dinâmica e vice-versa *ad-infinitum*, apontando como prática de intervenção, entre outras, a adoção de grupos focais como instrumento de análise.

A sugestão de trabalho com grupo focal deve-se, preliminarmente, a intenção de nos antevermos com um contexto rico em vozes, destituído (em sua medida) de formalidades. Menegon (2000), ao relatar experiências com grupos focais, refere-se à fluidez e certa naturalidade estabelecida entre seus membros, com suas negociações e posicionamentos.

Como técnica, o grupo focal se baseia em discussões entre os participantes para coletar dados a respeito de um tema pré-definido pelo pesquisador. Para Grandesso (*in* Castro, 2003), sua principal vantagem é a possibilidade de interação entre os participantes a respeito de um mesmo tópico, propiciando a valorização de experiências pessoais relatadas no grupo, além de construir um único discurso a partir do relato e da interação entre os membros, valorizando, também, o contexto.

O pesquisador ocupa a posição de moderador do grupo e os dados da pesquisa resultam das discussões que ocorrem a partir do tema proposto, criando linhas de comunicação que revelam “...*fundamentalmente uma maneira de ouvir pessoas e aprender com elas*” (Morgan *in* Bruscajin, 2004:99).

Em nosso entendimento, o trabalho com grupos focais possibilita enveredarmo-nos pelas tramas do discurso com seus conceitos e repertórios mais ou menos estáveis, com suas idéias em construção e em movimento; enfim, permite atrevermo-nos pelo subtexto que constitui o pensamento.

Enquanto instrumento de análise, o grupo focal está compreendido, dentre outros instrumentos, como um dos “(...) *indutores abertos de informação*”

*dentro de um processo de comunicação” (González Rey, 2002:83). Para este autor, a organização da pesquisa qualitativa pressupõe um processo de comunicação em diálogos, o qual pode se desenrolar de forma individual, oral, escrita ou interativa; sendo, o grupo focal, parte desta última. O trabalho em grupo acontece a partir das necessidades individuais e padrões de comunicação grupal, além de possibilitar espontaneidade:*

“(…) o caráter espontâneo da participação dos membros e o compromisso de cada membro, tanto com as necessidades do grupo quanto com suas necessidades pessoais, convertem o grupo em fontes privilegiadas de informação” (González Rey, 2002:85).

Ao implicar os sujeitos como participantes do processo, o grupo focal possibilita diálogos formais e informais. Tratando-se de um instrumento de caráter construtivo-interpretativo, promove o envolvimento dos participantes em uma reflexão crítica sobre suas próprias experiências. O grupo adquire uma organização própria e seus integrantes se convertem em sujeitos ativos, construindo suas próprias perguntas e reflexões, o que lhes permite compartilhar reflexões inauguradas naquele momento. Ademais, a fala dos participantes expande-se em conteúdo de forma espontânea, alcançando áreas de interesse do pesquisador, as quais não haviam sido conjeturadas na pesquisa (González Rey, 2002). O assunto estudado surge de forma progressiva e diversa, a medida em que se expressam os participantes do grupo, apontando-nos novos caminhos de compreensão.

### 3.2.3 - Dos procedimentos

Ao adotarmos o grupo focal como instrumento de investigação, reunimos profissionais atuantes em diferentes ONGs, no entanto voltados ao mesmo público (todos atuantes na área da infância e adolescência), com o intuito de conhecermos algo sobre o histórico e função político-social das organizações em que trabalham. Procuramos investigar a multiplicidade de práticas

institucionais realizadas no âmbito social e a infinidade de organizações que, ao se instituírem, constituem-se como associações voltadas ao “bem-estar social” de modo amplo e geral.

Inicialmente, fomos em busca de profissionais de ONGs cujas fundações datavam de décadas distintas, movidos pelo interesse de relevar a construção do significado de ONG desde o seu surgimento até a atualidade. Infelizmente, não foi possível organizar um grupo com esta constituição, o que nos levou a optar procurar por profissionais que estivessem, todos, trabalhando em ONGs fundadas a partir da década de 1990, que atuassem junto às crianças e jovens em situação de risco social e que tivessem, em algum momento, atuado em organizações ou associações mais antigas, mais próximas dos movimentos populares.

Deste modo, pudemos recuperar a história das Organizações Não Governamentais no Brasil, diferindo-as do modo como se estruturam hoje, considerando sua importância histórica (social e política) e nos antevendo com a pluralidade deste tipo de associação em décadas mais recentes – o “fenômeno ONG”, como se referiu Coutinho, 2004.

Os profissionais de ONGs que constituíram este grupo apresentaram como elo comum (além dos já citados acima) a participação militante juntos às causas concernentes às crianças e aos jovens brasileiros. Esta particularidade propiciou enriquecermos a pesquisa pela apreensão da discussão entre movimento social *versus* organização não governamental, consubstanciando a nossa análise em perspectiva histórica.

A partir da análise das falas enunciadas no grupo, procuramos desvelar as propostas institucionais considerando sua história (origem), seu discurso e razão social, o alcance de suas ações em relação às suas intervenções junto às crianças e jovens e o sentimento do profissional em meio ao ambiente institucional e ao trabalho prático que realizam.

Ao fundamentarmos nosso método de análise, partimos das considerações de Aguiar e Ozella (2005). Esses autores procuraram sistematizar o método de análise qualitativa em Psicologia Sócio-Histórica, enumerando etapas a serem consideradas em seu desenrolar, a fim de agruparmos as idéias em núcleos de significação.

Sugerem, os autores, um plano de observação auxiliar na apropriação do discurso, na apreensão dos conteúdos em entrelinhas e na direção dada a interpretação. Inicialmente, partem de leituras flutuantes destacando pré-indicadores, os quais servirão de base para o aprimoramento em indicadores. Estes últimos, após aglutinarem-se com seus referentes conteúdos, articulam-se para a organização dos núcleos de significação. Uma vez elaboradas as diretrizes de tais núcleos, realiza-se uma análise em “filtração”, um agrupamento por identificação das palavras, as quais servirão de referência às entrelinhas constituintes no discurso.

O próximo capítulo apresentará os núcleos de significação já constituídos e algumas reflexões provenientes de nossa análise.

## IV - Construindo o significado de ONG

O aprofundamento nos conteúdos trazidos a partir do trabalho com o grupo focal levou-nos ao agrupamento de quatro núcleos de significação em estreita relação com o propósito desta pesquisa. Ademais a riqueza proporcionada pelo trabalho em grupo nos permitiu enredar pelo histórico das organizações não governamentais no Brasil, recuperando fatos e relações situadas e datadas, de acordo com a percepção de pessoas que estavam concretamente envolvidas no desenrolar deste processo. Primeiramente, apresentaremos um panorama geral sobre o histórico das ONGs no Brasil a partir do olhar destes profissionais. Em um segundo momento, realizaremos a análise dos núcleos de significação.

### 4.1 - Panorama geral em que surgem as ONGs no Brasil

Segundo os profissionais participantes do grupo, as ONGs se originaram de movimentos populares ocorridos durante as décadas de 1970 e 1980, tratando-se de um período de re-democratização do país. Em 1990, as organizações se institucionalizaram como consequência do processo de mobilização social nas décadas anteriores, que apresentava demarcado veio político. Para esses profissionais, as organizações que se organizavam naquela época (1970-80), hoje com mais de 30 anos, distinguem-se profundamente – em proposta de intervenção social, ideais e participação política – das organizações fundadas durante a década de 1990. Em 1990, houve um “boom” de organizações sociais no Brasil, resultante da institucionalização dos movimentos populares.

Os movimentos populares, liderados por jovens em sua maioria, abrangiam as associações de moradores e trabalhadores, as pastorais vinculadas à igreja católica, os sindicatos etc. Deste processo de mobilização social e participação política, surgem as primeiras organizações não governamentais no Brasil, as quais conferiram um importante sentido para a

construção da sigla ONG. Porém o fenômeno ONG (que se refere ao “boom” de organizações que surgiram nos anos 90) corroborou para a descaracterização das associações e movimentos, os quais passaram a ter uma atuação diversa da anterior.

Os movimentos populares se caracterizavam pela mobilização política e apresentavam um ideal revolucionário socialista. Aos poucos, a discussão de tom revolucionário emergente nos movimentos, foi substituída por temas como cidadania e solidariedade. Neste ínterim, a empresa privada surge como parceira das causas sociais – além de entidade de financiamento – apropriando-se do conceito de solidariedade trazido, principalmente, pela campanha da Associação Contra a Fome e a Miséria pela Cidadania (a qual teve, como seu principal locutor, o Betinho).

As entidades internacionais e as organizações da sociedade civil dos países de primeiro mundo aparecem como os primeiros financiadores a intervir junto as ONGs brasileiras, provenientes dos movimentos sociais dos anos 1970 e 80. A participação destas entidades – as quais representavam um movimento de oposição à política econômica e governamental em seus países – trouxe como necessidade a profissionalização das ONGs. Em meados dos anos 1980, no entanto, elas se vêem obrigadas a se reorganizarem frente às transformações na conjuntura política e econômica de seus países, passando a se estruturarem em cooperação, modificando suas relações no apoio dirigido às ONGs de países do terceiro mundo. Esta cooperação internacional avalia haver países capazes de assumir seu trabalho social, a partir do apoio das empresas e instituições financeiras nacionais.

O papel da empresa privada na área social se inicia pelo questionamento desta cooperação internacional. Os repasses financeiros oriundos dessas entidades se deslocam para continentes como a África e a Ásia, em detrimento da América Latina. As organizações não governamentais brasileiras desestruturaram-se financeiramente.

O apoio financeiro proveniente da cooperação internacional ficou subjugado à exigência de uma melhor gestão por parte das ONGs brasileiras, as quais, compromissadas e “bem intencionadas”, pecavam pela falta de profissionalismo. Não havia planejamento estratégico, nem eficiência – fatores questionados pelas corporações internacionais. O profissionalismo das ONGs

passa a ser compreendido como uma exigência do próprio processo de construção das organizações no país.

**“ (...) a educação popular não respondia, não (diminuía) a pobreza – que era o grande objetivo deles. Portanto, a gente teria que redirecionar as nossas ações, reavaliar as nossas ações”.**

O primeiro planejamento estratégico realizado pelas ONGs não resultou das parcerias com a empresa privada. Originou-se do método elaborado por Carlos Matos, ministro do Chile, que caiu com Alende. O ex-ministro realizou uma pesquisa procurando compreender porque o governo Alende, com toda sua legitimidade, foi substituído por um regime ditatorial. Como resultado de sua pesquisa, ele descobriu que as ameaças ao governo Alende estavam colocadas desde a época em que fora eleito. Porém, ao seu ver, o governo não trabalhou para superá-las. Carlos Matos desenvolveu, então, seu método, que apresentava um modelo de gestão, posteriormente adotado pelas ONGs e, também, apropriado pelas empresas privadas<sup>33</sup>.

Segundo os profissionais, os aspectos políticos e econômicos sofreram uma alteração das relações de força na conjuntura internacional. Nacionalmente, as organizações não governamentais que estavam se estruturando não tiveram tempo hábil para sua profissionalização. Ademais, diante da política internacional, a profissionalização das instituições já não eram de grande interesse. Nesta época, construía-se uma nova tendência política e se perdia a proposta socialista no plano mundial.

Em 1989, antes da queda do muro de Berlim, os profissionais afirmam que as ONGs atravessavam uma grande crise marcada pela perda de um projeto político e social, acrescida pela conjuntura internacional desfavorável às organizações. Até então, a totalidade das propostas institucionais estava fortemente vinculada ao projeto político socialista, o que resultou em perda de

---

<sup>33</sup> Este método, denominado FOFA, consiste em uma terminologia de planejamento: F refere-se a “forças”; O a “oportunidades”; F a “fraquezas”; A a “ameaças”. Forças e oportunidades aplicam-se ao contexto interno da empresa, já as fraquezas e ameaças referem-se ao contexto externo. No que concerne às ONGs, trata-se de um chamado para perceber e profissionalizar a gestão destas organizações.

referencial e mudança paradigmática. As organizações e movimentos populares tornaram-se frágeis, afloraram-se os problemas relativos a administração das instituições.

Nesta condição, as organizações viram-se diante da impossibilidade de realizar seu projeto socialista; entraram em crise, pois não apresentaram propostas capazes de enunciar alternativas à proposta capitalista.

Os profissionais consideram que o fortalecimento do capitalismo e a queda do socialismo anunciam o início do avanço da política neoliberal no nível mundial. O papel do Estado, nesta situação, restringe-se; o capitalismo descobre as organizações não governamentais. As políticas executadas pelo Estado são, sorrateiramente, transferidas para o âmbito da sociedade civil através de suas organizações. Em meio a esta complexidade de fenômenos, muitas organizações não governamentais assumem tarefas antes executadas pelo Estado sem qualquer visão crítica. Passam a ser uma mera extensão do Estado – são as ONGs executoras de políticas públicas.

Para os profissionais do grupo focal, esta é uma marca de divisão entre as organizações sem fins lucrativos: algumas delas não assumem o papel meramente executor, trabalhando também pela mobilização política, a partir de uma visão crítica da sociedade; outras funcionam simplesmente como executoras das políticas públicas. Desfrutam da lei das OSCIPs, por exemplo, executando e recebendo verba do Estado para tanto<sup>34</sup>:

**“Essas que assumem mais o papel de executoras, tradicionalmente, são aquelas mais antigas, que vêm de uma visão mais assistencialista. Então, essas assumem o papel numa boa, adoram inclusive... Antes viviam da contribuição, da filantropia, né, dos colaboradores. Agora conseguem ganhar dinheiro do Estado, conseguem uma grana para fazer o atendimento”.**

---

<sup>34</sup> Segundo os profissionais a lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) foi criada na época em que houve o fortalecimento das organizações da sociedade civil, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para eles, a lei das OSCIPs refere-se à visão de uma ONG executora, qual seja: a organização não governamental recebe verba do Estado para executar sua missão e não se ocupa com a questão da mobilização política.

Assim, há organizações que trabalham pela mobilização política adotando uma visão crítica da sociedade e procuram transformar as relações sociais. Por outro lado, há organizações que funcionam como meras executoras e há, inclusive, organizações executoras que se ocupam em atuar pela mobilização política. Os profissionais se referem às organizações que se incumbem (somente) de mobilização política de forma quase ‘sarcástica’:

**“É, porque daí, nesse meio todo, quer dizer, você tem, de um lado, aquela organização que só quer fazer mobilização política, porque ainda acha que tem um projeto a ser construído, que não é neoliberal. Não sabem ainda o que é, né? Mas não é neoliberal”.**

Além da divisão de ONGs pela consolidação do projeto neoliberal, os profissionais afirmam que o ECA também funcionou como fator divisor das organizações. Para eles, o Estatuto prevê a mobilização política ao considerar a defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens, contribuindo para modificar a visão assistencialista. Ademais, a Constituição de 1988 enuncia as instâncias de participação da sociedade civil, resultando no movimento de organizações executoras que iniciam uma atuação de mobilização política.

Enfim, são muitas as ONGs, inúmeras as procedências, infundáveis suas intervenções e projetos. Considerando a fala dos profissionais como eixo de nossas análises, iniciaremos as reflexões em núcleos de significação procurando desvelar o significado desta sigla e conhecer algo a respeito destes atores sociais.

#### 4.2 – Núcleos de significação

Apresentaremos, nas próximas subseções, as análises dos quatro núcleos de significação provenientes do trabalho com o grupo focal – os quais, convém recordar, relacionam-se entre si. São eles:

- (1) *Uma sigla, um milhão de organizações: desdobrando os significados da sigla ONG:* neste núcleo procuramos desvelar os significados

sugeridos pelo termo ONG, desde sua origem, percebendo as contradições e diferenças que marcam sua constituição histórica;

- (2) *Entretecimento entre o discurso e a prática institucional:* apresentamos, aqui, algumas reflexões entre o discurso e a prática das ONGs fundadas a partir de 1990, referindo-nos a elas como ONGs empresariais. Consideramos noções sobre a constituição do pensamento, com seus motivos, fluxo de idéias e a dinâmica de sentidos e significados construindo as ações institucionais no plano intersubjetivo;
- (3) *Uma questão de autonomia monitorada: potencial de transformação ou aumento de contradição:* aqui procuramos compreender como os profissionais de ONGs percebem o alcance das propostas institucionais junto aos jovens;
- (4) *As novas ONGs e o sofrimento do profissional:* neste núcleo refletimos sobre o sofrimento do profissional em relação à ONG vinculada à empresa, atentando para a questão de um modelo de gestão institucional que se afigura de forma controladora, destituindo os profissionais em autonomia.

### **Uma sigla, um milhão de organizações: desdobrando os significados da sigla ONG**

Neste núcleo de significação, procuramos compreender o significado da sigla ONG com base em sua construção histórica e social. Vale lembrar que para a Psicologia Sócio-Histórica, os valores sociais e culturais são historicamente construídos, constituindo-se em transformação dialética constante. A construção destes valores estabelece-se a partir do plano intersubjetivo constituído na relação entre as pessoas, promovendo a apropriação dos significados sociais. Ao procurarmos recuperar a história e

desvelar a trama de significados sugeridos pelo termo ONG, desde sua origem, percebemos a forma como se consolidaram as organizações não governamentais em décadas anteriores a 1990, resultando em constituições diversas das atuais, as quais exigiram inúmeras adaptações em anos posteriores. Incurreríamos em um erro crasso, caso analisássemos as ONGs tal qual se apresentam na atualidade, sem relevar sua origem histórica. A importância da história e do sentido desta sigla é constantemente recuperada pelos profissionais que participaram do grupo focal. Para eles, as ONGs...

**“...vêm de um movimento de jovens da pastoral e do sindicato que se junta... eram jovens em movimento que se juntam e montam uma instituição... Era a época das ONGs, das organizações não governamentais. Então, eu acho que é uma sigla que a gente não pode perder, tem que ver o sentido dela também”.**

Vale aqui retomar as idéias de Vygotski (2001) a respeito do significado. Para ele, o significado nos remete à própria palavra vista em seu aspecto interior, passando, inclusive, por modificações quantitativas e exteriores. Estas modificações podem revelar associações reforçadas ou debilitadas no que concerne à palavra que o desperta e constitui-lhe a imagem. Ao considerarmos o significado social da sigla ONG, tal como vem sendo construído coletivamente, somos levados a considerar a trama dos fatos históricos e dos valores culturais em suas dimensões econômica e política. Isto porque, conforme nos revelou a pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho (Lavallo, 2003; Landim, 2002; Montañó, 2002), notamos a ambivalência sugerida a partir da sigla ONG, gerando dúvidas quanto a sua razão e função social. Também notamos esta ambivalência no trabalho com o grupo focal. À medida que a discussão em grupo se desenrolava, o significado da sigla ONG se dinamizava:

**“Para mim, ONG - e isso é uma questão de conceito – ONG, para mim, é aquela que é não governamental e que vem de uma história de luta política. Então, eu não chamo a Fundação Beta<sup>35</sup> de ONG. Para mim, ela é uma fundação empresarial”...**

---

<sup>35</sup> Nesta pesquisa, referimo-nos às organizações sem fins lucrativos em que trabalham (ou trabalharam) os profissionais do grupo como: (1) Fundação Alpha; (2) Fundação Beta; (3) Fundação Gama e (4) Fundação Delta.

E construía-se:

**“ONG são os CEDECAS, os centros de defesa dos direitos da criança, que têm uma conotação enorme na luta pelos direitos. Você tem que puxar a origem das organizações da sociedade civil no Brasil, para diferenciar quem é quem”...**

Destruía-se:

**“Você tem aquelas que vêm de uma tradição assistencialista, que, hoje, ocuparam esse lugar de executar políticas públicas... Eu acho melhor definir organizações da sociedade civil do que ONG, porque a ONG hoje é a organização não governamental e aí entram todas... entram, inclusive, as fundações... se você for na leitura simples do termo - organização não-governamental - tudo cabe aí também”.**

Tornava, então, a se reconstruir:

**“Agora, se você for olhar na origem do termo, no sentido do termo na história, não é tudo que cabe aí. Só cabe aí aquelas que têm essa trajetória (de lutas)... ONG é um X”.**

É notória a ambivalência ao considerarmos a nomenclatura ONG com seu aporte original e dele nos revalidarmos para assegurarmos quem são as ONGs na atualidade. As organizações sem fins lucrativos, de origem empresarial, surgidas a partir de 1990, também elas se autodenominam ONGs. Ademais, muitas não apresentam um histórico de lutas políticas, nem de assessoria aos movimentos sociais - o que levou Landim (2002) a conjecturar sobre a desconstrução do termo ONG. A trajetória de lutas fez parte das primeiras ONGs que surgiram em sintonia com os movimentos sociais. Os profissionais partem da reafirmação deste histórico de lutas, no entanto, chegam a uma conclusão de quem são as ONGs, procurando separá-las das fundações de origem empresarial:

**“... eu fico pensando nos conselhos de uma diretoria, de uma ONG como a Delta – no caso, não é nem ONG. É pior ainda. É uma organização (...) é uma fundação empresarial... É da empresa Delta... ONG, olha gente, ONG, eu falo, não é ONG, entendeu? Eu acho que a gente têm que bater esse martelo... eu considero que são ONGs, (aquelas que) têm uma origem de luta contra o capitalismo”.**

Atualmente, as ONGs, em sua totalidade, apresentam-se em diversas facções e perspectivas ideológicas e políticas diferentes - o que levou Coutinho (2004) a optar pela expressão 'fenômeno ONG'. Esta primeira contradição na dinâmica de fundação das ONGs, aponta uma relevante diferença entre os motivos que levaram à origem das organizações não governamentais em 1990 e em décadas anteriores. As ONGs criadas em sintonia com os movimentos sociais são mais antigas e apresentam um perfil político característico – comentado, inclusive, na classificação de ONGs enunciada por Petras<sup>36</sup> (1999). Ambos os autores, contudo, analisam o 'fenômeno ONG' no contexto social, afirmando tratarem-se de organizações alinhadas com a proposta neoliberal, sendo funcionais para a manutenção das relações sociais tal qual se estabelecem no sistema capitalista. Os profissionais das ONGs reconhecem este delicado posicionamento político e social das organizações:

**“... existe um perfil de organizações (ONGs) que estão em crise hoje... estão tendo que recorrer às empresas. É a única fonte de recursos, além do governo, e para eles, isso é uma contradição... Eles precisam desta fonte de recursos que é a empresa privada que dá. Por outro lado, eles ainda têm toda essa visão de capitalista, mas por outro lado, não têm projeto alternativo... o projeto neoliberal faz um “golaço” com relação às organizações não governamentais... quebra toda uma organização civil e um fortalecimento, para que as empresas tenham uma outra leitura do seu papel social. Então, eles fazem gol... Eles conseguem reestruturar a sociedade civil... quem fala que ONG é a saída, não percebe que está dando o maior apoio ao projeto neoliberal. Não é a saída, não! A saída ainda é o Estado, são as políticas públicas. A gente tem que ter uma visão crítica, né, porque, afinal de contas, é o que a gente faz. Eu estou sendo paga pelo projeto neoliberal, meu salário é daí. Quem paga bem hoje, melhor ainda, são as fundações empresarias”.**

Os profissionais fizeram questão de recuperar a história destas organizações no Brasil procurando resgatar o significado de ONG com base na origem do termo, buscando um referencial que pudesse revelar o sentido primeiro que o constituiu. Somaram fatores de ordem econômica, política,

---

<sup>36</sup> Petras (2002) as classifica em três categorias distintas, quais sejam: (1) ONGs neoliberais; (2) ONGs reformistas e (3) ONGs radicais. Estas últimas estariam envolvidas com movimentos sociais, procurando seu estabelecimento pela autogestão e definindo seus objetivos a partir de diretrizes claramente anticapitalistas.

social e também ideológica, na tentativa de compreender as razões que resultaram na atual configuração destas organizações. Para eles, são ONGs as organizações fundadas durante as décadas de 1970 e anteriores, as quais atuavam a partir da mobilização e participação política. À medida que consolidavam lutas políticas pela promoção e defesa dos direitos e da cidadania, essas organizações se opunham ao trabalho de entidades filantrópicas e assistencialistas, bem como ao Estado:

**“Da onde surgiu o termo ONG? Então, ONG vem para alegar que é não-governamental... Porque se tinha uma visão política de que o Estado era corrupto, de que o Estado só atendia aos interesses do capitalismo e então vem a ONG, a organização não governamental. E ela vem, ela deve vir dos anos 60. Ela vem de uma visão... que é de se contrapor àquela concepção de governo que defendia os interesses do capitalismo... essa ONG vem de um movimento político de garantir os direitos do trabalhador. Então, ela tem um lugar! E vem também para se contrapor às organizações que existiam na sociedade... De filantropia e de assistencialismo”.**

Houve, portanto, um momento primeiro, em que estas ONGs estavam intimamente ligadas aos movimentos e procuravam assessorá-los com base em suas propostas, projetando suas ações e missões com o objetivo de mediar os interesses dos movimentos com o Estado – fato amplamente discutido em textos publicados pela ABONG (1997). Havia um projeto ideológico-político que sustentava as propostas destas organizações. Este projeto, de ideal socialista, perdeu-se no desenrolar dos fatos históricos:

**“... o que acontece? Em outro momento, cai o muro (de Berlim) em 1990, (a gente) entra na maior crise de parâmetros, de paradigmas, porque daí falam: puxa vida! Que projeto é esse agora? Tudo que a gente sonhava, hoje se provou que não é possível. Quer dizer, a história provou ... que não era esse o caminho. Qual é o caminho agora?”**

A reafirmação da política neoliberal, neste ínterim, impulsionou as ações das ONGs, estimulando parcerias destas com o Estado e com as empresas privadas. As informações dos profissionais remontam às análises de Montaña (2002) sobre o tema. O autor menciona sobre a falta de responsabilização do Estado para as questões de cunho social, transferindo-as para a sociedade civil

através de suas organizações e culminando no enfraquecimento dos movimentos sociais:

**“... aquilo que o Estado executava e que agora ele precisa deixar de executar, porque ele tem que ser pequeno, a sociedade civil pode executar através das suas organizações. E isso é complicado, eu acho, porque nesse momento, muitas organizações acabam ocupando esse lugar sem nenhuma visão crítica, passam a ser uma mera extensão do Estado, passam a ser executoras de políticas públicas”.**

As ONGs que se institucionalizam no pós década de 1980, encontram-se intimamente voltadas a política de parceiras (com a empresa privada e/ou Estado), captando recursos financeiros para os seus projetos. Esboçam suas ações e estruturam suas propostas desvinculadas do papel de assessoria aos movimentos populares. Durante a década de 90, surgem inúmeras organizações não governamentais com interesses muito diversos. Neste período impõem-se as dificuldades em reconhecer e se certificar a respeito dos propósitos destas organizações. A assessoria aos movimentos sociais já não faz parte da sustentação das missões das ONGs; elas apresentam missões diferentes e até antagônicas. O significado do termo, no período de mobilização social, constituiu-se pela trama das relações capitalistas, distanciando-se dos ideais políticos que o sustentava. Atualmente, já não traduz, não revela o sentido primeiro que o despertara no contexto brasileiro durante os anos 60 e 70. Não apenas o ideal de um projeto político foi perdido, porém também se esvaeceram os vínculos com os movimentos populares:

**“Ou você tem organizações sociais que têm 50 anos - de mil novecentos e cinquenta e pouco - ou você tem organizações que começaram a partir da década de 90. Então, em 90, elas se institucionalizaram... você vem de 70, 80 num processo de mobilização social... Em 90, você tem um “boom” de organizações sociais no Brasil... Antes eram movimentos, né. Quando elas se transformaram em ONGs, já foi no processo de profissionalização, de institucionalização... Os movimentos populares, os movimentos sociais, eles precisavam receber verba. Eles precisavam se institucionalizar, ter personalidade jurídica. E aí é onde surgem as ONGs... E isso não é um caminho negativo. Isso é um caminho, acho que natural...Da organização social”.**

Nesta conjuntura complexa da organização dinâmica social, firmavam-se as ONGs, procurando readaptarem-se em meio a proposta neoliberal. Somava-se a isso, a redução do papel do Estado e repasse dos serviços sociais para as organizações sem fins lucrativos, culminando no “boom” de organizações nos anos 90 que adensavam o “terceiro setor”, apresentando-se como “sociedade civil organizada”, voltadas ao bem-estar social de modo amplo e generalizado:

**“... eu tenho tentado entender um pouco a lógica do que está acontecendo, né, não sei... mas o projeto liberal, eu tenho a impressão, que algumas ONGs assumiram. Porque tem esse... momento divisor, quando começa a se configurar como terceiro setor e deixa de ser... Então, é Ong, é O – N – G, mas entra aí toda uma reflexão sobre o terceiro setor, que é dentro da lógica da produção terciária”.**

O conceito ideológico<sup>37</sup> de “terceiro setor” (Montaño, 2002), estabelecido a partir da política neoliberal, é reafirmado pelo processo de institucionalização das ONGs. As organizações adentram o cenário social por esta via, diferenciando-se do papel do Estado e do setor privado de interesses lucrativos. Os profissionais tratam do dilema suscitando dúvidas quanto ao posicionamento das ONGs, identificando um fator divisor entre as organizações:

**“O conceito de terceiro setor ainda não está fechado. Existe uma discussão... Na verdade, ele vem direto da política neoliberal, do projeto neoliberal... transferem a responsabilidade do Estado para a sociedade civil organizada... via terceiro setor. Daí tem uma polêmica... quem vem de ONG tem horror à terminologia terceiro setor. Porque tem essa clareza de que essa denominação vem do projeto neoliberal... Agora, quem é – não é quem é, né, porque as pessoas não falam ‘eu sou do projeto neoliberal’ - mas quem, por exemplo, vem da execução, das organizações executoras, assistencialistas ou da própria empresa privada, das universidades, acabam adotando esse conceito de terceiro setor. E agora, até hoje, eu não sei... porque é polêmico, é um conceito”.**

---

<sup>37</sup> A expressão “terceiro setor” é utilizada de modo genérico para designar todas as atividades realizadas fora da esfera do mercado/privado e do Estado. Inúmeros segmentos da sociedade civil que sempre atuaram com base em diferentes valores tendem à diluição sob um conceito homogêneo. Segundo Montaño (2002), ligam-se a visões “setorializadas” da sociedade que são pertinentes ao processo de re-estruturação do capital.

Notamos que o significado do termo ONG foi se constituindo de forma complexa com a afirmação do projeto neoliberal. Os profissionais que participaram da construção do sentido e origem da sigla, apesar de relevar a referência e importância do nome, também apontam o “boom” de organizações não governamentais a partir de 1990 e o adensamento e contradição que se configura no assim chamado ‘terceiro setor’. Os profissionais percebem as diferenças entre a multiplicidade de organizações não governamentais, procurando diferenciá-las entre si a partir das parcerias que constituem, das práticas que estabelecem e da origem de cada uma delas. Falam em organizações filantrópicas e assistencialistas, organizações empresariais e em ONGs – tratando-se, estas últimas, das instituições estabelecidas a partir de lutas e participação política, com um projeto político e social específico. Tal projeto perde-se no desenrolar dos fatos históricos. Assim, também o significado da nomenclatura ONG modifica-se. As ONGs de 1960 não são, certamente, as mesmas ONGs instituídas em 1990 ou em 2000.

Os profissionais consideram que o projeto socialista a embasar a atuação das ONGs, provou-se impossível no atual contexto capitalista de política neoliberal. Como consequência, as ONGs ligadas aos movimentos populares perderam o referencial, ficaram “sem projeto”, sendo forçadas a procurarem alternativas para a sobrevivência no contexto capitalista:

**“... a nossa atuação era alinhada com esse projeto político. Quando se perdeu esse projeto político, a gente fragmentou, né, as ONGs todas fragmentaram. O projeto neoliberal, ele está muito bem estruturado... (as) ONGs, antes, quando elas se contrapunham ao sistema econômico... elas tinham um projeto político alternativo, que era o socialismo, né. Hoje, elas continuam se contrapondo ao sistema capitalista... sem um projeto”.**

As entidades executoras ou fundações empresariais, como as nomeiam os profissionais, atuam no “terceiro setor” e asseguram sua sobrevivência financeira, às vezes sem apresentar críticas à realidade social. Ao se estabelecerem como organizações sem fins lucrativos no contexto social, estruturam-se a partir do sistema político e econômico vigente seguindo a lógica do capital. As ONGs que vêm de movimentos, por outro lado, encontram-se em crise por sucumbirem ao sistema capitalista; sobrevivem com

dificuldade. Priorizam a transformação da realidade social ao princípio de mercado.

Fica clara a dificuldade em se chegar a um conceito único e fechado sobre o significado de ONG. Tanto na literatura, quanto no saber de senso comum, as entidades sem fins lucrativos atuantes no “terceiro setor” são genericamente denominadas organizações não governamentais. O significado constituído pelo termo ONG se configura de forma ampla e antagônica. Ademais, o significado vinculado à concepção ideológica do conceito de “terceiro setor” dificulta, ainda mais, esta compreensão:

**“É um conceito a-histórico, né. Você equipara todo mundo, chama todo mundo pelo mesmo nome e você tira a história destas organizações. Todo mundo é terceiro setor... eu acho que é assim que a gente tem que pensar isso: dentro do ‘assim chamado terceiro setor’, tem várias organizações. E cada uma tem a sua história”.**

Voltemo-nos às ONGs que surgem a partir dos anos 1990 - de acordo com os profissionais, já desvinculadas dos movimentos sociais. O que fazem e a que se propõem estas organizações? Qual a mensagem nas entrelinhas do discurso institucional?

### **Entretencimento entre o discurso e a prática institucional**

**“O problema mais sério, eu acho, talvez, seja alguns modelos muito fechados (de gestão)... É porque dá propriedade ao conhecimento, né... Eu acho que esse é um divisor das ONGs, das que têm uma atuação que de fato quer transformar e das ONGs que, de fato, querem nos manter ... Encapados em um discurso!”**

Antes de nos atermos ao discurso das ONGs, vale ressaltar, mais uma vez, que as instituições que serão discutidas aqui foram fundadas a partir de 1990. Os profissionais integrantes do grupo focal, no desenrolar das negociações em torno do significado de ONG, não reconhecem, afinal, estas organizações como ONGs. Para eles, as organizações em que trabalham

atualmente são consideradas fundações de origem empresarial (como vimos no núcleo anterior), as quais estão solidamente alinhadas com a proposta neoliberal. Chamemos, então, essas instituições de “ONGs empresariais”...

Este núcleo de significação apresentará algumas reflexões entre o discurso e a prática das ONGs empresariais, de acordo com a compreensão dos profissionais destas fundações. Aqui, procuraremos nos desdobrar pela funcionalidade do discurso das organizações no cenário capitalista atual, detendo-nos em contraposições entre “falácia” e “ações” institucionais. Este caminho será desvelado a partir das noções em Psicologia Sócio-Histórica acerca da constituição do pensamento, com seus motivos, fluxo de idéias, dinâmica de sentidos e significados que constroem as ações institucionais e configuram-se no plano intersubjetivo.

Como ponto de partida, vale mencionar que os profissionais se referem criticamente ao caráter controlador do pensamento institucional, procurando amoldar-se em conceituações generalizadas, de forma fechada, estanque, a partir de um modelo de gestão, para a compreensão da realidade social:

**“... quem vem da empresa privada com modelo de gestão, não dá conta de entender a realidade social... Quer tudo dentro de quadradinhos, que a realidade social não dá conta... Provoca o movimento e depois... tem medo! Porque precisa controlar o resultado... Exercer esse controle... Por quê? Porque se prende a uma proposta de tecnologia social... Esse é o grande problema da franquia. É o pior controle que você tem em cima do trabalho... É a gestão do conhecimento que é produzido para transformar em tecnologia e ela continuar sendo sua. Tem uma tecnologia pronta que você vai lá e aplica. Aplica! Você vira operador de uma tecnologia”.**

Notamos que os profissionais identificam o controle exercido sobre a construção do conhecimento, o qual se estrutura segundo um modelo fechado do pensar. Organizando-se a partir de conceitos pré-formatados, o pensamento perde em dinâmica, reduz-se - não origina o pensamento dialético, criador. Em relação à constituição do pensamento, vale recordar que apresentamos, em sua estrutura dinâmica, processos fossilizados, arraigados em nexos e significações antigas (Vygotski, 1996, 2001). Os processos cristalizados podem dificultar a liberdade do pensar. Assim, não raras vezes, reproduzimos fórmulas certas, direcionadas, de pensamentos que pouco se atrevem, pouco inovam ou

transformam. Os profissionais também percebem esta dificuldade de transformação da realidade, quando sugerida a partir de um modelo fechado de tecnologia social, diferindo-a de um processo reflexivo:

**“Até agora, a gente não acreditava em metodologia fechada e franquias. Porque a gente acreditava na reflexão, na construção do conhecimento, da prática local... (quando você) se prende a uma proposta de tecnologia social... você tem um modelo fechado e você tem que manter esse modelo... Esse é o nó da questão. A questão da franquias! Eu nunca tinha parado para pensar nesta expressão... Esse é o nó. Trouxeram esse modelo para dentro de um projeto social”.**

Modifica-se o discurso, mas as ações, transformadoras em tese, promovem a manutenção da realidade social. O pensamento que empreende estas ações parece adaptar-se pelas entrelinhas de um discurso social inovador, todavia estabelecendo significações sociais cristalizadas, mantenedoras da realidade social, a partir de uma franquias de conceitos. Para os profissionais, esta forma de gerir o conhecimento reduz o alcance de transformação das ações na prática:

**“Eu transmito, vamos dizer assim, né, uma tecnologia social, que foi construída pelas pessoas lá da ONG... baseadas em conceitos, que são baseados num plano maior que é o paradigma do desenvolvimento humano... Eles não dizem que está dentro, mas com toda a certeza está alinhado com a proposta global, dentro de um tema específico, né. Está dentro de um recorte (das metas do milênio) que é a educação... para desenvolver o potencial dos jovens, empoderando os jovens. De que forma é feito esse empoderamento? (quando) você fala em empoderamento do jovem, é um empoderamento que não reflete, de fato, uma ação política, uma ação. A cidadania, ela se traduz em ações solidárias, né. Ela reduz, vamos dizer, a cidadania à ação solidária”.**

Ao comentar sobre a questão da franquias, Arantes (2005) a transpôs para o nível dos conceitos, percebendo a articulação do discurso no âmbito cultural e social. Esta “franquias de conceitos” esvazia o potencial de reflexão e crítica diante da realidade. A franquias, disposta no plano do conhecimento, gera a uniformidade e generalização discursiva; inibe o pensamento, compartimentaliza-o. Cria categorias e formas específicas de entendimento, sem se deixar transcorrer no fluxo livre dos significados e sentidos. Em relação

ao discurso destas organizações, os profissionais identificam a existência de uma “franquia de conceitos” e se referem a ela recorrendo a um belo exemplo:

**“Olha, hoje eu acho que a gente vive, na área social, a mesma discussão da informática, que é entre a Microsoft e a Linux... A Microsoft é a franquia, onde você tem que ter controle o tempo todo, porque você tem um modelo fechado e você tem que manter esse modelo... Na Linux é aberto, todo mundo pode interferir... É aberto! Você interfere, você tem princípios, você tem um corpo ali, né, que você interfere. Você tem um papel! Você é sujeito o tempo todo! Você nunca é o objeto nesse processo. E a franquia, ali não, você é sempre objeto... é um mero executor... você sempre recebe, recebe, recebe. A volta é muito difícil, porque mexe com o modelo, quer dizer, se você é um mero executor, como é que você vai mexer com um modelo que é fechado”?**

Os profissionais afirmam que esta proposta de gestão do conhecimento, em forma de tecnologia social, está alinhada com a proposta neoliberal, porém, incorporando o discurso de origem socialista. Este discurso, sucedendo como numa franquia de conceitos, acontece (por tratar-se de franquia) de forma fechada, cristalizada e, portanto, perde em capacidade de reflexão e crítica. O pensamento constitui-se no plano intersubjetivo desta “falácia”, debilita-se em significado, transcorre num fluxo de produção e reprodução de conceitos. Os significados articulam-se pelo discurso que gera o pensamento, baseando-se em conceitos gerais, uniformes - de validade universal - para a compreensão e qualificação das relações sociais, seguindo a lógica do sistema neoliberal dominante. O sujeito, como bem notara Souza Santos (2001), torna-se um recipiente fungível no âmbito das relações sociais. Como claramente referiram os profissionais: em um modelo franquiado e fechado, remanesce o “objeto”, um “mero executor” – não há corpo ali:

**“... todas essas ONGs, elas estão muito alinhadas com o projeto neoliberal, só que elas incorporaram um discurso do socialismo. Um discurso! Você pega as propostas da Fundação Gama, lê todo o trabalho do Antônio Carlos Gomes da Costa, você lê, você vê o discurso do Paulo Freire, que está colocado ali. Você pega, abre todos os textos que eles publicam lá, da Organização C, tem as frases do Paulo Freire em adendo, né. ...Não estou dizendo que isto é negativo... Mas é o projeto neoliberal. O alinhamento é o projeto neoliberal, isso que é legal a gente tomar consciência”.**

A questão da consciência e de uma postura crítica diante da realidade é incansavelmente reclamada pelos profissionais. Eles percebem conseqüências difíceis de solucionar em relação à incorporação do discurso socialista pelas ONGs empresariais, como por exemplo, a perda de referencial histórico:

**“É tão forte a ‘a-historização’... essa retirada da história... a falta de corpo na história... você pega o manual com a proposta da Fundação e vai ver o referencial teórico... não tem nenhuma única referência bibliográfica que você possa ir lá localizar. Eu quero estudar o material (...) dos autores que eles citam e eu não sei aonde encontrar, porque eu tenho que ler todos para localizar, né, aonde é que eles estão. Então, não tem referência histórica”.**

Ao incorporar o discurso socialista aos projetos sociais, algumas ONGs empresariais o fazem desconsiderando as constituições subjetivas que o edificaram na história. Em psicologia Sócio-Histórica os processos históricos contradizem-se e constroem a realidade social e cultural ininterruptamente constituindo a subjetividade. Desconsiderá-los em relação ao discurso torna, este último, insipiente. Os fenômenos subjetivos se esvaziam, reduzem-se em sentidos e significados - não ressoam no pensamento:

**“E então, né, eu fico pensando... Quê história? Como que é isso na individualidade? Propriedade, mas você só cita os nomes, mas você não dá referência para fazer o seu percurso e fazer a sua reflexão, né. Não reconhece os processos históricos! Eu me lembro, uma vez, lá na Fundação Gama, que se falou isso, mesmo! Está escrito, inclusive, que a proposta é pegar o que há de melhor do capitalismo e o que há de melhor do socialismo e fazer uma nova história! Uma nova era! Então, é isso o que está se colocando, né. O que há de melhor em cada um. Só que é o que há de melhor em cada um sem situar historicamente como que isso chegou, né. Eu acho que não se reconhecer na história é ruim para a consciência... por isso que todo mundo fica sem base”...**

Articula-se, portanto, um discurso de cunho socialista privado de seus referenciais históricos. Incorpora-se este discurso à retórica dos projetos sociais, porém de acordo com uma proposta política neoliberal. Os profissionais percebem, no entanto, que a articulação discursiva se apresenta de forma estruturada e difícil de contra-argumentar:

**“Você pega a proposta, vê, lê e fica tentando descobrir aonde é que está o buraco, né. É tudo muito articulado, é difícil de encontrar o furo... Aonde é que está? Porque é tudo fechadinho, maravilhoso... Você fica apaixonado... Engraçado é que o discurso é tão contraditório e aí eu acho que você traz uma questão para a gente que é a contradição entre a teoria e a prática, né. Porque quando você lê as coisas do Antônio Carlos Gomes da Costa, você fala: não é isso! Eu li um texto dele (...) Não é isso... a tecnologia social é que se apropriou! Que engessou, engessou a proposta dele, porque a proposta dele é de participação política”.**

Ao se constituírem no fluxo dinâmico do pensamento os sentidos e significados das experiências esvaziam-se, uma vez destituídas as bases históricas que os sustentam. No fluxo desta dinâmica, as significações sociais podem ocorrer de forma debilitada, resultando em projetos sociais evasivos, pouco ressonantes, que pouco contribuem para transformar a realidade – não há base histórica em sua sustentação. O pensamento, em detrimento de sua motivação, molda-se por um aporte de conceituações, perde em reflexão, a prática social torna-se mecânica – uma mera execução da tecnologia social. Para os profissionais, esta seria uma implicação negativa do discurso. Entretanto referem-se, também, a implicações positivas e mencionam o ECA<sup>38</sup> como exemplo:

**“... o discurso é o primeiro nível da consciência. Então, das organizações saberem que ... é isso o que se espera valorizar na nossa sociedade, elas começam primeiro a falar e depois a fazer. É um processo... daí elas começam a questionar a própria prática. Então, às vezes, elas mudam um nome e vão perceber com o tempo que significado tinha aquilo... Agora, de você saber que tem um valor aí colocado na sociedade e que você tem que responder ao valor! O ECA serviu para isso. O ECA também é um discurso, né. Por quê ele não consegue ir para a prática? Porque você tem uma mentalidade e um jogo de relações que ainda não conseguiu incorporar o ECA em toda a sua plenitude, né. E ele é um projeto de muitos anos... vem desequilibrar o jogo de forças... vem dos movimentos sociais e das ONGs...”.**

Ao tratarmos da questão do discurso e da prática em relação ao ECA, percebemos que os profissionais referem-no como um projeto de muitos anos. Este projeto consolidou-se ao longo da história pelas ações de ONGs (não

---

<sup>38</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente.

empresariais) e movimentos populares. Trata-se de um discurso social que vigorou em uma lei, foi capaz de constituí-la. A prática depende das ações sociais com respeito às leis. Havia, portanto, um projeto. Havia motivações e reflexões para que ele se tornasse uma lei. Porém consideremos uma contradição importante em relação ao discurso de algumas ONGs empresariais que sustentam práticas sociais embrulhadas em uma retórica socialista sem consistência histórica. Se o ECA vigora hoje porque houve um projeto, o que resultará das ações destas ONGs, que cristalizam formas do pensar, que reduzem cidadania à solidariedade, que provocam a manutenção da realidade encapadas em um discurso social dentro do projeto neoliberal?

As ações promovidas pela articulação de um discurso emblemático e conceitual, por ser contraditória ao projeto que o embasou, talvez tenha alcance até um limite específico. Agrava-se a isso a proposta de uma tecnologia social para gerir o conhecimento, impedindo o fluxo livre do pensamento. Prendem-se as próprias idéias, pela necessidade em se manter o controle. Ao enveredarem pelo controle e corroborarem para a manutenção do sistema, os profissionais mencionam haver ONGs empresariais que procuram se situar no 'mercado' de forma competitiva. Exercem um monopólio de práticas a partir uma tecnologia social:

**“Aí tem uma questão com relação às competições das ONGs... Eu acho que... existe a visibilidade do jovem. Existe sim as empresas que estão associadas a uma ONG com um credenciamento desses... Elas têm tendência a crescer, né (...) entrando em uma competição... O que vai contra o conceito de rede, né, porque a gente não pode ver as ONGs como competitivas, tipo: vamos competir entre nós para ver quem é melhor... (isso) não é ONG! São as organizações sem fins lucrativos”.**

Relembrando as colocações de Sawaia (2002), é a razão livre que nos leva a pensar sem submissão a qualquer poder constituído, ordenando o nosso pensamento para agirmos pela potência de ação. O contrário desta ação, a afecção do padecer, enclausura-se pela tirania, promovendo a manutenção da servidão. Pensamentos fossilizados serviriam de barreira à revisão da ética, à emancipação, à conquista de uma cidadania participativa que não esteja reduzida à fala.... se bem que:

**“... a proposta da Fundação Gama, não é das piores em termos de desenvolvimento humano e tudo mais... Aí a luta é política! Você não está fazendo um estrago tão grande com os jovens”.**

Vejamos, então, no núcleo seguinte, como o jovem se beneficia das práticas institucionais.

### **Uma questão de autonomia monitorada: potencial de transformação ou aumento de contradição**

**“... eu acho que tem que cuidar com a visão maniqueísta, porque senão a gente põe tudo no mesmo saco”.**

No núcleo anterior conjecturou-se a possibilidade da existência de um discurso fechado em um modelo de gestão do conhecimento, o qual incorpora conceitos de origem socialista e os articula com base na proposta neoliberal, porém lhe destituindo a história. Transitamos pelas entrelinhas deste discurso, considerando a subjetividade a partir do pensamento em sua capacidade reflexiva. Notamos a sujeição à tentativa de controlar e gerir o conhecimento. Não se estimula reflexão que escape de um modelo norteador do pensar, prendendo-se a conceitos e associações ordenados por uma tecnologia social que impede o livre fluxo das idéias, a razão livre, o pensamento criador e dialético. O pensamento parece afigurar-se de forma aprisionada, cristalizada, constituindo-se pela afecção do padecer – tal qual a enunciou Sawaia (2000; 2002).

Ao se amoldar o discurso à prática, chegamos a indagações entre “falácia” e ações institucionais e percebemos ponderações importantes dos profissionais quanto à validade deste discurso. Apesar de se referirem ao esvaziamento e falta de consistência histórica do discurso, utilizam-se do ECA como um exemplo importante, cuja solidez é capaz de arregimentar mudanças amplas e profundas na conjuntura social. Contudo, relembramos, havia uma forte mobilização social para a consolidação do ECA como projeto para a

sociedade, a qual não prescindia das implicações de suas construções históricas.

Neste núcleo, procuraremos compreender como os profissionais de ONGs percebem o alcance das propostas institucionais junto aos jovens, relevando seu potencial transformador (ou não). Ou seja, pretende-se desdobrar os significados dos profissionais em relação à consistência das práticas efetuadas pelas organizações em que trabalham: as ONGs empresariais.

Inicialmente, notamos que os profissionais reclamam a necessidade e urgência de uma visão crítica, uma postura reflexiva por parte dos dirigentes das ONGs - empresariais. A falta de reflexão parece limitá-los (os dirigentes) quanto ao entendimento das contradições e complexidades da realidade social, resultando em atitudes que geram o afastamento, o distanciamento do jovem junto às iniciativas institucionais:

**“... a gente tem mesmo isso de ter um discurso... quer dizer, tem um discurso para os meninos, por exemplo, de autonomia, de participação... A organização tem um discurso de protagonismo juvenil, dos meninos participarem. Só que os meninos não conseguem participar de uma organização, porque se a garotada começa a questionar, a organização começa a desequilibrar. Não dá conta deste questionamento da garotada. E daí acaba afastando o menino ou tem dificuldade de relacionamento com ele. Por quê? Porque aceitou o discurso ‘eu quero fazer protagonismo juvenil porque está na moda’... Na hora de fazer (...) Tem um monte de organização entrando na maior crise por causa disso. Estimula o menino, fala para ele participar (...) Quando ele vem, a organização fica apavorada. Ela perde o chão dela”.**

Franquiado, o discurso parece perder em solidez ao se constituir na prática. O desenrolar do trabalho no nível material, dissimula-se e se envereda às avessas, em contraposição à “falácia”. Qual o real teor, o que pesa para a constituição do protagonismo juvenil na sua concretrude material? A autonomia e a participação constituem-se como significações deste protagonismo de fato? Ou ele se faz ‘franquiado’ no interior de uma tecnologia social?

Parece que, ao participar, o jovem questiona e sua postura reflexiva não é conveniente, não é esperada. Desequilibram-se os valores institucionais e se perde o controle. Em alguns casos, nota-se a sujeição a um fazer mecânico,

típico das relações neoliberais, que pouco contribui para transformação da realidade:

**“... o menino que é da unidade que eu trabalho... é uma marionete! O menino não tem formação política nenhuma! Então, é muito triste”.**

O “social” torna-se um emblema e pulveriza-se, esvazia-se... Perde-se de um possível projeto, desarticulado frente às exigências do capital.

Um significado - qualquer que seja – somente se tornou compartilhado no âmbito coletivo, pois se tornou ressonante no contexto determinado em que se constituiu (social e histórico). O significado de protagonismo, no caso acima, parece traduzir-se em termos de resultados, números – aos valores culturais (capitais) cultivados em nossa sociedade. Talvez, com o tempo, protagonismo e moeda tornem-se sinônimos, sabe-se lá...

Todavia, estes são apenas alguns exemplos de prática junto ao jovem. Consideremos outras experiências, com o objetivo de refletir sobre a dinâmica intersubjetiva que constitui o pensamento que se configura nestas relações:

**“Olha, o que acontece é o seguinte. A metodologia, apesar de ser fechada, quando ela chega lá na ponta, o que você quer promover? Quer que o jovem tenha autonomia, né, mas não! O que acontece com o jovem? Ele pode até desenvolver a autonomia, mas ele não é estimulado a ter uma autonomia que saia muito do (...) é uma autonomia meio controlada. Monitorada sim... De transformação local”!**

Aqui, protagonismo juvenil não se reduz a modismos simplesmente. Há alguma transformação. No entanto, a transformação realizada a partir das ações parece empreender-se até um limite específico; são transformações locais. As motivações subjetivas que configuram o pensamento constituem-se a partir do controle. Desta forma, desdobram-se pela afecção do padecer (Sawaia, 2002), obedecendo a um princípio de servidão e tirania. Envereda-se, o fluxo das idéias, por um caminho “receita”, causando uma transformação limitada, uma liberdade monitorada:

**“... enquanto ele está autônomo na sua comunidade local, ele pode fazer e acontecer... Dentro do projeto, eles são inspirados... nesse sentido, o jovem vivencia uma prática**

**interessante de transformação local... Quando esse jovem começa a extrapolar essa ação e começa a articular, a Fundação vem formatando essas ações mais amplas... porque (é) uma necessidade de controlar uma coisa que (está) saindo do controle deles”.**

As ações do projeto são controladas a partir da metodologia fechada de tecnologia social. O teor das transformações causadas pelos jovens é também controlado. O questionamento se restringe, aos moldes da franquia, pela necessidade em se manter o mecanismo de gestão do conhecimento e garantir resultados.

Ao retomarmos o problema da “franquia de conceitos” (Arantes, 2005), analisamos a possibilidade dos sentidos e significados se esvaziarem pela retórica do discurso. Constituem-se no interior de uma tecnologia social fechada, que tem por objetivo gerir o conhecimento, controlando-o. Neste sentido, o protagonismo que se espera dos jovens a partir do discurso e a invenção do protagonismo tal qual acontece na prática, perdem-se ambos: o discurso, encapado em franquia aos moldes da tecnologia social (o qual prescinde consistência histórica); o protagonismo, restrito a um fazer mecânico, ou a participação juvenil mais ou menos autônoma, limitada ao monitoramento e ao controle. Desta forma, protagonismo e discurso coincidem – o significado socialmente constituído de protagonismo juvenil generaliza-se e perde o sentido na prática:

**“... eu me senti (...) sabe aquela coisa de fantoche? Porque você fez, fez, fez, aí você vê aqueles jovens brigando numa mesma frase, reproduzindo um discurso. (Mas eles) tinham que estar falando marcado, que conter aquele movimento, né... Fundação Gama não está dando conta”.**

Nesta fundação, segundo os profissionais, houve um momento específico que engendrou na ação de forma controlada por parte da instituição. Este momento parece revelar a instituição de um monopólio, a certificação da fundação dentro do sistema político e econômico procurando assegurar e garantir sua tecnologia no âmbito social:

**“Então, têm experiências muito bárbaras, de jovens transformando e tal. Quando se transformou em escala - que é para acontecer em todo o estado - e se aliou ao governo**

do estado... Aí, eu acho que eles se viram em uma situação, em uma saia justa... Porque a retro-alimentação para a tecnologia fica comprometida, né. Começa a haver um movimento além, porque então antes eram projetos locais. A coordenação local tem uma atuação com esses jovens, até transforma mesmo, muda, realmente, a relação, a participação democrática nas decisões. É a idéia do empoderamento. Mas isso em larga escala ultrapassa a possibilidade de controle, né. E aí o susto! E começa a ter que chegar na garotada e coisa e tal”.

Embora os profissionais se refiram às experiências de organizações empresariais, cujo trabalho com os jovens se traduz de forma irrelevante (reduz-se a modismos), ou de forma controladora (pela estruturação de uma tecnologia social), também se referem a experiências de algumas organizações, cujas ações geram transformação no contexto social. Segundo eles, não podemos compreender todas as organizações sem fins lucrativos dentro de um único modelo. Suas ações diferem, seus compromissos são muito diversos.

(1) Assim, há aquelas que em nada contribuem no tocante à razão social que estabelecem:

“... têm vários programas diferentes de atendimento. Só que o que acontece? Ela não é uma fundação que tenha a questão dos direitos, embora fale muito nisso, né... Todas as ações que ocorrem, não são ações para as pessoas que recebem essas ações. Na verdade, essas pessoas são usadas para ser um número na hora de apresentar os resultados”.

(2) Há aquelas cujas ações são controladoras e se encontram em maior sintonia com as empresas privadas que as sustentam:

“O problema está nessa questão, porque todo esse processo de gestão é para garantir que a tecnologia chegue intacta lá. Para que haja uma retro-alimentação desta tecnologia”...

(3) Por outro lado, há organizações cujas ações na prática são transformadoras. Ao se adaptarem ao sistema, buscam preservar um veio de

mobilização e participação política junto aos jovens, adotando uma postura crítica diante da realidade:

**“Então, qual que é o modelo de jovem que a gente estimula nos nossos projetos? É aquele jovem que está no conselho municipal dos direitos da criança, é aquele jovem que está nas conferências lúdicas lutando pelos direitos dos jovens... dentro da Fundação Beta, por exemplo, eu acho que tem uma concepção mais avançada de participação juvenil. Por quê? Porque a gente acredita na democracia participativa e isso é muito claro na Fundação Beta. Isso é legal”.**

No entanto, mais uma vez notamos a contradição:

**“Quer dizer, isso não é muito claro, não. Não é assim tão claro. Eu estou sendo generosa... a equipe técnica da Fundação Beta acredita muito na democracia participativa... Temos autonomia. Até agora, até agora... Até agora, a gente não acreditava em metodologia fechada e franquia. Porque a gente acreditava na reflexão, na construção do conhecimento, da prática local... Até agora, minha filha, porque agora a gente está começando a se aproximar... (da) tecnologia social”.**

Vislumbramos, aqui, na compreensão dos profissionais, certa tendência de algumas fundações em adotarem uma postura mais conservadora e menos crítica diante da complexidade das relações sociais. Talvez este problema nos reporte à questão da origem da fundação (distante dos movimentos sociais) e sua dependência frente às empresas privadas voltadas ao lucro. Isto porque, de acordo com os profissionais, estas ONGs empresariais que trabalham, até certo ponto, numa perspectiva crítica, antes passavam despercebidas pelas empresas que as mantinham. A partir do momento em que suas ações geram transformações no âmbito material e estas ONGs começam a ter alguma visibilidade, tornam-se visíveis, também, para os seus instituidores, os quais procuram estabelecer ações na prática de forma controladora, a fim de garantir resultados:

**“... lá na Fundação Beta é um pouco assim, também. Quem manda não conhece. Então, até há pouco tempo, a equipe técnica deu muito a direção para toda a discussão. Hoje, está mudando. Hoje, os empresários estão querendo se apropriar mais da Fundação Beta. Então, por isso que eu estou falando. Até agora foi assim! Hoje tem um processo de apropriação da Fundação pelos empresários e eu acho que as coisas começam a**

**piorar daqui para frente (...) a Associação Beta percebeu que a Fundação Beta foi uma super sacada e agora está querendo se apropriar novamente da Fundação”.**

Ao se referirem a experiências significativas de algumas organizações no trabalho com os jovens, os profissionais também consideram ONGs de origem não empresarial. Citam experiências das ONGs de origem assistencialista ou filantrópica (as quais conseguem modificar suas estruturas internas, adotando uma postura menos conservadora). Mencionam, outrossim, ONGs ligadas aos movimentos populares, as quais buscam uma participação política no âmbito da defesa e promoção de direitos das crianças e jovens. Como exemplo, vale recorrer a atuação da Associação Madre Joana, de origem assistencialista:

**“Hoje, eles estão montando uma cooperativa de jovens. É um grupo de jovens que está montando uma cooperativa. Eles começaram a mexer com abrigo, dar atendimento em abrigo... Eles conseguiram romper todo aquele atendimento conservador. Os meninos começaram a sair do abrigo, a ir para a república e administrar a própria república... E é uma organização que, tradicionalmente, é conservadora, assistencialista. Mas está tendo um movimento interno de mudança. E hoje, eles estão participando das instâncias de conselho municipal (...) a história da defesa, dos direitos”.**

Voltando-nos às ONGs de origem empresarial, os profissionais se referem ao modo como estas organizações incorporaram o discurso histórico das reivindicações sociais e adentraram a área social buscando legitimidade para as suas ações. Instituem, então, uma tecnologia social que sugere formas e termos de referência para a promoção e visibilidade de projetos na área, cada vez mais adequados ao mundo dos negócios empresariais. Deste modo, a constituição de significados que sustenta o discurso destas ONGs, passam do âmbito social para o empresarial.

Entendemos, até aqui, haver uma multiplicidade de ações executadas por ONGs empresariais, as quais diferem desde a base de suas propostas até o alcance de suas ações. Algumas organizações esboçam suas práticas com o objetivo único de se estabelecerem no mercado, fomentando visibilidade e voltando-se ao lucro. Nesta perspectiva, o jovem remanesce como não beneficiário das ações institucionais:

**“Para quem a Fundação Delta serve, né? É para a visibilidade do grupo, mesmo! Então, ao mesmo tempo que eles valorizam a questão da gestão, é a gestão do recurso, mas não é a gestão do projeto mesmo... Eles querem fazer ações pontuais de oficinas, mesmo. Então, eles não pensam mesmo na questão política, não valorizam isso hoje dentro da fundação. Eu acho que é uma pena, porque tanto dinheiro, tanta coisa, apenas para prestar serviço, só isso mesmo... É uma visão muito conservadora”.**

Em outras situações, percebemos ONGs empresariais que trabalham em uma perspectiva de responsabilidade social. Suas ações na prática visam transformação junto aos jovens até um limite específico. Em seguida, perdem-se pelo “discurso do social”, de caráter emblemático, no interior de uma tecnologia que se pretende a monopólio, procurando controlar e gerir o conhecimento:

**“Agora, no conjunto das outras políticas do que você quer realmente do jovem, essa é a discussão. Que jovem nós queremos? É um jovem que vai transformar realmente a sociedade, ou é um jovem que você contém, por causa de uma revolução social? Assim, no sentido da perda de controle por causa da violência, da droga e tudo mais. Então, você precisa trazer o jovem para participar, né... De forma controlada”.**

Percebemos que, no momento em que a empresa se aproxima e procura apropriar-se das práticas institucionais, formula suas intervenções baseando-se em uma perspectiva de controle, com o intuito de garantir resultados. No entanto, esta não é a única postura adotada pelo meio empresarial. Conforme as percepções dos profissionais, existem empresários com concepções mais avançadas:

**“... a discussão é: ‘aonde é que fica o apoio às organizações sociais’, né... Existe um movimento entre os empresários, onde aqueles que estão mais avançados estão tentando mostrar aos demais que o caminho não é esse da visibilidade, que o retorno maior é de sustentabilidade... é o discurso do momento. O grande eixo de atuação hoje é o da sustentabilidade... não dá para limitar em uma visão de que a empresa só pensa em visibilidade. Eu acho que é uma visão muito simplista achar que tudo é visibilidade. Quem está olhando só para a visibilidade (...) é porque não está alinhado com (...) esse ‘projeto neoliberal progressista’, vamos chamar assim entre aspas... Não é nem**

**progressista, né, é mais inteligente mesmo... porque descobriu que, para o próprio capitalismo continuar, precisa ter sustentabilidade do mundo, do ambiente”...**

Evidentemente, o empresariado identifica-se com a proposta neoliberal e partilha dos ideais do sistema capitalista (seja de forma mais ‘conservadora’ ou de forma mais ‘avançada ou progressista’), cuja essência é contrária - ou deveria sê-lo - dos propósitos que embasam a origem e razão social das organizações sem fins lucrativos. Esta contradição parece resultar no sofrimento do profissional, situando-se entre a importância das práticas institucionais e os interesses mercantilistas das organizações em que trabalham.

No próximo núcleo, procuraremos refletir sobre a questão do sofrimento do profissional que trabalha em ONGs empresariais.

### **As novas ONGs e o sofrimento do profissional**

**“Eu venho pesquisando, porque a minha angústia dentro da Fundação Gama é tanta, que eu tenho que ter um pouco de referencial teórico. Eu tenho que saber o que se passa. E eu comecei a pesquisar, a entrar nos sites (de algumas organizações internacionais – cita-as)... para poder compor a minha compreensão. Aonde é que eu estou, né?... Aí, eu falei ‘agora eu estou me sentindo sabendo aonde eu estou pisando e sei que eu posso ir até aqui. Até aqui, né’. Pelo menos, você fica mais sossegado, você fala ‘bom, é isso, né’. E não fica fazendo, vendendo um discurso sem saber o que é”.**

Iniciamos este núcleo recorrendo à fala dos profissionais do grupo focal, a fim de considerarmos, antes de nos deter na análise, um ponto de partida importante: não parece claro, para o profissional de ONG, a consistência da razão institucional. Ao ser contratado, o profissional toma conhecimento da missão da organização a partir de seu discurso e estatuto, informa-se sobre a forma como deverá colocar em prática suas tarefas, porém desconhece a

maneira pela qual a suas atividades irão se desenvolver. A princípio, há uma tarefa a ser realizada e há um compromisso e um meio para torná-la possível, porém, ao colocá-la em prática, a extensão de seus resultados se reduz. Este fato parece gerar dúvidas quanto à razão social da ONG, além de sofrimento para o profissional, que se vê sem referências ou alternativas passando a agir de acordo com as possibilidades... dentro do “possível”.

Durante o trabalho com o grupo focal, pode-se notar que os profissionais de ONGs se referiram, inúmeras vezes, à perda de um projeto político, cujo ideal era baseado no socialismo, deixando um sentimento de falta de referência política e ideológica passível de sugerir alternativas ao modelo de sociedade capitalista:

**“... a gente tinha um vínculo, toda a nossa movimentação ideológica era vinculada a um projeto político, a esse projeto político socialista-ideológico, né. Aí você perde essa referência... E acho que isso foi um fator que vai fragilizar totalmente as nossas organizações”.**

Relembremos as reflexões de Petras (*in* Montaño, 2002) acerca do que denominou: ‘ideologia do possibilismo’. Para o autor, muitas pessoas que vinham de uma história de militância, no momento em que se depararam com o avanço do capitalismo e a consolidação da política neoliberal, deixaram-se levar por um sentimento de resignação quanto à possibilidade de um projeto alternativo dentro da ordem naturalizada do capital, passando a agir ‘de acordo com o que é possível’. A ordem capitalista, nestas condições, torna-se insuperável, procura-se a solução dos problemas sociais agindo a partir do que é ‘possível’, resultando na impressão de que somente o possível é razoável.

Repetidas vezes, este argumento aparece de forma evidente durante o trabalho com o grupo focal. A título de exemplo, vale mencionar:

**“... dentro do que a gente tem de possível, não é o que eu gostaria, não é o projeto neoliberal. Eu acreditei no socialismo! No Estado, de fato assumindo seu papel, sua responsabilidade social, mas não foi esse projeto que vingou. Ele não está aí... ele não é mais alternativa na nossa história... Não tem, no mundo inteiro, não tem esta outra alternativa, né”.**

Como ponto de partida, torna-se importante considerarmos esta perda de referencial político sentido pelos profissionais. Parece que este sentimento permeia as relações pessoais e a compreensão de realidade referida pelos participantes do grupo. Para eles, não há alternativas que possam se contrapor ao capitalismo até o momento, impondo-se a necessidade de adaptação a esse sistema. Tal necessidade é profundamente sentida no interior das organizações sem fins lucrativos, as quais são incorporadas ao sistema das relações capitalistas e funcionam a partir de sua lógica, gerando dúvidas, em alguns casos, quanto à natureza de sua razão social:

**“Eles não têm preocupação com transformação nenhuma. Eles buscam muito a questão da visibilidade mesmo... E tem um conflito de interesses. Porque tem o interesse que a fundação exista, porque ela tem uma missão. Mas quem está (lá) dentro, não está alinhado com essa missão”.**

Além do Estado, são as empresas do setor privado os organismos financeiros que subsidiam os projetos sociais criados pelas ONGs. A relação entre a ONG e a empresa se estabelece - inclusive - no nível de dependência financeira. Os profissionais tratam desta questão de maneira contraditória. Primeiramente, concebem como importante a desenvoltura do papel social pela empresa:

**“... chega uma hora que - aí eu acho que faz parte do projeto neoliberal também – da empresa assumir a sua responsabilidade social, porque como no projeto neoliberal está a sociedade civil e dentro da sociedade civil está a empresa também, né. Tem que assumir mais a sua responsabilidade”.**

No entanto, à medida que se firmam as parcerias entre ambas, a empresa entremeia-se na esfera de atuação das ONGs. Mais e mais, os projetos são requisitados, interpelados ou controlados pela visão do empresário:

**“...até há pouco tempo, a equipe técnica deu muito a direção para toda a discussão. Hoje, está mudando. Hoje, os empresários estão querendo se apropriar mais da Fundação Beta... tem um processo de apropriação da Fundação pelos empresários e eu acho que as coisas começam a piorar daqui para frente”.**

As ONGs vinculadas aos movimentos sociais, na opinião dos profissionais, são as que mais sofrem as agruras resultantes do modelo de parcerias com o meio empresarial, pois adotam uma postura crítica diante da realidade e procuram preservar autonomia para executarem seus projetos. Ao assessorar os movimentos, essas ONGs atuam a partir da mobilização política de forma a se contrapor ao sistema capitalista. Paradoxalmente, porém, vêm-se obrigadas a recorrer às empresas do setor privado para garantir seus recursos financeiros:

**“Hoje, por exemplo, elas (ONGs vinculadas aos movimentos) estão vivendo uma grande crise... como elas vão sobreviver, se quem está financiando hoje as iniciativas são as empresas... Quem sustentava as ONGs nos anos 80? A cooperação internacional. Quando ela sai e joga isso para os próprios países, quem que vai assumir? Quem tem dinheiro nos países, que são as empresas”.**

Voltando-nos às ONGs vinculadas à empresas, os profissionais lamentam sua suposta apropriação pelo mundo empresarial e referem-se ao aspecto controlador assumido por esta última. Isto porque, para eles, o empresário não detém a compreensão da realidade social. Ele traz a lógica da empresa para dentro da organização sem fins lucrativos, adotando posturas conservadoras. Assim, reduz-se, cada vez mais, o âmbito de atuação destas organizações:

**“.. quem vem da empresa, não dá conta de entender a realidade social... não entende... E quer ver resultado! Daí tem que ter o controle deste resultado. Provoca o movimento e depois tem medo! Porque precisa controlar este resultado”.**

O foco da intervenção na realidade social, ao invés de tratar da diminuição das desigualdades (ou, no caso específico das organizações não governamentais aqui tratadas, da promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens em situação de risco social) como, formalmente, propõem-se as ONGs, passa a considerar temas de caráter empresarial, como, por exemplo, sobrepor a importância da visibilidade em detrimento das ações. Ao

vivenciarem a contradição entre a proposta da organização e os interesses empresariais, os profissionais dizem sentirem-se angustiados:

**“... eu estou super arrasada, viu. Essa animação toda é uma animação histórica, talvez. Porque, pessoalmente, eu estou me sentindo um lixo... Estou muito preocupada com essa guinada à direita da Fundação Beta, estou bem desanimada... Isso me deixa angustiada... Infelizmente... a gente está muito insatisfeito, muito zangado”.**

Diante do sofrimento, os profissionais procuram adotar uma visão crítica e incitar a discussão dentro dos espaços institucionais, porém afirmam não haver este interesse por parte das ONGs empresariais. As críticas são fortemente combatidas pelos dirigentes; as organizações voltadas ao setor empresarial anseiam pelo tecnicismo e padronização de suas atividades:

**“... no modelo que está, eles querem um educador assim, peão mesmo, que faça o que eles acham que tem que fazer. Então, o educador que questiona, acaba sendo mandado embora. Ou então, acaba sofrendo vários constrangimentos e tudo mais”.**

À medida que essas ONGs firmam-se na sociedade, estabelecem uma relação de dependência com as empresas – em maior ou menor grau. As razões destas ONGs vão se amoldando aos princípios empresariais e as empresas passam a atuar de forma a controlá-las. Como exemplo, um dos profissionais do grupo menciona a vinda de uma empresa de consultoria à fundação onde trabalha, cujo objetivo era avaliar o quadro de profissionais:

**“Essa consultoria veio falar que, depois que ela avaliou todo o quadro de funcionários da fundação, achou que muitos dos processos que seriam complicados dentro da Fundação Beta era porque a equipe técnica era muito crítica ... nos próximos processos seletivos vão tomar cuidado com o perfil. Não falaram, né, em ‘pessoas mais críticas’, eles não falaram isso. Mas cuidar para, nos processos seletivos, indicar pessoas com um perfil mais adequado à Fundação Beta”.**

Uma postura crítica diante da realidade social parece não ser de interesse das fundações empresariais. Ao se adequarem e funcionarem a partir da lógica do sistema, constituem-se, dentro das ONGs empresariais, relações que re-significam a proposta liberal. De acordo com esta lógica, uma equipe

que se denomine “técnica”, deve se desenvolver pelo seu tecnicismo e não de forma a criticar as atuações institucionais - e não pela reflexão sobre as suas ações. As idéias cristalizam-se, geram um pensamento sob o qual se exerce o controle, a servidão, colaborando para a manutenção da realidade social. Talvez, por este motivo, além de tender para o conservadorismo, os empresários não detêm a compreensão desta dinâmica:

**“... se a equipe consegue se fortalecer, ela consegue fazer um trabalho legal, porque eles (dirigentes) ... não entendem “bulhufas”, então o que você faz está bom... Quem manda não conhece”.**

Ao interferirem nas ONGs, os empresários as dirigem como se dirigissem empresas:

**“Na Fundação Beta botaram um relógio de ponto! Eu quase tive um ataque! Mas sabe porque eu tive um ataque? Porque eu falei: - eu tenho vergonha de estar trabalhando em uma fundação que tem os empresários mais atrasados deste país”.**

Relembremos que todos esses profissionais apresentam uma história de militância em relação aos direitos das crianças e adolescentes, buscam uma postura crítica diante da realidade e procuram perceber suas contradições. Adentram as organizações sem fins lucrativos, com o intuito de fazer perpetuar a luta pelos ideais de cidadania e democracia participativa junto ao público que atendem, porém vêm como necessidade o estabelecimento dessas organizações em parceria com as empresas privadas para garantir a realização de seus projetos. Aflige-os a perda do referencial de um projeto político, ao qual respondem com conformidade, por lhes faltarem alternativas – agem de acordo com o que é possível.

Esta postura conformista diante da realidade nos remete às reflexões de Souza Santos (2001), para quem as relações sociais, dentro da lógica do sistema capitalista, favorecem a constituição de uma subjetividade marcada pelo conformismo no âmbito individual e coletivo. Recordando as idéias do autor, configura-se uma subjetividade destituída de seu potencial de emancipação. Ao adotar uma postura não reflexiva – reduzem-se as críticas - e controladora, as ONGs vinculadas à empresas inibem o potencial

emancipatório das atividades de seus profissionais. Assim, os profissionais sofrem, angustiam-se, não conseguem realizar completamente o trabalho ao qual se propuseram a partir da razão social formalizada pelo estatuto destas ONGs:

**“... eles falam que (os profissionais) têm muita dificuldade nesta questão de mostrar resultados, por isso (precisamos nos) enquadrar mais no modelo de resultados, porque (temos) que apresentar um produto para cada semestre. E um produto não é assim: ah, os educandos estão mais críticos! O produto se resume a uma banda, uma apresentação cultural”!**

A lógica empresarial dentro da ONG, por sua vez, garante a ‘representação técnica’ das ações, buscando padronizá-las e controlá-las. A partir da fala dos profissionais, parece-nos que o pensamento institucional constitui-se pela afecção do padecer, procurando abster-se de uma visão crítica. Como conseqüência, os profissionais se sentem desmotivados frente ao trabalho, pois a constituição dos significados a permeá-lo constrói-se no bojo das inter-relações entre a empresa e a instituição. Esta última, ao invés de se voltar ao trabalho junto aos jovens, desequilibra-se no rumo de suas atividades:

**“... um dos meninos foi assassinado e eu fiquei chocada, porque parecia uma festa porque o menino tinha sido assassinado... foi um alívio para a organização... E eu fui (ficando) sozinha... Eu fui ficando sem força nenhuma para trabalhar”.**

Sawaia (2000) refere-se às motivações geradoras do pensamento, apresentando análises acerca das emoções. Para ela, as emoções mantêm nexos com as convenções sociais (valores e moralidades) e podem se estabelecer a serviço do erro, da servidão - pela afecção do padecer. Neste sentido, o pensamento, escravo da fixação emocional, fica sem motivação. O pensamento se reduz, os significados das experiências se debilitam. O profissional, neste contexto, entende-se como capital para a empresa em meio a esta trama de relações sociais:

**“... Recurso humano é capital para a empresa e isso não tenha dúvida! Aí, precisa investir neste capital, para que ele trabalhe melhor os negócios da empresa. Isso é muito**

**triste, né. Essa é a parte mais dolorosa, eu acho, para a gente que tem essa concepção. Pelo menos, para mim, eu acho que essa é a parte que mais me pega. Realmente, aí você vê que, apesar de tudo, a relação é de capital, né”.**

Diante do sofrimento, os participantes do grupo focal referem-se à complexidade da realidade, procuram compreender suas contradições sem reduzi-la a visões maniqueístas e consideram que devem apostar em concepções progressistas, com o intuito de transformar a realidade a partir das possibilidades presentes. Afirmam haver empresários insatisfeitos e dispostos a contribuir para modificar as relações sociais:

**“... eu acho que a gente tem que tomar cuidado, porque, às vezes, é uma visão... muito simplista... uma redução da realidade entre o bem e o mal, e a realidade não é essa... Eu tenho a impressão de que, ainda dentro desse conjunto aí de pessoas... têm aqueles, também, que têm uma visão de humanidade (...) Da humanidade no sentido humano, da solidariedade, da generosidade. Tem todo um discurso que não é discurso, é ‘um desejo dê’... Que tem coerência... é um desejo de construir uma sociedade ... com outro tipo de relação humana, né”.**

Como já mencionado, os profissionais anseiam pelo desenvolvimento de uma consciência crítica, a qual fica distante de um modelo controlador e fechado de produção de conhecimento. Talvez, esta referência ao “desejo de” transformar a realidade de alguns empresários, refira-se a uma utopia - a qual tem sua importância, uma vez que os impele, diante da insatisfação, a continuar realizando o trabalho junto aos jovens. Porém sentem faltar-lhes espaço para estas discussões nas organizações em que trabalham; sentem-se isolados:

**“... não tem esses espaços de discussão... os meios de comunicação da Fundação não propiciam essas discussões... a estrutura que é muito ruim. Eles não investem na estrutura para que avance... A gente precisa de encontros como esse. Não tem possibilidade desta discussão. Eu estou muito sozinha lá na Fundação”.**

Ao considerarmos que o desenvolvimento de uma postura crítica não é interessante para a organização, entendemos a conjuntura que leva a este sentimento de isolamento. Não se busca a crítica, a consciência, o

pensamento. Mantém-se a lógica do capitalismo, a qual se envereda pelo bojo dos projetos das organizações sociais; cristaliza-se o pensamento no curso de uma construção de mensagens (sentidas e significadas) padronizadas e insipientes.

A execução dos projetos, por mais flexível e transformadora que pareça, funciona com base em um modelo fechado de gestão e propostas, que refletem, de maneira superficial, ações transformadoras da realidade. Articulam-se a partir do controle e monitoramento das ações, destituindo a autonomia dos profissionais e causando modificações locais até um limite específico.

## V - Considerações Finais

Esta pesquisa apresentou como ponto de partida questões concernentes às práticas de intervenções sociais realizadas com meninos e meninas que vivem em situação de rua. Incomodava-nos o fato de haver meninos e meninas construindo seus “projetos de inclusão” social - uma vez decididos a deixarem as ruas como espaço de sobrevivência - porém sem obterem êxito ou encontrando grandes dificuldades para concretizá-los. A situação de exclusão vivenciada por esta população, levou-nos a refletir sobre os diferentes atores sociais que interferem nesta dinâmica. Dentre eles, notamos a proeminência das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) atuando na área, esboçando projetos e estipulando missões com base nas formulações dispostas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Procuramos, então, familiarizarmo-nos com essas instituições transitando pelo significado que as edifica e o relacionando com seu discurso e com suas propostas junto às crianças e jovens. Para tanto, decidimos partir do olhar de seus profissionais, os quais, ao nosso ver, empenham-se em uma luta que nem sempre condiz com os ideais institucionais a que estão sujeitos.

Na medida em que avançamos no nosso estudo sobre as ONGs, percebemos a existência de uma infinidade de instituições que se auto-intitulam não governamentais e que, todavia, apresentam missões e propostas das mais diversas (e, por vezes, antagônicas entre si). Assim, a literatura, ao invés de afirmar algo a esse respeito, procura compreendê-las a partir do que elas não são (não governamentais, sem fins lucrativos, etc), investigando sua funcionalidade dentro do contexto social capitalista. Ao invés de considerarmos as ONGs como funcionais ou não ao sistema, optamos por partir do pressuposto de que, uma vez imersas neste contexto, as ONGs sugerem propostas que visam transformar ou manter esta realidade.

Ao relevarmos, em uma perspectiva histórica, a origem das ONGs no Brasil, notamos a importância desta sigla e a maneira como foi se distanciando de seu significado primeiro ao longo da história. As ONGs que surgiram durante os anos 1960, instituíam-se como organizações com o intuito de prestar assessoria aos movimentos populares no sentido de os fortalecer pela

mobilização e participação política, além de manifestarem sua contraposição aos ideais (político, social e econômico) do Estado. À medida que se instituem enquanto personalidade jurídica e adotam uma política de parcerias com instituições financeiras, as ONGs aproximam-se das empresas do setor privado lucrativo e estabelecem uma relação de maior ou menor dependência com este setor.

Na década de 1990, assistimos ao “boom” de novas ONGs que surgem no cenário social. Em sua maioria, essas ONGs apresentam suas propostas já desvinculadas dos movimentos populares, têm pouca participação na luta por direitos e mobilização política e assumem posturas pouco críticas diante da realidade social.

Notamos, no desenrolar de nosso estudo, haver ONGs que se mantêm distantes dos ideais mercantilistas, procurando realizar um trabalho efetivo ao se comprometerem em transformar a realidade social. Por outro lado, encontramos ONGs que funcionam em estreita relação com os interesses da empresa privada, engrandecendo em visibilidade e lucro. A essas, referimo-nos aqui como ONGs empresarias, as quais se estruturam, prioritariamente, a partir das políticas de parceria com a empresa privada e propõem projetos de intervenção na realidade social incorporando o discurso do socialismo.

Ao procurarmos conhecê-las e entendermos a consistência desse discurso e de seu resultado no trabalho com os jovens, voltamo-nos aos profissionais que trabalham nas ONGs empresariais junto às causas da infância e adolescência. Esses profissionais - em cujo histórico ressaltamos a militância na área - ressentem a perda de um referencial político capaz de se contrapor ao capitalismo. É deste modo que adentram as ONGs empresarias, procurando adaptarem-se ao sistema.

Ao se referirem às organizações em que trabalham atualmente, não as consideram ONGs (na origem do termo). Para eles, tratam-se de fundações de origem empresarial, cujas missões e propostas os mobilizam pelo discurso (em princípio), porém na prática, notam uma postura conservadora e controladora por parte de seus dirigentes. Este controle é exercido sobre os profissionais e se reflete no trabalho com as crianças e adolescentes – destituindo a autonomia dos profissionais (sentem-se “fantoques”, executores de uma

tecnologia social) e priorizando o “monitoramento” das ações junto aos jovens (vêm-nos como “marionetes”, sem formação política).

Os profissionais se referem à urgência de uma postura reflexiva nestas organizações. A falta de reflexão parece limitar os dirigentes quanto ao entendimento das contradições e complexidades da realidade social, resultando em atitudes que geram o distanciamento do jovem e sofrimento para o profissional. Não se busca a crítica, a conscientização.

Como conseqüência o discurso perde em ressonância, estruturando um fazer mecânico, típico das relações neoliberais, que pouco contribui para transformação da realidade. O “social” torna-se um emblema e pulveriza-se. Perde-se de um possível projeto, desarticulando-se frente às exigências do capital. Num apelo ao *marketing* social, o vocabulário crítico torna-se homogêneo e perde em significações.

O discurso das ONGs empresariais, segundo os profissionais, veicula-se por um modelo fechado de gestão do conhecimento (uma franquia de conceitos), o qual incorpora o discurso de origem socialista e o articula com base na proposta neoliberal, porém lhe destituindo a história. Não se estimula o pensamento em sua capacidade reflexiva, pela tentativa de se controlar e gerir o conhecimento. Não se motiva reflexão que escape de um modelo norteador do pensar, prendendo-se a conceitos e associações ordenados por uma tecnologia social que impede o livre fluxo das idéias, a razão livre, o pensamento criador e dialético. O pensamento parece afigurar-se de forma aprisionada e cristalizada.

Apesar de se referirem ao esvaziamento e falta de consistência histórica do discurso, os profissionais se utilizam do ECA como exemplo de um conjunto de leis discursivo, cuja solidez é capaz de arregimentar mudanças amplas e profundas na conjuntura social. Contudo havia uma forte mobilização social para a consolidação do ECA como projeto para a sociedade, a qual não prescindia das implicações de suas construções históricas.

Atualmente, ao ser incorporado pelo meio empresarial, o discurso se constitui a partir de um modelo de gestão do conhecimento; retira-se a história, homogeneiza-se a crítica.

Grosso modo, temos um quadro segundo o qual:

- o discurso das ONGs-empresariais envereda-se a partir de uma franquia de conceitos;
- o jovem é convocado a protagonizar ações sociais para modificar a realidade de forma 'monitorada' e até um limite específico;
- o profissional perde a referência do trabalho na área social constituindo seu significado junto à empresa voltada ao lucro, gerando sofrimento.

Por fim: voltamo-nos à questão primeira: o que é ONG, ao que veio?

Ao caminharmos pela trama de significados sugeridos pelo termo ONG, desde sua origem, entendemos que muitas organizações não governamentais fundadas em décadas anteriores a 1990 se consolidaram a partir de uma perspectiva de democracia participativa, resultando em constituições diversas das ONGs fundadas em anos posteriores. Se anteriormente a sigla ONG sugeria como significado uma postura de contraposição ao Estado, crítica diante da realidade, atuando a partir da mobilização política de seus associados em defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens, atualmente esta denominação confunde, torna-se ambígua.

Inúmeras ONGs fundadas a partir de 1990 vinculam-se ao setor privado voltado ao lucro – ao meio empresarial – estabelecendo relações de dependência junto a esses setores. Desta relação, desenvolve-se um perfil de filantropia empresarial, contraditório em essência, o qual se integra no cenário social sob a lógica de reestruturação do capitalismo em detrimento da formação política. Ao se auto-intitularem “Organizações Não Governamentais”, equivalem-se as demais e enunciam propostas “transformadoras” da realidade social a partir da implementação de ações para que o Estatuto da Criança e do Adolescente funcione de fato. Estas ONGs alinham-se aos ideais do projeto neoliberal e não se detêm às causas estruturais dos problemas; não realizam um trabalho capaz de dissolver desigualdades e fortalecer o jovem para o enfrentamento da dialética inclusão/exclusão. Ao se deterem no discurso de origem socialista, destituem-no de sua referência histórica e o delimitam a uma franquia de conceitos. Assim a crítica se uniformiza – torna-se homogênea – perdendo-se entre a “falácia” e as ações institucionais.

## Referências Bibliográficas

ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). *A ação das ONGs no Brasil*. Parte I: ONGs: pluralidades e identidades. In: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br). Visitado em 15 de julho de 2005.

AGUIAR, Wanda M. Junqueira. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: Bock, Gonçalves e Furtado (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica. Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001 (pp. 97 - 112).

AGUIAR, W. J. e OZELLA, S. *Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos*, 2005 (mimeo).

ALVES, Rubem. Rio São Francisco no Paraná!. Folha opinião; tendências e debates. In: [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br). Visitado em 11 de julho de 1999.

BERZIN, Juliana. *O teatro e o adolescente em conflito com a lei: análise do sentido de uma proposta educativa*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

BLEGER, José. *Temas de psicologia: entrevista e grupo*. Tradução Rita Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BOCK, Ana Mercês B. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. In: Bock, Gonçalves, e Furtado. (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica. Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001 (pp. 15 – 36).

BRUSCAGIN, Cláudia B. *Sob a proteção de Deus: famílias cristãs na fase adolescente*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: Bursztyn (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (pp. 19 – 55).

CALIL, Maria Isabel. *A constituição da subjetividade em meninos de rua: análise de um caso na cidade de Santos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CALIL, Maria Izabel. *Da rua para a cidadania*. São Paulo: Publisher Brasil /Fundação Projeto Travessia, 2000.

CASTRO, Karin R. *Visitando a família ao longo das fases do ciclo vital: o olhar dos filhos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória de Severino e a história de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIVITA, Victor (org). Dédalo, Ícaro, Pasífae. In: Civita, Victor. *Mitologia*. Vol. II, 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1976 (pp. 497-512).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Catástrofes e subjetividade: a contribuição da psicologia*. *Jornal do Federal*, ano XVIII, no 81, abril de 2005 (pp. 08 - 09).

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *Meninos e meninas de rua: vida, paixão e morte*. (CELATS) Centro Latino América de Trabajo Social: Belo Horizonte, 1996.

COUTINHO, Joana Aparecida. *Ongs e políticas neoliberais no Brasil*. Tese de doutorado: Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília – DF. Lei no. 8060, de 13 de julho de 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FONSECA Jr., Eduardo. *Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira: português, yorubá, nagô, angola, gegê*. São Paulo: Maltese, 1995.

FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In: Bock, Gonçalves e Furtado (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001 (pp. 75 – 96).

GOHN, Maria da Glória. Organizações Não Governamentais: a modernidade da participação social. In: Gohn, M. G. (org). *Parcerias e educação popular. GEMDEC: Grupo de Estudos Sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania*, no. 03; Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, 1994 (pp. 01 - 22).

GONÇALVEZ, Maria da Graça Marchina. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. In: Bock, Gonçalves e Furtado (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001 (pp. 16 - 37).

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa em psicologia. Caminhos e desafios*. Tradução Marcel Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência*. Rio de Janeiro: NAU, 1998 (pp. 23 – 88).

LANDIM, Leilah. *É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG*. In: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Visitado em 18 de agosto de 2002.

LAVALLE, Adrian Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, julho de 2003 (pp. 91 – 111).

MENEGON, V. M. Por quê jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: Spink, M.J. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000 (pp. 215 - 242).

MENEZES y MORAES. Radicalmente humano. In: Fonseca Jr, Eduardo. *Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira: português, yorubá, nagô, angola, gegê*. São Paulo: Maltese, 1995 (pp. 21 – 22).

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vigostki*. São Paulo: EDUC, 1999.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTENEGRO, Thereza. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: URB, 1999.

POCHMANN e AMORIN (org). *Mapa da exclusão*. Disponível em [www.unicamp.com.br](http://www.unicamp.com.br). Campinas, S. P, 2003.

ROSA, Elisa Z. e ANDRIANI, Ana Gabriela. Psicologia Sócio Histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, E. M. P. (org). *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002 (pp. 259 – 287).

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAWAIA, Bader Burihan. *A emoção como lócus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. Universidade Estadual de Campinas, PUC/SP e USP: Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_ Exclusão ou inclusão perversa? (Introdução). In: Sawaia, B.B (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 a (pp. 7 – 15).

\_\_\_\_\_ O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B.B. (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 b (pp. 97 - 119).

SOUZA, Heberth Paulo. *As metáforas na linguagem e no pensamento*. Tablado Acadêmico no. 04, Ano I. Disponível em: <http://www.unipac.br>. Barbacena, M.G, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. 8ª edição. São Paulo: Cortez: 2001.

SPINK, M. J. e MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: Spink, M.J. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000 (pp. 63 - 92).

TEIXEIRA, Lumena Celi. *O outro lado do espelho: a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. *Obras Escojidas IV: psicología infantil*. Tradução Lydia Kuper. Madri: Visor Distribuciones, 1996.

\_\_\_\_\_ *Teoria e método em psicologia*. Tradução Cláudia Berliner. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_ *A construção do pensamento e linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_ *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução Cipolla Neto et alli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## **Anexo – Transcrição do grupo focal**

Silvia: Bom, eu gostaria de começar assim: falando, de forma resumida, para vocês um pouco do que consiste esse meu trabalho, o tema da minha dissertação, né, como isso tudo começou. Tudo bem assim?

Leandra: ah, vamos lá, vamos lá.

Silvia: Bom, eu parti de indagações sobre a questão dos meninos em situação de rua, por causa do meu trabalho anterior, procurando pares para refletir as controvérsias em relação ao ECA, né, que não são poucas, a dificuldade de torná-lo concreto, na prática, e (...) sobre o papel do profissional que atua em organizações não governamentais com essas crianças. Então, naquele momento, eu pensava sobre o esforço da meninada num projeto de saída das ruas, né, a aflição do profissional que trabalhava direto com os meninos, se debatendo entre as dificuldades do trabalho prático e as demandas institucionais (...) Eu pensava sobre a retaguarda da organização, que a organização dava, em que medida, né, aos profissionais envolvidos nesse trabalho, e enfim. Esse foi o começo. Aí eu acabei, pelas minhas indagações, no desenrolar da pesquisa, mudando um pouco o rumo da dissertação. Ao invés de focar o trabalho diretamente nos meninos, eu escolhi focar as organizações não governamentais que trabalham com eles, com essa questão da infância e da adolescência no nosso contexto social e (...) decidi investigar, me aprofundar no discurso das ONGs. Não pelos seus dirigentes, né, mas partir da fala dos profissionais, ou seja, de vocês aqui que (...) que eu convidei

para participar deste grupo, desta conversa, que atuam em ONGs, que estão diretamente envolvidas com a questão da infância e da adolescência (...) E, têm aí a luta de vocês, a história, o envolvimento de vocês neste trabalho com relação a essa questão, né. Então eu estou aqui partindo de uma primeira proposição, que é: qual a razão social das ONGs e como funcionam dentro deste sistema, do nosso contexto social? Cada uma considerando a sua própria experiência, a instituição que trabalha e tudo mais. Como vocês percebem a realização da missão institucional, né. Porque, geralmente, estas instituições partem de uma missão, de uma razão. Então, quais as percepções que vocês têm acerca da demanda institucional, como este profissional, como vocês, né, percebem estas relações, a razão social da instituição, sua posição em relação a essas demandas... Acho que existe uma diferença mesmo entre um movimento de luta e uma organização não governamental, mas acho que dentro do nosso contexto há uma variedade imensa de organizações, né, principalmente, né, inclusive, na área da infância e da adolescência. É esse, então, o tema da minha investigação. O que fazem as ONGs em relação a sua própria proposta, a sua missão, como atingem seus objetivos, em que medida, considerando questões como visibilidade e tudo mais. Como vocês entendem esse objetivo, né, e como vocês percebem o relacionamento da instituição com seus mantenedores, como se mantém as organizações em que vocês trabalham e como se beneficia o chamado, entre aspas, né, o “público alvo” do trabalho proposto pela organização, os meninos e as meninas, para quem esse trabalho se dirige. Eu quero deixar este “bate papo” - entre aspas - bem livre, para que vocês falem o que acham importante ser falado dentro deste panorama geral que eu coloquei para vocês.

Cátia: você sabe, né, nós trabalhamos, as três, lá na Fundação Alpha já faz algum tempo, quanto tempo faz gente?

Leandra: ah, eu saí antes, né, mas trabalhamos, as três, em diferentes áreas lá na Alpha.

Cátia: Você quer que a gente fale primeiro um pouco da Fundação Alpha, que todas podem falar um pouco e depois falamos das atuais?

Leandra: É, a gente pode fazer esta ponte. Cada uma pode falar um pouco de como era lá. Acho que tem uma coisa em comum para a gente começar que é a Fundação Alpha mesmo, né?

Todas: é...

Silvia: Então, vamos começar pela Fundação Alpha.

Leandra: Mas, agora, eu não vou conseguir falar sem falar o nome das organizações. Por que é tanto troca-troca, que eu prefiro falar pelos nomes e depois você tira tudo.

Todas: é... também acho...

Silvia: Podem ficar tranqüilas, esse será um cuidado meu. Não constará nem o nome de vocês, nem das organizações. Fiquem à vontade para fazer como acharem melhor.

Leandra: Mas, caramba! É uma perguntinha e tanto! Porque eu acho que a nossa trajetória no terceiro setor tem muito a ver com um contexto maior, né, que eu acho que é a própria trajetória das organizações sociais no Brasil. Você deve estar fazendo este levantamento, né, para a sua tese?

Silvia: Estou sim.

Leandra: Acho que é importante para situar onde nós estamos hoje dentro de uma história das organizações sociais no Brasil. Porque eu e a Cátia, por exemplo, temos algo em comum, né. A gente trabalhou em organizações sociais lá trás, na década de 80. Cátia, você me ajuda, nos anos?

Todas: risos

Cátia: E você limpa também essa parte dos anos, ta? Das idades (risos).

Leandra: Nós trabalhamos nos anos 80 em organizações sociais que vieram de movimentos populares. Na década de 70, se você pega, por exemplo, houve muito movimento de luta por creche, as pastorais todas da igreja funcionando, trabalhando, o movimento pelos direitos da criança e do adolescente – isso nos

anos 70, 80. Então, você teve um período de re-democratização do país, onde você teve muitos movimentos sociais e movimentos políticos.

Alice: Foi um período muito rico, né?

Leandra: Pois é. Tanto é que você olha o histórico das organizações sociais. Ou você tem organizações sociais que têm 50 anos - de mil novecentos e cinqüenta e pouco - ou você tem organizações que começaram a partir da década de 90. Então, em 90, elas se institucionalizaram. Então, você vem de 70, 80 num processo de mobilização social.

Cátia: Eram muito clandestinas, né, nesse período.

Leandra: É, eram jovens que se reuniam para (...) E quando chega em 80, 90, você tem um “boom” de organizações sociais no Brasil. Porque vem dessa institucionalização dos movimentos. Por exemplo, lá na nossa região era um grupo de jovens, a Associação X, associação dos trabalhadores daquela região, que vem de um movimento de jovens da pastoral e do sindicato que se junta. E aí, até então, eram jovens em movimento que se juntam e montam uma instituição, né. Era a época das ONGs, das organizações não governamentais. Então, eu acho que é uma sigla que a gente não pode perder, tem que ver o sentido dela também, né. E daí, nesse movimento todo, começaram a montar as primeiras ONGs. E nós trabalhamos numa ONG que se chamou Associação dos trabalhadores X, e na época, em São Paulo, por exemplo, tinham várias associações de trabalhadores. Eu tenho contato hoje,

por exemplo, com a Associação de trabalhadores Y! Daquela época. E se manteve!

Cátia: A é?

Leandra: Mas hoje tem outra configuração, né. Mas eu lembro que, na época, tinham várias associações de trabalhadores. Eram todas vindas de movimentos da igreja, de movimento sindical, que nem o surgimento do PT na época, né. O PT é de mil?

Cátia: 1983.

Leandra: 1983, então é isso mesmo. A gente estava junto fundando tudo, fundando o partido e fundando várias organizações sociais na cidade. Em noventa, noventa e pouco, tem esse “boom”.

Cátia: E a CUT nasceu junto com o PT, praticamente.

Leandra: É, a CUT também, isso! Em 83.

Cátia: E aí é que descaracterizou as associações trabalhistas.

Leandra: Isso.

Cátia: E aí passam essas associações a ter uma outra atuação.

Leandra: E aí você tem o movimento social, o sindicato se organizando e começam a organizar as suas instituições, né, e nós fomos para a Associação X.

Alice: Um “boom” que teve também foi a Associação Social Z.

Leandra: Isso! Um pouquinho depois.

Alice: Isso, um pouquinho para frente. E nessa época, foi quando eu comecei a trabalhar, eu estava cursando o serviço social.

Leandra: Você lembra em que ano?

Alice: Era em 90, mais ou menos. Eu me formei em 96? Era em 93, mais ou menos, que eu comecei a trabalhar como voluntária da Associação Z, no comitê do meu bairro. E a ação desta associação deu muita força também para as outras organizações se institucionalizarem.

Cátia: E aí já foi um corte, inclusive, de atuação, a ação da Associação Social Z.

Alice: Pois é.

Leandra: Isso é que eu ia falar. Porque assim, dessa época que nós estamos falando, nós estamos falando em mobilização política. E aí a gente tem um ideal, inclusive socialista, revolucionário. Era um ideal revolucionário.

Cátia: Eu lembro das nossas discussões. Favor ou contra a ação da Associação Z? Nossa!

Alice: Que era muito assistencialista!

Cátia: Tinha uma defesa de que era e tinha uma defesa de que não era, que era necessário mesmo.

Leandra: Que era uma visão de cidadania e não de assistencialismo. Agora, até essa época, 93, a gente era muito (...) Imagina, nós, jovens da Associação X. A gente apoiava a greve geral, então a gente saía da organização e ia furar pneu à noite. Eu lembro que a gente (...) era muito legal, porque a gente acreditava no processo revolucionário. Então, eu lembro, a gente tudo com 19, 20 anos de idade, tudo de madrugada, nós todos juntos, o Beltrano, Cicrano, Fulano, aquela turma toda com aquelas tachinhas saindo de madrugada. Quatro e meia da manhã, aquele monte de jovem morrendo de medo. A gente passava a madrugada inteira conversando de medo (risos). Mas a gente saía para a rua, porque a gente apoiava a greve geral e o ônibus era fundamental para furar, para ter a greve geral. E a gente ia furar os pneus dos ônibus.

Todas: risos.

Leandra: E aí, eu acho que essa discussão também tem a ver com o contexto, inclusive internacional. Ela vai mudando. Então, por exemplo, com o tempo, você começa a discutir mais a questão menos revolucionária, mais da cidadania, da solidariedade. Eu acho que o Cicrano da Silva traz uma discussão que hoje está aí, que a empresa privada se apropria. E daí a gente vai discutir lá na frente se a gente concorda com essa apropriação ou não, né, mas a empresa privada vai se apropriar desse conceito de solidariedade que o Cicrano traz. Quer dizer, de cidadania e de solidariedade, né, que é um conceito super bonito. E aí eu acho que tem, junto com tudo isso, uma outra discussão, também, que tem a ver com a gente hoje, que é a questão da profissionalização das organizações sociais.

Alice: Que vem por conta da perspectiva do segundo setor entrando aí como financiador e exigindo a profissionalização do terceiro setor.

Leandra: Isso. Mas aí tem uma discussão anterior a esta ainda que é – isso é cenário mundial. Você tem: quem financiava essas ONGs que vieram dos movimentos sociais dos anos 70 e 80? Eram os financiadores internacionais, que era a cooperação internacional, a sociedade civil dos países do primeiro mundo, que se organizaram a maioria deles. Alguns tinham até apoio de governo, né.

Alice: Tinham.

Cátia: É, tinham, alguns. Mas era uma minoria, né.

Leandra: Eram os nossos mantenedores. Nessa época, a Cátia já está na articulação nacional do solo urbano.

Cátia: E eu administrava todos os projetos da instituição.

Leandra: Que vinham de fora.

Cátia: Que vinham de fora, né. E a Associação X tinha algumas organizações administrando, né, a Organização A, a organização B...

Leandra: A Organização A que era a sociedade civil do primeiro mundo que se organizava, aliás se sentindo culpada por conta da dívida externa.

Cátia: Repassando a verba como uma forma de (...)

Leandra: Pois sabia que o que impedia o desenvolvimento dos países do terceiro mundo era essa questão.

Cátia: Então era um movimento de oposição a esta política governamental e econômica dos países do primeiro mundo.

Leandra: É...

Cátia: Contra esta expropriação mesmo, né, das nossas riquezas aqui. Então, o que eles faziam? Eles devolviam para nós, através das ONGs, dos movimentos sociais, né. Que também é um racha. Este momento histórico no primeiro mundo, na Europa, começa a haver um movimento que vai dividir estas organizações em cooperação. E isto vai afetar todo o apoio que é feito aqui para os países do terceiro mundo.

Leandra: Porque eles também fazem uma leitura, na época, que depois, um pouquinho mais para frente, eles, essa cooperação internacional, vai avaliando que têm países onde o próprio país, as forças internas do país, precisam assumir este trabalho social dentro do país. Então, de certa forma, a empresa, ela também é um pouco empurrada por esta cooperação internacional. Porque esta cooperação começa a questionar. Não, mas o Brasil, por exemplo? Tem condições do próprio país apoiar na área social. Não precisa mais gente de fora. E daí eles começam a deslocar, também por conta da África, da Ásia, eles começam a passar muita verba, mais verba para essas áreas e menos para a América latina. E aí a gente começa a cair nos nossos lançamentos.

Alice: E hoje eles têm questionado muito esses repasses para a África, né, que está mais ou menos igual à indústria da seca aqui. Os governos recebem o apoio, mas a população mesmo não acessa esses recursos.

Leandra: Não acessa, é isso. E aqui o que acontecia que acabou pressionando a gente? Também nesse processo de redirecionar o apoio financeiro para outros países, essas instituições começam a cobrar uma melhor gestão.

Porque a gente era só cheio de boas intenções e muito compromisso. Hoje a gente questiona (risos), mas na época, a gente tinha compromisso, era dedicação. Mas muito pouco profissionalismo.

Alice: Era pela causa mesmo, né.

Silvia: Você acha que o pouco profissionalismo foi um ponto de questionamento, então?

Leandra: É, por exemplo, o nosso objetivo da Associação X, se bobeasse, era fazer a revolução do bairro, né. Como, onde, por onde começar, de que jeito, em que tempo, nada disso a gente sabia.

Alice: Estratégia nenhuma.

Leandra: Nenhuma estratégia, um planejamento muito abstrato. E daí essas próprias instituições, corporações, começaram a questionar. Lembra da Fundação Padre Silva? A Fundação Padre Silva era uma fundação ligada à igreja, na época. Não sei se é evangélica, não sei se é presbiteriana, não sei (...).

Cátia: Acho que é presbiteriana.

Leandra: Na época ela foi contratada pela Organização A, se eu não me engano, que é uma organização internacional enorme. Até a pouco tempo, ela

era a maior financiadora da CUT, até a pouco tempo, para vocês terem uma idéia da grana que ela tem. Ela contratou essa Fundação Padre Silva, que era para a Fundação Padre Silva ajudar essas organizações menores a se profissionalizar. Então, a gente tinha, por exemplo, isso nos anos 80, a gente com vinte e poucos anos, né (...)

Cátia: Já era anos 90.

Silvia: Já era o ECA em vigor.

Cátia: É, já. Já entramos nos anos 90.

Leandra: Essa fundação, por exemplo, ela começa a questionar para a gente. Olha, qual é o objetivo, qual a meta, qual a estratégia de vocês? Eu lembro que a gente passava o maior nervoso, né Cátia, para poder responder essas questões.

Cátia: Não entrava, né? Porque a gente estava com as nossas visões, assim, sempre ideológicas.

Leandra: Então, eu só estou falando isso para a gente cuidar de não, não responsabilizar a empresa privada nessa nova visão de profissionalização das ONGs. Na verdade, esta é uma exigência do próprio processo de construção das organizações no país.

Cátia: Eles começaram a questionar a eficiência! A eficiência do nosso trabalho, né. Uma das discussões que eles faziam, eu me lembro, em um encontro da Organização A, que financiava a instituição que eu estava na época, né. Eles colocavam assim: mas a educação popular não responde, não tem diminuído a pobreza – que era o grande objetivo deles. Era a diminuição da pobreza, né. E a educação popular não estava dando conta de diminuir a pobreza. Portanto, a gente teria que redirecionar as nossas ações, reavaliar as nossas ações. É bem essa discussão mesmo. E aquela outra que você já disse que é: o país tem empresas que podem estar colaborando para a gente sair de campo. Mas era bem essa a discussão. E uma outra pessoa que eu não me lembro de qual instituição que era, ela veio fazer uma visita para nós e começou a fazer a primeira discussão sobre sinergia. Eu nunca tinha ouvido falar disso. E eles pediam para a gente falar do que a gente entendia por sinergia.

Todas: (risos) quê? Quê???

Cátia: Quê é isso, né? E aí ela explicou o sentido da cooperação dentro do nosso país, eles estavam apostando nisso. Que era importante a gente estar muito em sintonia com o que estava acontecendo, que a gente buscasse uma comunicação interna.

Alice: Seria o trabalho de redes, né?

Cátia: É, era bem isso mesmo, o trabalho de redes.

Leandra: Então, por exemplo, eu aprendi a fazer planejamento com o método do Carlos Matos, que era um ministro do Chile, que foi, caiu com o Alende, lembra disso?

Cátia: Eu lembro.

Leandra: Do planejamento estratégico situacional.

Cátia: Eu lembro do planejamento estratégico lá do Cajamar.

Leandra: Isso, que era o planejamento estratégico com o Cajamar.

Cátia: Que era o que a gente fazia lá, né, o Q.G. da formação política. Da nossa, né.

Leandra: Então, quer dizer, o primeiro planejamento que eu aprendi a fazer não foi para a empresa privada. Foi para o Carlos Matos, que era ministro do Chile, que caiu com Alende, ficou X anos preso. Na prisão, ele fez uma reflexão do porque, do que (...) é tão bonita essa história, eu gosto de contar. Ele ficou anos preso e ele queria entender porque o governo Alende, com toda a legitimidade que tinha, com toda a possibilidade de fazer um bom governo, tinha caído e sido substituído por uma ditadura. Então, ele queria entender porque isso aconteceu, por quê? Aí ele descobriu que, na verdade, as ameaças ao governo Alende já estavam colocadas desde a época que o

Alende foi eleito. Só que o governo nunca olhou para essas ameaças, nem trabalhou para superar e enfrentar essas ameaças. Então ele desenvolveu um método, que é o “PES”, na época. Isso é tudo coisa antiga, mas só para mostrar para vocês que não é a empresa privada que traz todo esse modelo de gestão. Porque a gente, às vezes, fala: ah! Porque o problema é a empresa privada e o terceiro setor, né, e esse modelo de gestão. E não é o modelo de gestão, e assim, por que tem muita coisa desse modelo de gestão que é muito legal, né.

Alice: É necessário inclusive, né?

Leandra: É, é, daí ele faz essa discussão, o planejamento estratégico e institucional trás essa discussão mesmo, né, de você olhar (...). Que é o que a gente faz hoje e o que as empresas privadas também, se apropriam deste método, que é você olhar as oportunidades, as ameaças (...)

Alice: É o FOFA.

Cátia: É o quê?

Alice: O FOFA.

Leandra: isso, é o famoso FOFA. Que é força?

Alice: É: forças, oportunidades, ameaças e fraquezas.

Leandra: Fragilidades, né, fraquezas, fragilidades (...). Bom, daí, só voltando para nós, né.

Silvia: Só um pouquinho, em que consiste esta sigla?

Leandra: Isso é uma terminologia de planejamento.

Alice: F de forças, fortaleza; O de oportunidades; F de fraquezas; A de ameaças. Então, o F e o O, você vê dentro do contexto interno da empresa, e o FA que são contexto do externo, né, o que tem de positivo e negativo.

Leandra: É isso mesmo. Na verdade, a gente acaba sendo chamado para olhar para a nossa gestão e profissionalizar a gestão das ONGs.

Cátia: Então, acontece que eu acho que na conjuntura internacional houve uma alteração das relações de força. Nós não tivemos um tempo, digamos assim, de profissionalização, né. Não havia mais interesse em profissionalizar este campo da equação. Uma: por que eu acho que tinha uma nova tendência se construindo, né. Então, assim, toda a proposta socialista do mundo estava se perdendo, né. O projeto político.

Leandra: Caiu o muro no meio desta história, o muro de Berlim.

Cátia: Em 84 ou em 88?

Alice: O quê? O muro?

Silvia: Em 89.

Cátia: Em 89 caiu o muro de Berlim. Então, este período antes da queda do muro de Berlim, já estava em crise. Todas as ONGs estavam em crise. O projeto, por que, o projeto “Perestroika” começou um pouco antes disso, né, de Gorbatchov.

Alice: Não, foi em 90 que caiu o muro.

Cátia: Não, foi em 89 mesmo.

Alice: Não, foi 90.

Leandra: 90 foi o ano que o meu filho nasceu. Eu estou tentando fazer os “links” (...) Acho que foi antes.

Alice: Por que em 89, eu lembro que eu comecei a namorar Fulano. E, assim, eu comecei a namorar ele no final de 89 e eu lembro que a gente assistiu a queda do muro juntos.

Cátia: Foi em maio, né, em maio de 89 ou 90.

Alice: Não. Acho que foi em 89 mesmo. Foi em 89. Em 90 teve um show do pink floyd na Alemanha – para o muro, né, a queda.

Cátia: Então, e aí a conjuntura internacional era desfavorável para as nossas organizações aqui, porque a gente tinha um vínculo, toda a nossa movimentação ideológica era vinculada a um projeto político, né, a esse projeto político socialista-ideológico, né. Aí você perde essa referência, aí você já não tinha aonde pendurar os seus projetos, as suas ações, né. E acho que isso foi um fator que vai fragilizar totalmente as nossas organizações. Por outro lado, reconhece a nossa fragilidade na gestão, a gente começa a ver, na prestação de contas, né, a nossa falta de (...) quem que eram os administradores das ONGs? Não eram pessoas capacitadas para administrar. Eram pessoas que tinham militância política, claro. Eu falei, eu me lembro quando eu fui convidada para fazer administração na Faculdade X e o Pedro (...)

Leandra: Imagina! Você, uma assistente social, que tinha um envolvimento de igreja!

Cátia: Eu era uma assistente social que tinha um envolvimento de igreja. Quando convidada, eu falei para o Pedro – o Pedro da Silva foi que me convidou – e eu falei, Pedro, eu não sei, eu não sei fazer financiamento. E ele falou, Cátia, você sabe, você vai aprender na raça, né! E a gente foi. Por quê? Porque tinha uma questão de confiança política, né. Eu fui, fui fazer, né. E hoje, quando eu vejo algumas coisas, eu falo: ai, Jesus! Espero que nunca, né (...)

Alice: Que nunca ninguém saiba, né (risos).

Cátia: Não, é mais ou menos assim.

Leandra: Mas é uma questão mesmo de capacidade de gestão que a gente não tinha na época.

Cátia: É, não tinha, não tinha.

Leandra: Agora é que, o duro é que você chamou aqui duas pessoas que têm mais de 30 anos quase na área (Leandra e Cátia).

Silvia: Acho bom, pois vocês estão começando por uma perspectiva histórica e isso eu considero importante. É importante para perceber o contexto em que surgem essas organizações aqui no Brasil, a partir de quem estava lá, no trabalho, participando, né.

Cátia: E aí a gente fica querendo selecionar também, né (...) ah! Mas, e isto aqui? Se a gente começar a falar algumas coisas aqui, a gente não acaba mais.

Alice: Se não faz assim, a gente fica só com a referência do que a gente acha, do que ouve e não sabe o que aconteceu de fato, do que a gente viveu, né.

Leandra: Mas então, você tem que fazer! Esse movimento todo das organizações é importante para entender hoje porque que elas são assim ou porque estão vivendo alguns desafios. Porque tem uma trajetória aí, que eu acho que vale a pena recuperar. Eu acho que, o que acontece? Em outro momento, cai o muro em 90, entra na maior crise de parâmetros, de paradigmas, né, porque daí falam: puxa vida! Que projeto é esse agora, né? Ou, pelo menos, aquilo tudo que a gente sonhava, hoje se provou que não é possível, né. Quer dizer, a história provou também que não era esse o caminho. Qual é o caminho agora? A maior crise a gente viveu lá e vive até hoje, né. Na verdade, eu acho que até agora a gente não se recuperou dela (risos).

Alice: Nem deu tempo e a gente já está tendo outra, né (risos)?

Leandra: Agora, o que tem nesse caminho, eu acho, que tem muito haver com o nosso momento hoje? Com o fortalecimento do capitalismo e a queda aí desse socialismo, você começa uma política neoliberal, né. Você tem aí, internacionalmente, uma política neoliberal, onde o Estado passa a ter um papel menor e daí este capitalismo descobre as organizações não governamentais.

Alice: Esses nichos, aí.

Cátia: Nichos mesmo.

Silvia: E como você percebe que acontece essa descoberta em relação as ONGs?

Leandra: Então, tem uma descoberta de que aquilo que o Estado executava e que agora ele precisa deixar de executar, porque ele tem que ser pequeno, a sociedade civil pode executar através das suas organizações. E isso é complicado, eu acho, porque nesse momento, muitas organizações acabam ocupando esse lugar sem nenhuma visão crítica, passa a ser uma mera extensão do Estado, passa a ser executora de políticas públicas. Só. E aí a gente tem hoje uma divisão, inclusive. Têm organizações que não assumem esse papel de ser só meras executoras, que é trabalhar na mobilização política, que é trabalhar nesta visão crítica da sociedade. E têm organizações que são meras executoras, né. Então, eu lembro, por exemplo, de treinamentos que eu participei da Associação F e estava claro que a visão da Associação F, que era do governo Fernando Henrique Cardoso, que era essa política neoliberal no Brasil.

Alice: Que foi quando teve o fortalecimento das organizações da sociedade civil que criou a lei das OSCIPs e tudo mais.

Leandra: Isso! A OSCIP, por exemplo, é essa visão de que vai ser executora e vai receber do Estado para executar, né. E hoje, por exemplo, tem a ABONG, a Associação Brasileira de ONG. A ABONG, ela tem essa história aí toda de lutar, de mobilizar. São poucas as organizações da ABONG, eu imagino, que façam execução, né. A Fundação Alpha, por exemplo (...)

Silvia: Então vamos agora retomar as considerações acerca da Fundação Alpha.

Leandra: Entrando o Alpha nessa história, né. O Alpha é uma das organizações que topa ser executora, mas também quer fazer a mobilização política. É, porque daí, nesse meio todo, quer dizer, você tem, de um lado, aquela organização que só quer fazer mobilização política, porque ainda acha que tem um projeto a ser construído, que não é neoliberal. Não sabem ainda o que é, né? Mas não é neoliberal.

Todas: (risos).

Cátia: Ainda não é, né (risos).

Leandra: Ah! Tem um monte ainda hoje. Hoje mesmo, eu falei com uma que se chama Associação Y, que é de sexualidade. Tem várias, né! O movimento de moradia tem, todas as associadas da ABONG ainda tem esse perfil de ser, de militância, né.

Alice: Tem algumas até que trabalham com alguns projetos, tipo a Associação V, que incentiva ações comunitárias. Não é um trabalho de iniciativas públicas, mas trabalham assim.

Leandra: Todas essas estão mais próximas a uma concepção de ONG. Normalmente, essa que optou pela execução, quando vem o projeto neoliberal, faz esta divisão. Essas que assumem mais o papel de executoras, tradicionalmente, são aquelas mais antigas, que vêm de uma visão mais assistencialista. Então, essas assumem o papel numa boa, adoram inclusive, porque antes viviam só da contribuição.

Alice: Buscam isso.

Leandra: Buscam isso. Antes viviam da contribuição, da filantropia, né, dos colaboradores. Agora conseguem ganhar dinheiro do Estado, conseguem uma grana para fazer o atendimento. Então, eu acho que acabou acontecendo um pouco isso. O que a gente tem hoje é, com a mudança de contexto, também algumas organizações executoras estão mudando essa visão assistencialista e hoje têm uma preocupação de mobilização mais política. Daí você tem o ECA, por exemplo, porque daí, em 1990, o ECA vai trazer um outro recorte que não é esse assistencialista, que é o da mobilização por direito, né.

Silvia: Você acha que o ECA vai contribuir para modificar essa visão assistencialista?

Leandra: O ECA é um outro divisor aí nesse contexto todo, também. Ele vai falar em garantia de direito, em mobilização, em participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Aí a gente tem uma contribuição também, né, de mil novecentos e oitenta (...)?

Alice: e oito!

Leandra: É, a Alice é boa de datas, hein? (risos) E aí você tem, o que reforça tudo isso também, é a constituição de 88, que vai trazer as instâncias de participação, de mobilização da sociedade civil, né. Então, você tem muita organização hoje que está executando atendimento, mas, por conta do próprio ECA, também tem uma atuação de mobilização política que se aproxima mais da ONG tradicional, né, que veio lá da luta, da revolução lá atrás, né. Mas que vai transformando essa discussão em cidadania, em direito. Então, tem um movimento aí, também, né.

Cátia: Agora, ultimamente, o que eu tenho pensado, tentado entender um pouco a lógica do que está acontecendo, né, não sei, você (Leandra) parece que está mais por dentro, mas o projeto liberal, eu tenho a impressão, que algumas ONGs assumiram. Porque tem esse divisor, eu acho que você sabe falar melhor sobre esse momento divisor, quando começa a se configurar como terceiro setor e deixa de ser (...). Então, é Ong, é O – N – Gs, mas entra aí toda uma reflexão sobre o terceiro setor, que é dentro da lógica da produção, né, da produção terciária. É isso?

Alice: Não, é que também o conceito de terceiro setor ainda não está fechado. Existe uma discussão.

Leandra: Na verdade, ele vem direto da política neoliberal, do projeto neoliberal. Porque o que acontece? Se o Estado é limitado, porque antes a sociedade se bastava com o primeiro e o segundo setor, que é a empresa, o primeiro setor, e o Estado, o segundo setor.

Alice: É, ele divide, na verdade.

Leandra: Porque o Estado, na concepção socialista, revolucionária nossa, tá rá, o Estado tinha que garantir todo o bem-estar social. Isso é uma concepção mais socialista e também do capitalismo na época. A hora que entra – nossa, eu estou recuperando a (risos)... A hora que a política neoliberal começa a dizer que o Estado não dá conta, então boa parte do que o Estado fazia na concepção capitalista anterior, e também na concepção socialista, alguém tem que fazer.

Cátia: Ele repassa, né.

Leandra: Daí surge a idéia do terceiro setor. Então, aquilo que o Estado deixa de fazer, é o terceiro setor que está fazendo.

Alice: Na verdade, eles transferem a responsabilidade do Estado para a sociedade civil organizada.

Leandra: Isso, isso mesmo, via terceiro setor.

Silvia: E aí como fica a discussão do terceiro setor em relação às ONGs?

Leandra: Daí tem uma polêmica. Daí, sim, por exemplo, quem vem de ONG – eu não sei como é que está a discussão hoje – mas até há pouco tempo, quem vem de ONG tem horror à terminologia terceiro setor. Porque tem essa clareza de que essa denominação vem do projeto neoliberal. Então tem horror, não se diz. Agora, quem é – não é quem é, né, porque as pessoas não falam “eu sou do projeto neoliberal” (risos) – mas quem, por exemplo, vem da execução, das organizações executoras, assistencialistas ou da própria empresa privada, as universidades, acabam adotando esse conceito de terceiro setor. E agora, até hoje, eu não sei, você pode até fazer uma entrevista na ABONG e perguntar o que eles acham de terceiro setor, porque é polêmico, é um conceito.

Cátia: A ABONG ainda faz uma discussão sobre isso, né, ela tem.

Alice: É muita mistura. Porque, por exemplo, se a gente quiser abrir a Sociedade Amigos do Vinho, é terceiro setor.

Cátia: É terceiro setor.

Alice: É porque não tem objetivo de lucro e é uma associação.

Cátia: Então, o que eu queria trazer é assim, é a questão do projeto político neoliberal que as empresas, na verdade, as empresas com uma clareza da sua atuação política, elas têm um papel fundamental. Eu diria assim (...) Existe uma

visão aí, né, “ao que veio servir”, né, “ao que servem essas ONGs”, né, “ao quê”? Vem da idéia da missão, né, para que veio? Aí você tem algumas ONGs, eu acho, acho que aí entra a Fundação Beta, eu não sei. A Fundação Gama, para mim, é claríssima nisso, né.

Silvia: E quanto a Fundação Alpha?

Cátia: A Fundação Alpha eu não sei, é confuso. Eu não faço esta leitura.

Leandra: Se você olhar do ponto de vista da empresa privada que a mantém, sim. Se você olhar do ponto de vista do sindicato que também está na base da Fundação da Alpha, então não.

Cátia: Enquanto que a Fundação Gama, por exemplo, é uma instituição vinculada à empresa, é claríssimo o projeto deles. Se você pega, eles estão alinhados, como está a Organização C, como está a Organização D (...)

Leandra: Como está a Fundação Beta, também.

Cátia: A Fundação Gama, você pega, qual é o projeto? O pacto global, né, que está colocado hoje. Existe uma organização mundial, uma organização das Nações Unidas, que defende as metas do milênio, do próximo milênio, né. Nós estamos no milênio, na Era do próximo milênio e aí tem o pacto global. Esse pacto global é de diminuição da pobreza, de erradicação do trabalho infantil, ta ra rá, mas é dentro do projeto neoliberal. Então, todas essas empresas, elas

têm um modelo de gestão e é muito interessante. Quando você começa a estudar esse projeto global e daí você se pergunta, né, “qual que é a missão?” da empresa, né (...)

Alice: A missão já está alinhada (...)

Cátia: A missão está alinhada e, quando você fala no processo de gestão em prol do alinhamento, num processo, né, ele existe, o projeto neoliberal está muito bem estruturado, está muito consolidado. Ele tem um projeto, que é o que a gente imaginava que tinha na época do socialismo. Então, nós tínhamos um projeto político, supostamente (...)

Leandra: Alternativo!

Cátia: Alternativo, e aí a nossa atuação era alinhada com esse projeto político. Quando se perdeu esse projeto político, a gente fragmentou, né, as ONGs todas fragmentaram. O projeto neoliberal, ele está muito bem estruturado. Com a globalização isso é mais forte ainda. Então, todas essas ONGs, elas estão muito alinhadas com o projeto neoliberal, só que elas incorporaram um discurso do socialismo. Um discurso! Você pega as propostas da Fundação Gama, lê todo o trabalho do Antônio Carlos Gomes da Costa, você lê, você vê o discurso do Paulo Freire, que está colocado ali. Você pega, abre todos os textos que eles publicam lá, da Organização C, tem as frases do Paulo Freire em adendo, né.

Alice: Um movimento de responsabilidade social.

Leandra: Mas Cátia, você sabe, eu não acho que isso é (...)

Cátia: Não estou dizendo que isto é negativo.

Leandra: Porque eles acreditam.

Cátia: Muitos acreditam. Mas é o projeto neoliberal. O alinhamento é o projeto neoliberal, isso que é legal a gente tomar consciência. Agora, você não está lá dentro achando que vai fazer transformação do tipo socialista.

Leandra: Radicais (...), é.

Cátia: Radical! Não vai. Você não vai transformar o capitalismo e tal. Agora, existe um movimento do terceiro setor, existe um movimento empresarial, que está descontente com a própria ação das suas empresas, com a própria ação do capitalismo, né.

Leandra: Fulano de tal, gente, que é o fundador da Fundação Beta, é um desses empresários.

Alice: Eu acho que ele é muito interessante, é um cara crítico.

Leandra: Ele vai questionar (...). Hoje você tem a Organização C, você tem o (...)

Alice: Organização CC, porque teve um racha na Organização C, né.

Leandra: Eu não sei. Eu vi um outro que parece a Organização C e está fazendo propaganda na televisão contra a corrupção. Então, na verdade, você tem, mesmo dentro do projeto neoliberal que está dado hoje (...). É, hoje quem dá direção à nossa sociedade é o projeto neoliberal mesmo! Você vê o PT hoje, né, cada vez mais se aproximando do projeto neoliberal. Até o PT hoje, que para a gente era uma alternativa, não é mais. Quer dizer, não é mais uma alternativa ao projeto neoliberal.

Cátia: E eu acho, inclusive, que as empresas que tinham pelo menos uma outra leitura de responsabilidade social e que tinham uma simpatia pelo PT como projeto alternativo, né, também estão provavelmente aderindo neste momento. Assim, ao mesmo tempo em que atuam dentro de uma lógica neoliberal, também queriam ver alternativas.

Leandra: Sim, mas dentro do projeto.

Cátia: Dentro do projeto neoliberal.

Leandra: Por exemplo, então, o fim da corrupção é uma meta de muito empresário.

Cátia: É uma meta do milênio, inclusive, é uma meta do pacto global o fim da corrupção, o fim da ditadura (...)

Leandra: Que é legal, que eu acho que são lutas que a gente tem que bancar.

Cátia: Com certeza!

Leandra: Porque eu não sou “contra o pior, melhor!”, para daí você criar o caos e sair a revolução.

Alice: Olha aí, não falei, não falei!

Leandra: Eu não sou desta linha. Eu acho que, assim, dentro do que a gente tem possível, não é o que eu gostaria, não é o projeto neoliberal. Eu acreditei no socialismo! No Estado de fato, assumindo seu papel, sua responsabilidade social, mas não foi esse projeto que vingou. Ele não está aí! Não é que ele não vingou, ele não é mais alternativa na nossa história.

Alice: Nesse contexto, não tem espaço, né.

Leandra: Não tem, no mundo inteiro, não tem esta outra alternativa, né. Agora, dentro desse projeto neoliberal, eu acho que ainda tem de tudo, entendeu? Mesmo dentro do projeto liberal, é o que você vê por aí. Gente corrupta, empresários que estão lutando contra a corrupção (...) Agora, eu acho que,

neste movimento todo, chega uma hora que - aí eu acho que faz parte do projeto neoliberal também – da empresa assumir a sua responsabilidade social, porque como no projeto neoliberal está a sociedade civil e dentro da sociedade civil está a empresa também, né. Tem que assumir mais a sua responsabilidade. Então, na verdade, quando a empresa entra, ela entra para fortalecer o projeto neoliberal. É isso o que a Cátia está falando.

Alice: Foi posta, fortaleceu o Estado Novo, que é o estado neoliberal, não é isso?

Leandra: É isso.

Silvia: Acho ótimo a gente recuperar toda esta idéia, mas por causa do nosso tempo e pela dificuldade de um reencontro outras vezes, eu vou fazer uma proposta. Vamos partir da idéia da relação da empresa no Estado neoliberal com as ONGs, em particular, com relação a cada uma das ONGs em que vocês estão (na Beta, na Gama, na Delta)...

Cátia: Porque é assim (...)

Silvia: Pode começar, Cátia.

Cátia: É porque é algo que está me angustiando demais. A minha atuação lá na ponta, no caso, com o jovem, bom, é para que ele desenvolva os seus potenciais e tal.

Silvia: Conta um pouco do que você faz lá (...)

Cátia: Bom, o que eu faço. Eu transmito, vamos dizer assim, né, uma tecnologia social, que foi construída pelas pessoas, pelos coordenadores lá da ONG, da Fundação Gama, que definiram um conjunto de práticas metodológicas, de intervenções, baseadas em conceitos, que são baseados num plano maior que é o paradigma do desenvolvimento humano, que, aí, é muito claro, né, que são as metas do milênio. Eles não dizem que está dentro, mas com toda a certeza está alinhado com a proposta global, dentro de um tema específico, né. Está dentro de um recorte, dentro das metas do milênio tem um recorte que é a educação, né, ele tem o desenvolvimento de um trabalho que é para desenvolver o potencial dos jovens, empoderando os jovens. De que forma é feito esse empoderamento?

Leandra: Gente! Quer mais que a palavra “empoderamento”? A gente usava isso lá, entendeu? Eu lembro de uma chapa que nós concorriamos no PT que se chamava “Poder Local”, que era, reverbera o empoderamento local. E hoje você vê o discurso incorporado.

Cátia: Incorporado, né. E aí quando você fala em empoderamento do jovem, é um empoderamento que não reflete, de fato, uma ação política, uma ação. A cidadania, ela se traduz em ações solidárias, né. Ela reduz, vamos dizer, a cidadania à ação solidária.

Leandra: Mas isso é na Fundação Gama. Lá na Beta já não é assim!

Cátia: É, não é assim (...)

Leandra: Então, qual que é o modelo de jovem que a gente estimula nos nossos projetos? É aquele jovem que está no conselho municipal dos direitos da criança, é aquele jovem que está nas conferências lúdicas lutando pelos direitos dos jovens. É aquele jovem (...) Nós temos hoje o que a gente chama de “Projeto X”. Então, lá trás, quando o Lula assumiu, teve um projeto que se chamou “Projeto X da Fundação Beta”, em que o presidente novo tinha que assumir um monte de coisa, tudo baseado nas metas do milênio.

Cátia: Claro!

Todas: Claro! (risos)...

Leandra: Nós estamos no projeto neoliberal, né, nós estamos!

Alice: Claro, é o discurso, né.

Leandra: E aí o Lula assinou, assumiu e assinou. Teve um evento, foi para a imprensa e ta ra rá (...). Depois disso, se montou uma rede no Brasil inteiro, com muitos jovens. E os jovens, agora eles vão às suas regiões, eles vão acompanhando os indicadores daquele compromisso que o Lula assumiu,

estão acompanhando se, nas suas regiões, aquilo que o Lula assinou está mudando, que é uma realidade.

Alice: Se aconteceu mesmo, né.

Leandra: Então é uma gracinha! São jovens do Brasil inteiro e eles estão acompanhando. Eu não sei, deve ter duas centenas de jovens por conta desta rede. Então, dentro da Fundação Beta, por exemplo, eu acho que tem uma concepção mais avançada de participação juvenil.

Silvia: E em alcance, como você entende essa participação juvenil, a transformação de fato, concreta com os jovens?

Leandra: Ela não é solidária, não é (essencial). É política. É também solidária, mas é dentro de uma visão mais política. É na perspectiva da cidadania e não revolucionária. Também, sejamos, né (...)

Alice: Então, nisso eu acho legal a Fundação Beta, apesar de tudo.

Cátia: Mas pelo menos mais ampla. Uma cidadania mais ampla, né?

Leandra: Por quê? Porque a gente acredita na democracia participativa e isso é muito claro na Fundação Beta. Isso é legal. Quer dizer, isso não é muito claro, não. Não é assim tão claro. Eu estou sendo generosa.

Todas: (risos).

Leandra: Agora, a equipe técnica da Fundação Beta acredita muito na democracia participativa.

Cátia: E vocês têm autonomia para isso?

Leandra: Temos autonomia.

Cátia: Isso faz uma diferença muito grande, porque a gente já não tem essa autonomia lá na Fundação Gama.

Leandra: Até agora, até agora (...). Essa discussão que ela levantou é muito interessante. Até agora, a gente não acreditava em metodologia fechada e franquias. Porque a gente acreditava na reflexão, na construção do conhecimento, da prática local.

Cátia: Até agora?

Leandra: Até agora, minha filha, porque agora a gente está começando a se aproximar.

Alice: A achar que franquias é bom?

Cátia: A tecnologia social (...)

Leandra: Mais um pouquinho, mais um pouquinho (...) Porque o que é essa tecnologia que ela falou? Tem uma tecnologia pronta que você vai lá e aplica. Aplica! Você vira operador de uma tecnologia.

Alice: Tipo um “Centro de Atendimento qualquer” que franqueou, né?

Leandra: Pois é.

Silvia: E como é que fica a transformação, como ela acontece, em relação ao jovem, na perspectiva desta metodologia, desta franquia tecnológica?

Cátia: Olha, o que acontece é o seguinte. A metodologia, apesar de ser fechada, quando ela chega lá na ponta, o que você quer promover? Quer que o jovem tenha autonomia, né, mas não! O que acontece com o jovem? Ele pode até desenvolver a autonomia, mas ele não é estimulado a ter uma autonomia que saia muito do (...)

Alice: Participativa?

Leandra: Não. É uma autonomia meio monitorada, né, meio controlada?

Cátia: É. Uma autonomia meio controlada. Monitorada sim! Por quê? Porque enquanto ele está autônomo na sua comunidade local, ele pode fazer e acontecer, como aconteceu, por exemplo, no município de São Paulo, onde os

jovens conseguiram, conquistaram um posto de saúde. Porque a região ali não tinha posto de saúde. Dentro do projeto, eles são inspirados “olha, você pode fazer o que você quiser para transformar a sua realidade”. Então, nesse sentido, o jovem vivencia uma prática interessante.

Leandra: De transformação local, né?

Cátia: De transformação local! Então, o que faz a Fundação Gama? Ela – essa é a minha leitura, a minha leitura mesmo, né - Quando esse jovem começa a extrapolar essa ação e começa a articular, a Fundação Gama vem formatando essas ações mais amplas, né, que foi o que aconteceu (...) Foi a minha grande crise, né, que rompeu o meu encantamento pela Fundação Gama. Foi o encontro estadual. O que aconteceu neste encontro? Começaram a pipocar vários jovens, porque quando você convoca os jovens para a transformação da sua realidade, quer coisa melhor? Tudo o que ele quer na vida é transformar a realidade! Você provoca o desejo nele de transformar coisas que lhe angustiam, né. Aí, ele vai lá e faz. E o que aconteceu? Você provoca o jovem a ter, cada vez mais, sonhos de realização. Então eles começaram a se articular, a realizar fóruns e então começaram a pipocar alguns fóruns de juventude. E teve um caráter mais político. E aí, o que fez a Fundação Gama? - *gesto forte fechando ambas as mãos*. Nos chamou para o encontro Estadual. Por quê? Essa é a leitura que eu faço, né, é a interpretação que eu faço. Porque foi uma necessidade de controlar uma coisa que estava saindo do controle deles. E aí nos chamou para esse encontro estadual e fez assim, olha (*gesto com as mãos em linhas paralelas*). Colocou todo mundo ali! Aquilo, para mim (...) E aí,

quando eu vi o que estava acontecendo ali, que eu estava servindo aquilo, eu fiquei muito mal! Porque eu me senti (...) sabe aquela coisa de fantoche? Porque você fez, fez, fez, aí você vê aqueles jovens brigando numa mesma frase, reproduzindo um discurso. Eu falei “mas esses jovens estão trazendo uma experiência tão bonita de suas realidades e não têm espaço para apresentar ali”. Por quê? Porque tinham que estar falando marcado, que conter aquele movimento, né. Então, a Fundação Gama não está dando conta, acho que a Fundação Gama não está dando conta de (...), sei lá, foge do projeto neoliberal, foge.

Leandra: Depende, Cátia. Não acho que é o projeto neoliberal.

Alice: Por quê lê tem que dar conta?

Leandra: Na Fundação Beta, por exemplo, tudo isso que você falou que te assustou, para a gente, é resultado! Então, por exemplo, ver os jovens participar de conselhos, isso é resultado. A gente não precisa estar lá. Aí você tem que ver se não é estreiteza do gestor que está à frente, hoje, da Fundação Gama, porque eu acho que tem uma visão aí. Ah, é tanta discussão, gente! Porque tem uma outra discussão de resultado na área social, também, que é, por exemplo, quem vem da empresa privada. Aí sim, eu acho que foi benefício de um lado e malefício de outro. Quer dizer: “quem vem da empresa privada com modelo de gestão, não dá conta de entender a realidade social”. Quer tudo dentro de quadradinhos, que a realidade social não dá conta!

Alice: E não entende!

Leandra: E quer ver resultado! Daí tem que ter o controle deste resultado.

Cátia: Provoca o movimento e depois (...)

Leandra: Tem medo! Porque precisa controlar este resultado.

Cátia: Exercer esse controle, né.

Leandra: Ele só vai conseguir acessar esse resultado, se ele tiver o controle, porque “se dispersar, como é que eu controlo? Como é que eu mostro esse resultado?” Essa é uma grande questão colocada hoje.

Alice: Até dá para aferir esse resultado, só que é muito mais difícil, né, porque é muito mais custoso, também, em termos de investimento.

Cátia: Por quê? Porque se prende a uma proposta de tecnologia social. Porque tem que fazer o quê? Olha só a loucura que é! Ao mesmo tempo em que você transmite a tecnologia social, você precisa realimentar essa tecnologia para ela ser transformada e continuar sendo a tecnologia da Fundação Gama.

Leandra: É, pois é! Esse é o grande problema da franquia. É o pior controle que você tem em cima do trabalho.

Cátia: É a gestão do conhecimento que é produzido para transformar em tecnologia e ela continuar sendo sua.

Leandra: Olha, hoje eu acho que a gente vive, na área social, a mesma discussão da informática, que é entre a Microsoft e a Lynux. Eu acho que a gente vive, na área social, essa mesma discussão! A Microsoft é a franquía, onde você tem que ter controle o tempo todo, porque você tem um modelo fechado e você tem que manter esse modelo. Vocês conhecem, né, a Lynux e a Microsoft?

Alice: Na Lynux é aberto, todo mundo pode interferir.

Leandra: É aberto! Você interfere, você tem princípios, você tem um corpo ali, né, que você interfere. Você tem um papel! Você é sujeito o tempo todo! Você nunca é o objeto nesse processo. E a franquía, ali não, você é sempre objeto.

Alice: Você é objeto, é um mero executor!

Leandra: Você sempre é objeto, você sempre recebe, recebe, recebe. A volta é muito difícil, porque mexe com o modelo, quer dizer, se você é um mero executor, como é que você vai mexer com um modelo que é fechado? Então, a Fundação Beta discutiu muito isso. E as pessoas que estavam lá, os técnicos, até hoje, defenderam muito esse processo aberto de construção do conhecimento. Primeiro porque o conhecimento não dá para fechar e por em um quadradinho. É tão linda essa discussão, né? Tem muita gente boa fazendo

essa discussão por aí. Nós fizemos dois seminários sobre isso, a Fundação Beta fez. Acabaram-se os seminários e por isso que eu estava dizendo isso, né. A Fundação Beta, eu acho, hoje vai para o caminho (...)

Cátia: Vai caminhando contra (...)

Alice: Contra, né.

Silvia: E na Fundação Delta, Alice, como você percebe o posicionamento desta organização?

Alice: A Fundação Delta, gente, é um terror. É assim: como vem de uma linhagem já do segundo setor, então eles valorizam muito o papel do gestor. Então, tem muita capacitação para os gestores e o corpo técnico é muito frágil, né. A gente também tem como missão a criança e o adolescente, né, em risco social e têm vários programas diferentes de atendimento. Só que o que acontece? Ela não é uma fundação que tenha a questão dos direitos, embora fale muito nisso, né. Então, qual é hoje a discussão da Fundação Delta? É criar sementes para disseminar essas sementes. Só que ela não consegue! Eu fiz uma analogia assim “a árvore cresceu, mas ela não se desenvolveu, portanto não tem semente nenhuma para disseminar. Então, tem todas essas questões. Os meninos têm o projeto X, um dos projetos, né? E foram lá levar a bandeira para o Alkemim, depois para o Lula. Só que o menino que é da unidade que eu trabalho, que participou do evento, é uma marionete! O menino não tem

formação política nenhuma! Então, é muito triste. Eu fiquei chocada e quando eu cheguei lá, eu fiquei desesperada mesmo e entrei em crise profunda.

\*\*\*\* interrupção de gravação \*\*\*\*

Alice: (...) um projeto de formação no município X. E aí, o que aconteceu? Tinha uns meninos que estavam envolvidos com drogas. Assim, a proposta do projeto não estava sendo interessante para eles. Eles estavam se rebelando mesmo, sabe, bagunçando. Aí, quando teve a eleição para a prefeitura mirim, esses meninos declararam!

Leandra: Ai! Que ótimo! (risos)

Alice: Não! Mas vai escutando! Era o pulo do gato para pegar esses meninos e trazer para a proposta, né “o que vocês propõem, prefeitos?”. Só que aí, na hora H, inventaram um segundo turno e o que aconteceu? A outra chapa ganhou, porque eles fizeram toda uma articulação mesmo e tal.

Leandra: Deu mais tempo para a outra se articular (...)

Alice: Deu mais tempo para a outra se fortalecer e ganhar. Aí o que aconteceu? Esse outro menino que ganhou a prefeitura mirim, ele não conseguiu fazer absolutamente nada, porque ele não era legítimo, né. Aí foram acontecendo várias coisas e, esses meninos, por fim, quiseram expulsar esses outros do projeto e eu fui segurando “não pode expulsar, não pode expulsar” (...) Eu sei

que, por fim, um dos meninos foi assassinado e eu fiquei chocada, porque parecia uma festa porque o menino tinha sido assassinado.

Leandra: Ah, foi um alívio para a organização!

Alice: Foi! E eu fui entrando assim, sabe, sozinha. E eu sozinha. Porque eu tentava (...) Eu sei que era muito complicado trabalhar com os meninos, porque realmente, eles apavoravam, eles tocavam um terror!

Leandra: Mas para quem vinha de um trabalho com as crianças lá na Fundação Alpha, né (risos)?

Alice: Pois é (risos).

Leandra: Isso era bico, né?

Alice: Pois é (...) e eu sozinha, sozinha, porque tinha educador que falava “o elemento não sei o quê” (...)

Leandra: Nossa! Nossa menina!

Alice: É, sabe um nível assim!? Eu fui ficando sem força nenhuma para trabalhar. Então, o que acontece que eu vejo hoje na Fundação Delta?

Leandra: Nossa! Educador que fala isso! “O elemento”! Nossa senhora!

Alice: Não! Mas o nível de seleção desses educadores!

Silvia: Eles têm alguma formação como pré-requisito?

Alice: Não se busca isso, na verdade. O educador, na Fundação Delta hoje, no modelo que está, eles querem um educador assim, peão mesmo, que faça o que eles acham que tem que fazer. Então, o educador que questiona, acaba sendo mandado embora. Ou então, acaba sofrendo vários constrangimentos e tudo mais. Eles não têm preocupação com transformação nenhuma. Eles buscam muito a questão da visibilidade mesmo, mas, por outro lado, se a equipe consegue se articular, né? Então, nesse ano, o que aconteceu? Vieram algumas pessoas trabalhar comigo, que vêm de uma outra formação, que têm uma visão de direitos mesmo, né. Então, se a equipe consegue se fortalecer, ela consegue fazer um trabalho legal, porque eles também, como não entendem “bulhufas”, então o que você faz está bom.

Leandra: Mas lá na Fundação Beta é um pouco assim, também. Quem manda não conhece. Então, até há pouco tempo, a equipe técnica deu muito a direção para toda a discussão. Hoje, está mudando. Hoje, os empresários estão querendo se apropriar mais da Fundação Beta. Então, por isso que eu estou falando. Até agora foi assim! Hoje tem um processo de apropriação da Fundação pelos empresários e eu acho que as coisas começam a piorar daqui para frente (risos).

Alice: Tem, também, um conflito dentro da Fundação Delta. Porque é assim: ela está para servir a família do Cicrano da Silva, que é o grande instituidor. Então, o que acontece? O cunhado dele estava trabalhando em uma unidade de um município que começou a ter prejuízos. Então, como a fundação não pode dar prejuízos, ele foi transferido, porque ele tem 2% das ações do grupo. Então, ele foi transferido para a presidência da Fundação Delta.

Leandra: (%&\*\$@%!\*!)

Alice: E o cara não entende do negócio, né. E aí a mulher dele é assistente social (...)

Todas: (risos)

Alice: Ela entra pelas sombras para dar assessoria voluntária para a Fundação Delta. Só que ela está muito distante da realidade, né. Então, hoje, o que eles querem? Eles querem resultados, resultados, resultados!

Silvia: E como ficam os educadores em relação a essa cobrança?

Alice: Eles falam que os educadores têm muita dificuldade nesta questão de mostrar resultados, por isso, eles precisam se enquadrar mais no modelo de/para resultados, porque eles têm que apresentar um produto para cada semestre. E um produto não é assim “ah, os educandos estão mais críticos!”. O produto se resume a uma banda, uma apresentação cultural!

Leandra: É a visibilidade, dar visibilidade!

Alice: Então, assim “produto para quem?” Para quem a Fundação Delta serve, né? É para a visibilidade do grupo, mesmo! Então, vão acontecendo várias coisas. Todas as ações que ocorrem, não são ações para as pessoas que recebem essas ações. Na verdade, essas pessoas são usadas para ser um número na hora de apresentar os resultados, lá. E assim, eu acho que eles deveriam questionar muito o número de atendimento que eles dizem que fazem, pelo número de funcionários envolvidos. Então, surgem números não da ata, mas porque os gestores, para se manterem no papel de gestores e os coordenadores e tal, eles acabam “ah! A dona Fulana de Tal quer que faça tal coisa (Fulana de tal = assistente social esposa do presidente). Então, vamos fazer tal coisa! Mas sem a menor estruturação, sem o menor planejamento. Então, ao mesmo tempo em que eles valorizam a questão da gestão, é a gestão do recurso, mas não é a gestão do projeto mesmo. Então, fica aquela salada (...)

Silvia: Em sua opinião, a Fundação Delta existe para quê, qual é a razão social afinal?

Alice: Para o grupo, para o próprio grupo!

Leandra: Mas não é só isso, gente! Não é só isso! Não verdade, é porque tem uma gestão incompetente!

Alice: E tem um conflito de interesses. Porque tem o interesse que a fundação existe, porque ela tem uma missão. Mas quem está dentro, não está alinhado com essa missão.

Silvia: Quanto a Fundação Beta, a relação de interesses você a percebe de outra forma, não é?

Leandra: Então, mais ou menos. Por exemplo, a Fundação Beta passou o ano inteiro discutindo o que é resultado qualitativo, porque também vem de uma tradição de registrar resultados quantitativos, quantitativos (...), mas não sabe medir resultados qualitativos, né. Agora, tem muita discussão dentro da Fundação Beta. Por exemplo, o que muda a realidade é uma soma de qualitativo e quantitativo, porque nós, também, da área social, temos muita dificuldade em medir os nossos resultados.

Cátia: Nesse aspecto! Agora, nesse aspecto eu acho que a Fundação Gama tem um bom trabalho. A fundação tem muitos indicadores para medir o resultado qualitativo.

Alice: Mas também é porque a Fundação Gama investiu nisso, né, Cátia? Na questão da avaliação, eles investem muito!

Cátia: Eles têm todos os indicadores! Então, você olha para (...), você está em uma reunião com os jovens e os indicadores pulam, assim, nos seus olhos! Fica tão nítido!

Leandra: Por quê? Porque você tem clareza dos resultados que você quer atingir e aí você consegue mostrar os indicadores.

Cátia: Mas isso por quê? Porque isso está muito bem construído.

Leandra: Mas isso aí não é problema da ONG, que olha para o seu próprio umbigo. É de uma ONG incompetente, porque a ONG competente (...) Não é nem ONG, né gente? Porque olha só (...)

Alice: São as pessoas que estão dentro delas!

Leandra: Hoje, as organizações no terceiro setor hoje, que são muitas empresarias, estão procurando esse caminho, porque eles sabem. Eu acho que existe a expectativa de algumas empresas, a discussão é “aonde é que fica o apoio às organizações sociais”, né. Hoje tem uma discussão no cenário do marketing, porque tem muita empresa que ainda fala: “quero intervir no social”. Aí bota o apoio às instituições na área de marketing. Quando você vê isso em uma empresa, você não precisa perguntar mais nada. A empresa só está preocupada com a visibilidade! Agora, agora, aquela empresa que constrói a área de responsabilidade social fora do marketing, essa você já pode falar, essa é mais séria. Essa está preocupada, de fato, com alguma mudança na

sociedade, né. E investe dinheiro com isso! Só isso já é um diferenciador entre as empresas. Existe um esforço grande de várias empresas, de mostrar para as empresas que o caminho é a responsabilidade social, não é o marketing. Então, tem um movimento, aí. A realidade é muito complexa, né.

Alice: Pelo menos, entre os empresários existe um movimento.

Leandra: Existe um movimento entre os empresários, onde aqueles que estão mais avançados estão tentando mostrar aos demais que o caminho não é esse da visibilidade, que o retorno maior é de sustentabilidade, e não é de visibilidade. Quer dizer, você precisa construir um mundo onde você tenha retorno. Tem uma propaganda da Organização C que é linda! Mostra um empresário riquíssimo e o mundo em torno dele acabando. Tudo queimando e ta ra rá , uma pobreza! Aí ele vira e fala assim “é esse o mundo que você está construindo para o seu neto?” Então, é isso, tem uma questão de sustentabilidade colocada no projeto neoliberal, também.

Cátia: Tem, tem sim, é o discurso do momento. O grande eixo de atuação hoje é o da sustentabilidade.

Leandra: Da sustentabilidade mundial! O capitalismo descobriu que se ele continuar nesse capitalismo selvagem, ele não vai sobreviver, o mundo vai acabar. Então, assim, eu acho que os capitalistas são inteligentes o suficiente para saber que não é só o interesse imediato de visibilidade que vai trazer retorno para eles. Tem muito empresário que pensa assim ainda, mas então

você vai ver, né, você olha (...) aonde é que está o apoio social? No Marketing! Ah, então, minha filha, esse aí está atrasado (risos)! Aquele que começa a perceber que não, que é uma outra área de responsabilidade, onde pensa um outro tipo de retorno, que está procurando parceria (...) É a questão “o que o mundo vai ganhar com isso para eu poder, daqui há 300, 500 anos” (...). Ah, gente! Eu já vi empresa fazendo planejamento para 500 anos! Sabe o que é isso? Uma empresa pensar um planejamento para daqui a 500 anos? Eu falei, gente, porque os caras são inteligentes, eles estão lá na frente. Então, tem esse movimento todo também. Então, eu acho que não dá para limitar em uma visão de que a empresa só pensa em visibilidade. Eu acho que é uma visão muito simplista achar que tudo é visibilidade. Quem está olhando só para a visibilidade (...)

Cátia: É porque não está alinhado com (...)

Leandra: Com o movimento neoliberal maior!

Cátia: Com esse projeto neoliberal progressista (risos), vamos chamar assim entre aspas.

Todas: (risos).

Alice: Não é nem progressista, né, é mais inteligente mesmo.

Cátia: é, mais inteligente (...)

Leandra: Mais inteligente porque descobriu que, para o próprio capitalismo continuar, precisa ter sustentabilidade do mundo, do ambiente. Por quê tem um movimento forte dos ambientalistas dos últimos anos para cá? Porque são essas descobertas que estão sendo feitas!

Cátia: Aí, eu acho que tem também (...)

Leandra: Por exemplo, a pobreza! A destruição do meio ambiente e a pobreza, elas têm que ser superadas para a continuidade do capitalismo dentro do projeto neoliberal.

Cátia: Eu tenho a impressão de que, ainda dentro desse conjunto aí de pessoas que pensam na sustentabilidade, têm aqueles, também, que têm uma visão da humanidade (...) Da humanidade no sentido (...)

Alice: Humano, né?

Cátia: Humano, da solidariedade, da generosidade. Tem todo um discurso que não é discurso, é “um desejo dê”.

Leandra: Que tem coerência.

Cátia: É, um “desejo dê”, tem coerência! É um desejo de construir uma outra sociedade, com um outro tipo de ser humano, com um outro tipo de relação

humana, né. E que está aí nesse meio também, que está buscando (...) Nossa! Eu li ontem uma reportagem da Organização C, um depoimento de um empresário, né, que é assim. Ele fala que, durante muitos anos, tocou a vida dele sendo o 'top' mesmo, né. Ele só pensava no lucro, no lucro, no lucro. No lucro e no seu avanço profissional. Aí o pai dele morreu. Quando ele foi ao enterro do pai, disse assim que a cidade toda estava lá. Ele (o pai) era pastor de uma cidade pequena e a cidade toda foi no enterro do pai. E ele se assustou. Ele falou assim, "nossa!" O quanto que o pai dele tinha influenciado, de uma maneira simples, a cidade dele, e que ele, por ser empresário, que influência ele tinha tido, né?

Leandra: Pois é. Se morresse, não ia ninguém no enterro dele (risos).

Cátia: É. E aí ele começou "para quê eu vim?", "a quê vim?", começou a se questionar. Aí ele começou a questionar toda a ação da sua própria empresa, né. Quem estava lá? O quê a empresa pode fazer pelo mundão, né? Por quê as pessoas têm que ser tão "só ter" e não "desenvolver"? Aí ele começa a fazer toda uma reflexão, que eu falei assim "interessante, isso, né". Porque há um movimento. A gente costuma estabelecer a relação de uma empresa como se ela fosse destituída de pessoas, mas é um movimento global e histórico. É a nossa história, então todos nós podemos ser micro-empresários ou grande empresários (risos), porque faz parte de uma trama. É uma trama da nossa existência. E a gente até gostaria que fosse diferente. Nós lutamos uma época, achando que era possível ser diferente esta relação, né. Enfim! Mas nós não conseguimos criar um outro modelo e esse é o modelo que está dado aí. E

dentro desse modelo, é uma trama de relações de pessoas que gostariam, inclusive, de transformar essa relação também. Só que dentro de uma outra lógica, não dá lógica socialista, dentro da lógica liberal. Mas uma lógica liberal que inclui a solidariedade. Uma generosidade que inclui. O problema mais sério, eu acho, talvez, seja alguns modelos muito fechados. Daí a questão dos direitos autorais, dos direitos, né.

Alice: É porque dá propriedade ao conhecimento, né.

Cátia: Dá propriedade para o conhecimento. Eu acho que esse é um divisor das ONGs, das que têm uma atuação que de fato quer transformar e das ONGs que, de fato, querem nos manter, né.

Silvia: Manter-nos em que sentido, você fala?

Alice: Encapados em um discurso!

Cátia: E que não se dão conta, muitas vezes, viu. Não sei se se dão conta!

Leandra: A Cicrana de Tal tem uma frase que é o seguinte: “o discurso é o primeiro nível da consciência”. Ele é importante. Então, por quê a gente está falando isso? Em um processo seletivo que a gente fez em iniciativas sociais, a gente estava “puxa, mas se a gente falar na divulgação do prêmio xxxx, o quê vai acontecer com tudo aquilo que a gente valoriza? As organizações vão escrever um projeto do jeito que a gente quer, né”. Daí a Cicrana de Tal, que é

lá da Organização E, ela diz o seguinte: “não tem problema, não. O discurso é o primeiro nível da consciência”. Então, das organizações saberem que é esse o discurso, que é isso o que se espera valorizar na nossa sociedade, elas começam primeiro a falar e depois a fazer. É um processo – lógico - contanto que sejam cobradas para isso. Tem que ter um processo, daí elas começam a questionar a própria prática. Então, às vezes, elas mudam um nome e vão perceber com o tempo que significado tinha aquilo. Eu acho interessante isso. Assim, não pode ficar só nisso, entendeu (...)

Cátia: Porque senão fica uma cara de (maluca) para todos os lados.

Leandra: É, porque senão fica todo mundo com uma capa. Agora (...) De você saber que tem um valor aí colocado na sociedade e que você tem que responder ao valor! O ECA serviu para isso. O ECA também é um discurso, né. Por quê ele não consegue ir para a prática? Porque você tem uma mentalidade e um jogo de relações que ainda não conseguiu incorporar o ECA em toda a sua plenitude, né. E ele é um projeto de muitos anos, não é um projeto de 10 anos!

Alice: De 15, né.

Leandra: De 15.

Silvia: São recorrentes as críticas sobre modificar o ECA porque não corresponde à realidade brasileira. O que vocês acham sobre o assunto?

Leandra: Mas isso é desde que o ECA começou.

Alice: A Febem faz quantos anos que se falou em mudança, em um projeto de mudança? E até hoje, né?

Cátia: Não muda nada, não.

Leandra: Então, gente, aí eu acho que é uma discussão da teia social. A gente tem, o tempo todo, um jogo de forças conservadoras e (...) Não é revolucionárias! Progressistas, será?

Cátia: Progressistas!

Leandra: Quer dizer, a gente tem esse conflito o tempo todo. Isso é o que constrói a realidade o tempo todo.

Cátia: De alteração e alteridade, não é?

Leandra: Aquilo que puxa para frente e puxa para trás. O ECA está neste contexto, né. Ele é avançadíssimo de fato. É isso mesmo, ele não tem nada com a realidade brasileira, não tem mesmo.

Alice: Que pena, né?

Leandra: A nossa realidade está errada, tem que mudar a realidade. A realidade está errada. Tem que ter uma lei que corrija esta realidade e aí eu acho que o ECA, como ele é muito avançado, ele desequilibra o jogo de forças, né. Porque a hora que você tem esse choque de forças o tempo todo e você tem uma lei que, de certa forma, desfavorece as forças conservadoras, a reação das forças mais conservadoras ela é muito maior. O ECA vem desequilibrar o jogo de forças, né.

Alice: Vem para quebrar a tradição, né, a tradição é muito forte. E para quebrar a tradição?

Leandra: Pois é. Quem mantém a tradição são essas forças mais conservadoras, né. Então, eu acho que o ECA tem haver um pouco com isso. Ele é muito novo mesmo, é uma das legislações mais avançadas do mundo. E ele vem dos movimentos sociais e das ONGs.

Alice: E dos saberes sociais, né.

Leandra: O ECA tem uma história linda!

Alice: E assim, eu queria falar, assim (...) Uma preocupação que eu tenho em relação à Fundação Delta é que não tem esses espaços de discussão. Então, como cada um fica em um município diferente e tal, até os meios de comunicação da Fundação não propiciam essas discussões, porque a Internet não funciona. Aí cai na questão da estrutura que é muito ruim.

Leandra: A Internet não funciona?

Alice: Para você ver... Tem um computador que um dia funciona, um dia não funciona.

Leandra: Que terrível!

Alice: Eles não investem na estrutura para que avance, né. Assim, faltam essas discussões. Agora eles estão pensando, ao invés de investir nesse projeto que eu trabalho, que é o projeto X, ao invés de ser um projeto de complementação ao horário escolar e tal, para as crianças e adolescentes, não! Eles querem fazer ações pontuais de oficinas, mesmo. Então, eles não pensam mesmo na questão política, não valorizam isso hoje dentro da fundação. Eu acho que é uma pena, porque tanto dinheiro, tanta coisa, apenas para prestar serviço, só isso mesmo.

Cátia: É uma visão muito conservadora, mesmo, o que você está falando.

Alice: É, é muito conservadora.

Leandra: É, é. E mesmo dentro da empresa privada, né. Você vê, por exemplo, modelos de gestão da empresa privada que são avançadíssimos. Mas é uma minoria mesmo, porque esse grupo que você falou das pessoas que também são solidárias, são empresários que são solidários, são humanos, ainda é uma

minoria dentro do meio empresarial. A maioria, se você olhar, ainda está lá no marketing da ação social. Não está na responsabilidade social.

Cátia: O que é, de qualquer forma, uma orientação global. É uma força global tentando alterar esse modo de fazer da empresa, esse modo de produzir, essa relação com meio ambiente, com o trabalhador, enfim, ainda que veja o trabalhador como mercado, como capital, né, é o capital.

Leandra: Como recurso!

Cátia: Como recurso, recurso financeiro, né. É o capital da empresa. Recurso humano é capital para a empresa e isso não tenha dúvida! Aí, precisa investir neste capital, para que ele trabalhe melhor os negócios da empresa. Isso é muito triste, né. Essa é a parte mais dolorosa, eu acho, para a gente que tem essa concepção. Pelo menos, para mim, eu acho que essa é a parte que mais me pega. Realmente, aí você vê que, apesar de tudo, a relação é de capital, né.

Leandra: Agora, olha assim, por exemplo, porque a própria empresa mais avançada, ela tem um modelo de gestão onde ela olha o funcionário como um todo. Ela possibilita um processo de trabalho onde a pessoa tenha visão do todo. Quer dizer, tem uma concepção de gestão empresarial que é bastante interessante.

Cátia: Mas isso é bem restrito, né, o modelo de gestão estratégico que eles chamam, os corporativos lá.

Leandra: Isso.

Cátia: São modelos de gestão que fazem com que todas as instâncias da empresa tenham a visão do todo, né.

Leandra: Pois é. Mais é uma coisa menos hierárquica, mais horizontal. E tem, gente, tem uma discussão que é bárbara, que a empresa privada também está fazendo! Ainda é uma minoria dentro da empresa privada. Muito do que veio para o terceiro setor como modelo de gestão é o que tem de mais atrasado na empresa privada. Na Fundação Beta botaram um relógio de ponto! Eu quase tive um ataque! Mas sabe porque eu tive um ataque? Porque eu falei “eu tenho vergonha de estar trabalhando em uma fundação que tem os empresários mais atrasados deste país”. Porque o empresário hoje que defende isso, imagina? Tem empresa hoje que está liberando o funcionário para trabalhar em casa, porque não precisa vir! Vai lá e dá computador para o cara. O cara fica em casa trabalhando, faz as horas que ele quiser, está muito mais preocupado em resultados, do que em gestão. Está muito mais preocupado com o resultado, do que em controlar o dia em que ele trabalha, o dia que deixou de trabalhar (...) Então, tem toda uma discussão de gestão empresarial que nós também estamos muito atrasados, aqui no Brasil principalmente. O empresariado brasileiro, também. Então, o que eles trazem para as organizações do terceiro

setor empresarias, principalmente, é esse modelo de gestão atrasado. Cartão de ponto, gente! É demais, né!

Cátia: A Fundação Gama, neste aspecto, está mais avançada. Eu acho que a gestão, esse trabalho de gestão de processo (...) olha, isso que eu acho que é interessante, que é o que me anima! Muitas vezes, eu falo “não! Espera aí! Vamos com calma, vamos pensar duas vezes. Aonde que eu posso contribuir para mudar alguma coisa?” Mas também, como eles têm um modelo formatado de tecnologia, é difícil, porque esse é o nó da questão. A questão da franquia! Eu nunca tinha parado para pensar nesta expressão.

Todas: (risos)

Cátia: Mas é a questão da franquia mesmo.

Leandra: Esse é o nó. Trouxeram esse modelo para dentro de um projeto social.

Cátia: Só que eles usam um modelo de gestão que é bárbaro. Por quê? Porque o jovem, a proposta é que até o jovem se aproprie desta gestão. Que ele saiba fazer gestão, hetero-gestão e co-gestão.

Leandra: Isso é conceito do Antônio Carlos.

Cátia: Então, que ele chegue lá. Aí, então, qual é a minha ocupação junto com a coordenação dos projetos? É que eles se apropriem desta gestão.

Leandra: Os jovens?

Cátia: Não, a coordenação também se aproprie deste modelo de gestão. Nós, agentes técnicos, também temos que nos apropriar deste modelo de gestão. Então, todos, todas as instâncias têm que ter esta visão.

Leandra: Você está trazendo essa discussão?

Cátia: Não! Isso é o que acontece. Esta é a proposta da Fundação Gama.

Leandra: Ah, então isso acontece?

Cátia: Isso acontece. Isso é a proposta da Fundação, gente!

Silvia: E como que fica esse nó, a gestão em relação à tecnologia?

Cátia: O problema está nessa questão, porque todo esse processo de gestão é para garantir que a tecnologia chegue intacta lá. Para que haja uma retroalimentação desta tecnologia.

Leandra: Dessa própria tecnologia? É uma mistura de coisas.

Cátia: É um modelo de gestão. É uma mistura de coisas.

Leandra: É um modelo de crescimento complicado, que é o da franquia.

Cátia: Entendeu? É com isso que eu entro em conflito!

Alice: A questão da Fundação Delta é bem frágil. A gente trabalha 44 horas semanais. Essas 4 horas a mais faz uma diferença!

Leandra: A Fundação Beta, por exemplo, ela tem uma história de lutas. Os profissionais lutaram para chegar em 40 horas, porque também era esse turno de 44 horas. E hoje, a empresa privada mais avançada na sua gestão, está discutindo se você tem que trabalhar com resultado. Então, o quê você quer do funcionário e enquanto tempo? Quer x em x tempo, é isso é que tem que ver. Como ele vai fazer, onde ele vai fazer e em quantas horas, ele tem que ter autonomia, iniciativa, compromisso, responsabilidade suficientes enquanto funcionário para chegar neste resultado. Agora, as empresas brasileiras estão muito atrasadas nesse modelo e é o que elas estão trazendo para as organizações. Daí eu acho que tem um grande conflito, um atraso, uma pena mesmo. Eles estão trazendo para a organização social esse modelo atrasado de gestão, infelizmente. Na Fundação Beta eu estou vendo isso, quer dizer, controlam o tempo agora.

Cátia: Mas é engraçado! Eles estão caminhando para uma outra direção.

Leandra: Eles estão retrocedendo, eles estão retrocedendo! A Fundação Beta, para mim, na minha avaliação hoje, está retrocedendo.

Cátia: Mas você falou na questão da franquia, por exemplo, você acha que eles também vão criar esta tecnologia?

Leandra: A tendência é “não!”, porque esse pessoal que está chegando hoje (...) Porque tem uma nova gestão na Fundação, né. É um outro grupo de empresários que assumiu agora. Reassumiu, na verdade, porque a Fundação Beta vem da Associação Beta. Essa Beta, a Associação, se afastou da gestão da Fundação Beta durante muito tempo. Agora ela está retomando. E eu acho que esse empresariado representa um empresariado atrasado, com noções de gestão completamente atrasadas.

Alice: Porque, na verdade, a Fundação Beta foi criada por uma questão política dos empresários, né?

Leandra: Então, por isso que a gente tem que (...), a gente não pode ter uma visão simplista do mundo. A gente tem que entender que o mundo é complexo e que a luta entre o conservador e o avançado existe o tempo todo. A gente que tem que se posicionar e lutar pelo que está de mais avançado, eu acho.

Silvia: E o que aconteceu na época da fundação?

Leandra: Foi uma luta. A Associação Beta inteira não queria a formação da Fundação Beta. Foi uma diretora da associação – para vocês não falarem “ah, a Fundação Beta foi oportunista, viu que ia fazer sucesso e montou uma fundação”.

Alice: Não, eu nem tinha esta visão.

Leandra: Não é essa visão maniqueísta, maniqueísta e simplista. Foi uma briga dentro da Associação Beta. O Fulano de Tal e essa diretora, eles eram em dois diretores, né, isso mesmo. Fulano de Tal foi contar essa história outro dia lá na Fundação. E ele rasgou o verbo, né, porque ele não está mais lá. Contou de tudo! Contou, por exemplo, que a Empresa X atrasou todo o trabalho de montar a fundação, porque não acreditava no trabalho de luta pelos direitos da criança e do adolescente. E a Fundação Beta, ela começa, desde o princípio, com uma visão de direitos. Mas foi uma briga dentro da Fundação Beta, porque a maioria da Associação não queria nenhuma fundação. Foram dois diretores. Porque tem empresário com uma visão mais avançada, né, que lutou muito dentro da Fundação Beta. Ele contou a história toda para a gente, para a fundação conseguir sair.

Cátia: E agora, na correlação de forças, esses empresários estão perdendo esse espaço?

Leandra: Estão, estão. Agora a Associação Beta percebeu que a Fundação Beta foi uma super sacada e agora está querendo se apropriar novamente da Fundação.

Cátia: Será que não é uma correlação de força, inclusive, porque, assim (...) Na Fundação Gama, o que aconteceu? Ela foi reconhecida por (uma importante organização mundial) com (um importante título segundo um dos parâmetros do desenvolvimento humano), ta ra rá, ta ra rá. O quê eu não entendo é: qual foi a correlação de forças dentro dessa organização mundial para conseguir garantir este título.

Alice: Talvez, por causa do nome de Fulano da Silva, ligado à fundação, né?

Cátia: Eu também acho, talvez o Fulano da Silva, né, que fez essa articulação. Que pesou, né?

Leandra: O Fulano da Silva é também desta organização mundial, né. E todo mundo sabe que ele é assessor direto do presidente da Fundação Gama. O Fulano da Silva é que fez a cabeça do presidente da Fundação (risos). No bom sentido, até, pois ele (presidente) podia ter feito estragos maiores, se não fosse o Fulano da Silva.

Cátia: Pois é. Porque eu fico me perguntando, né, “como conseguiu este título?”. Porque, de fato, pode ser um trabalho bom e tal, mas como se dá a formação, né? Quais as outras instituições que estariam concorrendo para

saber se não têm um trabalho exemplar? Como que se deu esse processo? Eu nunca soube, eu nunca soube (...) Essas coisas não chegaram. Foi da noite para o dia e se tornou um trabalho exemplar! Não! Da noite para o dia, nós soubemos que se obteve esse título. Se teve ou não um processo para eleição, para verificação, um processo que avalie as práticas e quais as instituições que concorreram a esse título. Se teve, se não teve ou não, isso, para mim, é uma incógnita.

Alice: Será que foi do pó?

Todas: (risos).

Cátia: Não tem espaço para essas perguntas (risos). E aí você fica assim: “bom, tem o título e tal, né. E isso é um peso! É um peso muito grande”! Eu tenho a impressão - e aí são hipóteses, de ‘achismos’ mesmo, sabe - eu andei (...) Eu venho pesquisando, porque a minha angústia dentro da Fundação Gama é tanta, que eu tenho que ter um pouco de referencial teórico. Eu tenho que saber o que se passa. E eu comecei a pesquisar, a entrar nos sites desta organização internacional e de outras (cita algumas). Entrei no site da Organização C, para poder compor a minha compreensão. Aonde é que eu estou, né? Aonde eu circulo, né? Entrei em modelo de gestão para entender o que é modelo de gestão, sabe? Aí, eu falei “agora eu estou me sentindo sabendo onde eu estou pisando e sei que eu posso ir até aqui. Até aqui, né”. Pelo menos, você fica mais sossegado, você fala “bom, é isso, né”. E não fica fazendo, vendendo um discurso sem saber o que é. Porque tem muita

resistência no trabalho de formação da Fundação Gama, né. A gente combate uma resistência muito grande, principalmente do pessoal da Associação T. Nossa, eles jogam pesado, viu. Aí eu fico me perguntado (...)

Leandra: A Associação T é do movimento sindical, né? Tem uma tradição aí.

Cátia: É (...) que é também um balaio de gato. Eles batem, batem, batem e não tem projeto político nenhum, e ficam batendo, né. Porque a proposta da Fundação Gama, não é das piores em termos de desenvolvimento humano e tudo mais, né. Você não está fazendo um estrago.

Leandra: Mas aí a luta é política mesmo, né?

Cátia: É. Aí a luta é política! Você não está fazendo um estrago tão grande com os jovens.

Alice: Você pega a proposta, vê, lê e fica tentando descobrir aonde é que está o buraco, né. É tudo muito articulado, é difícil de encontrar o furo, né?

Cátia: É. Aonde é que está? Porque é tudo fechadinho, maravilhoso.

Silvia: Mas como fica a proposta em relação ao que vocês esperam alcançar no trabalho com os jovens?

Cátia: Agora, no conjunto das outras políticas do que você quer realmente do jovem, essa é a discussão. Que jovem nós queremos? É um jovem que vai transformar realmente a sociedade, ou é um jovem que você contém, por causa de uma revolução social? Assim, no sentido da perda de controle por causa da violência, da droga e tudo mais. Então, você precisa trazer o jovem para participar, né.

Leandra: De forma controlada.

Cátia: É de forma controlada.

Leandra: Engraçado é que o discurso é tão contraditório e aí eu acho que você (Silvia) traz uma questão para a gente que é a contradição entre a teoria e a prática, né. Porque quando você lê as coisas do Antônio Carlos Gomes da Costa, você fala: não é isso! Eu li um texto dele (...)

Alice: E você fica apaixonada, né?

Cátia: Não é isso, não. Não é isso. Mas a Fundação Gama, a tecnologia social é que se (...)

Leandra: Apropriou!

Cátia: Que engessou, engessou a proposta dele, porque a proposta dele é de participação política.

Leandra: Eu li um texto dele há pouco tempo, em que ele conta que ele foi diretor da Febem xxxx, antes de ser diretor da Febem de Minas Gerais. Vocês já viram esse livro?

Alice: O quê? Das meninas?

Leandra: Das meninas. Como é que chama?

Alice: Pedagogia da presença, né?

Leandra: Pedagogia da Presença, não! Tem um outro nome ainda. É um livro que conta a historinha dele mesmo, lá. E ele, pelo contrário, quando a menina (...) Ele sai, ele e a mulher dele, e quando ele volta, todas as meninas fizeram uma manifestação para derrubar um educador, porque o educador fez não-sei-o-quê de errado. Ele viu aquilo, ele achou o máximo! E ele falou: “era isso! Eu posso ir embora agora”! Porque desenvolveu uma consciência crítica, né. Consciência dos direitos dessas meninas. Elas estão brigando pelo que acham correto.

Cátia: Então! Tem alguns relatos da própria Fundação Gama, na experiência deles, né, em outros estados. Tem relato de jovens que fizeram o enterro simbólico da diretora da escola, né. E aí, a escola, a diretora tomou consciência e participou do enterro dela mesma (risos)! E ela disse assim “eu estou me enterrando mesmo, porque vocês fizeram nascer uma outra diretora”. Então,

têm experiências muito bárbaras, de jovens transformando e tal. Quando se transformou em escala - que é para acontecer em todo o estado - e se aliou ao governo do estado, à secretaria xxxx! Aí, eu acho que eles se viram em uma situação, em uma saia justa, né. Por quê? Porque a retro-alimentação para a tecnologia fica comprometida, né. Começa a haver um movimento além, porque então antes eram projetos locais. A coordenação local tem uma atuação com esses jovens, até transforma mesmo, muda, realmente, a relação, a participação democrática nas decisões. É a idéia do empoderamento. Mas isso em larga escala ultrapassa a possibilidade de controle, né. E aí o susto! E começa a ter que chegar na garotada e coisa e tal. Aí tem uma questão com relação às competições das ONGs, né.

Silvia: E onde fica esta questão da competição?

Cátia: Eu acho que existe, porque existe a visibilidade do jovem. Existe sim as empresas que estão associadas a uma ONG com um credenciamento desses, um status desses! Elas têm tendência a crescer, né. E uma ONG que fragiliza, a tendência é, né (...). Até aonde, então, até aonde essas empresas não começam a ver um ranking, né? Se elas não estão entrando em uma competição, né? Para conseguir um título com uma organização mundial, por exemplo, para ela conseguir isso!

Alice: O que vai contra o conceito de rede, né, porque a gente não pode ver as ONGs como competitivas, tipo “vamos competir entre nós para ver quem é melhor”.

Leandra: Então, gente, olha a contradição aí de novo. Tudo, tudo faz parte desta contradição, que é o que constrói a realidade. Então, é assim que as ONGs (...) Não é ONG! Não é ONG, na verdade! Porque eu não gosto de chamar entidade de origem empresarial de ONG.

Alice: São as organizações sem fins lucrativos.

Silvia: E, então, o que são ONGs?

Leandra: Para mim, ONG - e isso é uma questão de conceito – ONG, para mim, é aquela que é não governamental e que vem de uma história de luta política. Então, eu não chamo a Fundação Beta de ONG. Para mim, ela é uma fundação empresarial. Eu não chamo ela de ONG. ONG, para mim, é outra história. ONG é, são os CEDECAS, os centros de defesa dos direitos da criança, que têm uma conotação enorme na luta pelos direitos.

Silvia: Então, eu gostaria de perguntar para vocês. Vocês acham que tem diferenças entre as ONGs a depender de suas origens? Você está me dizendo aqui que tem ONGs que são provenientes de lutas e que são diferentes dessas outras quem vêm de origem empresarial. E a Fundação Beta vêm de origem empresarial, você falou. É empresarial. Você faz esta diferenciação, porque não veio de um movimento de luta, político e tal. E a Fundação Gama e a Fundação Delta?

Leandra: Não, não. Vêm de empresa! Você tem que puxar a origem das organizações da sociedade civil no Brasil, para diferenciar quem é quem. Então, eu prefiro falar em organizações da sociedade civil e aí você tem vários tipos de organizações da sociedade civil. Você tem aquelas que vêm de uma tradição assistencialista, que, hoje, ocuparam esse lugar de executar políticas públicas (...)

Cátia: Eu acho melhor definir organizações da sociedade civil do que ONG, porque a ONG hoje é a organização não governamental e aí entram (...)

Leandra: A ONG é um pedacinho.

Cátia: Aí entram todas, entram, inclusive, as fundações.

Leandra: Não, não, não, não! Depende. Por exemplo, olha a ONG tradicional. Da onde surgiu o termo ONG? Então, ONG vem para alegar que é não-governamental. Por quê? Porque se tinha uma visão política de que o Estado era corrupto, de que o Estado só atendia aos interesses do capitalismo e então vem a ONG, a organização não governamental. E ela vem, ela deve vir dos anos 60. Ela vem de uma visão, entendeu, que é do quê? Que é de se contrapor àquela concepção de governo que defendia os interesses do capitalismo.

Alice: Do capital.

Silvia: A ONG, então, surge de um movimento de contraposição ao governo?

Leandra: Então, essa ONG vem de um movimento político de garantir os direitos do trabalhador. Então, ela tem um lugar!

Cátia: E vem também para se contrapor às organizações que existiam na sociedade.

Alice: De filantropia.

Leandra: De filantropia e de assistencialismo.

Cátia: De filantropia e que eram uma extensão mesmo política, né, dos políticos. Que eram as sociedades amigos de bairro, eu me lembro bem do nome, desse rompimento, né.

Leandra: Isso, isso, dessa briga! Então, por exemplo, a Associação dos trabalhadores X era uma ONG típica e ela vem se contrapor à Sociedade amigo do bairro, que também era uma organização da sociedade civil, só que vem de uma outra trajetória. Que é do quê? Dos políticos, de fazer campanha eleitoral (...)

Alice: De ser um degrau para algo, né?

Cátia: Por política, né.

Leandra: Isso! Então, essas associações (...) Tanto é que a gente usava o termo Associação de morador, para se contrapor às sociedades, à Sociedade amigos de bairro. Então, começou a se chamar Associação de morador, que tinha um perfil mais de ONG. Porque essas Associações de morador, elas vinham para se contrapor a uma série de posturas do Estado.

Cátia: Mas ela também (...) Ainda tem uma outra coisa! Antes eram movimentos, né. Quando elas se transformaram em ONGs, já foi no processo de profissionalização, de institucionalização, né.

Leandra: Isso mesmo. Para poder receber dinheiro.

Cátia: Os movimentos populares, os movimentos sociais, eles precisavam receber verba. Eles precisavam se institucionalizar, ter personalidade jurídica. E aí é onde surgem as ONGs. Tem esse perfil, também.

Leandra: E isso não é um caminho negativo. Isso é um caminho, acho que natural.

Cátia: Da organização social.

Leandra: O problema, daí, é uma outra história, né. O problema aí é como é que se dá a mobilização da sociedade. O movimento, em alguns momentos aí da nossa história, o movimento social ele é uma forma de mobilizar a

sociedade pela luta de alguma coisa, né. Essa mobilização da sociedade, que eu acho que aí (...) Vixe! É uma outra tese, né (risos), é uma forma de esvaziar essas lutas.

Cátia: Eu gostaria de contar uma história, posso contar? Eu sempre conto esta história, porque eu acho que tem que contar. A Beltrana de Souza é uma escritora mexicana e ela faz um trabalho em 1989. Em um livro que ela dá o título de “xxxx”. Ela faz - em 89 isso, hein? Em 90. Em 1990! Ela faz uma análise do movimento internacional, especialmente daquela tabela xxxx. Lembra daquela tabela? Aqui vai dois, aqui vai um?

Leandra: Não, não vou lembrar.

Cátia: É essa tabela xxxx que fazia isso aí. Que analisava a distribuição dos blocos econômicos. Então, os Estados Unidos controlavam a América Latina. A Comunidade Européia controlava determinado território, né, a África, enfim, o continente africano. Na Ásia, então, tinham os tigres asiáticos, né. Então, o mundo era distribuído para esses poderes econômicos. E na América Latina tinha o quê?

Leandra: E isso tinha mesmo, né? É que agora já passou tudo isso e os Estados Unidos dominou tudo (risos).

Cátia: Então, exatamente. Então, tinha esse período em que essa mulher escreveu esse livro, que falava das doutrinas. Lembra das doutrinas? As

doutrinas de baixa intensidade, de conflitos, de segurança nacional dos Estados Unidos. E tinha conflitos de baixa intensidade e conflitos de alta intensidade. Os conflitos de alta intensidade exigiam dos Estados Unidos uma intervenção militar, né, com pessoas, exército. E os conflitos de baixa intensidade exigiam uma outra intervenção, não militar, de (conduíte). Aí, o que ela faz? Ela traz o relato de um documento do encontro do exército latino americano, né, com parceria dos Estados Unidos. O que esse encontro discute? Ele discute a questão da segurança nacional na América Latina e fazem a seguinte análise: que o que havia aqui eram conflitos de baixa intensidade e precisaria de uma intervenção. E quais eram os pontos que precisariam ser combatidos? Era a teologia da libertação e os centros de organização popular, centros de referencia popular. Então, esses dois eram os grandes alvos, né. Não era o comunismo, não era o socialismo e tal.

Leandra: Nossa! E aí quem removeu isso foi a igreja católica mesmo, né?

Cátia: Não, não! Calma aí, calma aí. Quais são as estratégias?

Leandra: Esse papa acabou com a teologia da libertação (risos).

Cátia: Não! Não! Eles definem estratégias. Eu tenho, inclusive, guardado o livro, porque eu usei no meu mestrado. Eu estava trabalhando na Associação R, na época, e começaram a sair uma série de publicações no jornal O Estadão, que eram assim: comunidade e solidariedade internacional, as

comunidades de cooperação internacional estavam sendo acusadas - e todas as ONGs aí - de conspirar contra o governo do Brasil.

Leandra: no apoio às ONGs?

Cátia: É, no apoio às ONGs, que era um complô internacional para desestabilizar a política brasileira.

Leandra: Isso era? Isso é ditadura.

Cátia: Isso era em 1987.

Leandra: Ah, já era fase de democratização.

Cátia: Em 1987 isso aconteceu. Em 89, eu tive acesso a esse livro. E aí eu tenho várias publicações que eu resolvi guardar, porque estavam lá todas as instituições que apoiavam a gente, né.

Alice: Sendo denunciadas?

Cátia: Sendo denunciadas neste complô internacional, aí. Quando eu li esse livro, aí eu compreendi o que estava acontecendo. Aí colocou os pingos nos "is". Por quê? Porque qual era a estratégia de desmantelamento dessa força, desse conflito de baixa intensidade que fazia parte do tema da doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos?

Leandra: Que era desestabilizar as iniciativas que apareciam.

Cátia: Desestabilizar todas essas iniciativas. Então, eles definiram algumas estratégias. Uma delas era fragilizar todos os centros de educação, os centros de direitos humanos, fragilizar essas instituições.

Silvia: E como podemos definir, chamar essas organizações, esses centros que tinham um movimento de luta?

Leandra: Todas essas eu considero que são ONGs, porque elas têm uma origem de luta contra o capitalismo.

Cátia: Contra o capital.

Leandra: E existem muitas hoje, a maioria das que estão na ABONG, hoje, ainda tem essa função.

Silvia: Você acha que ainda funcionam assim?

Leandra: Estão em crise, estão em crise.

Alice: Estão em crise por conta de recurso, né, porque elas também não podem  
(...)

Cátia: Não só (...).

Leandra: Não! Não! Estão em crise porque elas não têm alternativa.

Cátia: Porque não tem um projeto político.

Leandra: Não têm projeto político! É isso o que a gente está falando.

Cátia: Não tem o guarda-chuva que abre (...)

Leandra: Essas ONGs, antes, quando elas se contrapunham ao sistema econômico (...)

Cátia: Elas tinham um projeto político.

Leandra: Elas tinham um projeto político alternativo, que era o socialismo, né. Hoje, elas continuam se contrapondo ao sistema capitalista (...)

Cátia: Sem um projeto.

Alice: Sem um projeto, né?

Leandra: Hoje, por exemplo, elas estão vivendo uma grande crise, que é: com esse discurso anti-capitalista, como elas vão sobreviver, se quem está financiando hoje as iniciativas são as empresas? Então, como? Essa é uma

grande questão para a ABONG, uma grande questão. Quem sustentava as ONGs nos anos 80? A cooperação internacional. Quando ela sai e joga isso para os próprios países, quem que vai assumir? Quem tem dinheiro nos países, que são as empresas.

Cátia: Mas você vê o discurso, como o discurso dessas entidades de cooperação internacional também já tinha sido afetado por essa organização aí, né. Porque olha só, o que começa a acontecer? Fragiliza-se! De que forma fragilizando? Retirando os apoios financeiros - uma das formas, né. Então, começaram a direcionar, porque havia um movimento internacional também, né, do leste europeu se fragilizando, da África agravando a situação de pobreza e tal. Com isso, migraram todos os recursos para aquela região e começaram a deslocar os recursos daqui. A outra estratégia era a infiltração, ou multiplicação de religiões, de seitas religiosas e tal. Foi um "boom". Aí a igreja começa, a igreja ficou conservadora, desde (Puebla). Ela começou, já, a fechar no Vaticano.

Leandra: Pois é. Em tudo, a igreja católica teve um papel super legal.

Cátia: O Concílio Vaticano teve um papel assim. De quando é o Concílio Vaticano? De 66, né? Começaram as comunidades eclesiais de base, fez isso, olha (*gesto com as mãos*), abertura. Em Puebla, em 78, aí já começou a fechar.

Leandra: Então, só para (...) A época dos movimentos sociais, que hoje a gente pode ter uma visão - inclusive - saudosista, achando que este é o caminho mais legítimo de luta, na verdade eles existiram e aí a igreja católica teve um papel fundamental para mobilizar. Você olhava lá no movimento de creche: era o povo da igreja! Você ia lá para as comunidades eclesiais de base: era o povo da igreja. Você ia para os sindicatos (combativos) dos anos 70, 78: era o pessoal da igreja.

Silvia: E as pastorais?

Leandra: A pastoral da criança, do menor, a pastoral da juventude da onde eu vinha. A ONG da onde eu vinha era da pastoral da juventude. Quer dizer, a própria igreja, ela, dentro desse projeto – neoliberal, inclusive, né – e com o de segurança nacional, a igreja vai (...) Hoje ela não segura mais isso, né. Ela tem uma luta interna, também, entre o mais conservador e o mais avançado. E está perdendo. A ala mais avançada da igreja católica está perdendo feio!

Cátia: Agora, com esse papa aí: fechou!

Leandra: Culminou com esse papa.

Cátia: Ele é extremamente conservador, ele bateu pesado contra a teologia da libertação, ele foi um dos responsáveis pela saída do Boff. Levaram o Boff, que era uma expressão dentro da igreja católica, da teologia da libertação e tudo mais.

Alice: Eles estão tirando muita gente, né, de dentro da igreja. Todas as pessoas mais progressistas.

Cátia: Todas as pessoas que representam esse segmento, né.

Leandra: Então, só para a gente ver como o grande problema não é a empresa privada (risos).

Silvia: E vocês acham que há algo que possa ser apontado como o grande problema?

Alice: é o projeto, né.

Leandra: É o projeto que está colocado hoje para a sociedade, porque a própria igreja católica hoje caminha (...) Porque eu estou sentindo que a gente está, que as forças mais avançadas, progressistas na sociedade, estão perdendo o terreno. Hoje a gente está vendo, lá na Fundação Beta, que apesar de todos esses esforços que a gente levantou, que sabe que é assim, né. O Fulano de tal, eu acho que tem um papel importante aí. As forças conservadoras estão fortes. Tem um ressurgimento, hoje, aí, das forças conservadoras, né. Você vê aí o próprio PP, a situação no senado (...) Quer dizer, a gente está vivendo um momento muito difícil no mundo, né.

Alice: Triste, eu acho até. A gente perdeu o chão, né, a referência. A gente está sem projeto. É esse o grande problema. E isso fragmenta, porque todo mundo parte para todo lado.

Cátia: Agora, é interessante, porque aí a gente pega assim: bom, esse movimento aí que é de fragilização, ao mesmo tempo em que devia (...) Vamos dizer assim: bom, vindo dos Estados Unidos, era um projeto de extrema direita. Fragiliza a esquerda dos países que estavam se organizando e tal. O que aconteceu? Eu estou aqui falando mais alto, né? Nesse momento, fragilizando, essa estratégia de dissolver todo esse movimento político, foi o ano em que o Lula quase ganhou contra o Collor, né.

Leandra: Isso foi em oitenta e?

Alice: 88, 89. Foi em 89!

Leandra: É. Foi em 89, porque eu estava grávida de seis meses do meu filho.

Cátia: Foi em 89, porque eu lembro que eu estava na Associação M e a Associação M foi assaltada. No dia 4 de outubro ela foi assaltada. E aí eu mandei uma conta para o pessoal da Organização B, né, lá da Europa, pedindo, falando para eles que tinham levado todos os nossos equipamentos, né, da Associação M. E eles responderam para mim dizendo assim: que o que estava acontecendo, não era só com a Associação M. Tinha acontecido isso em várias outras instituições. Tinha acontecido isso em outros centros de

atendimentos humanos. Foram assaltos. E eles estavam levando o que? Equipamentos! A máquina, né, para você trabalhar. Naquela época eu entendi, por essa resposta que eles deram para a gente, que fazia parte desta estratégia de fragilização. Porque eram assaltos muito estranhos. Eles não levavam cheque, não levavam nada. Levavam todos os equipamentos. Levavam máquina de escrever, máquina fotográfica... Eu lembro que a nossa da Associação X estava emprestada lá na Associação M. Então, foi uma tentativa de fragilização de todos os tipos, né. E arrebentou! Por quê arrebentou? Porque tinha que pedir mais verba para recompor aquela instituição. E significava um tempo que você perdia, né. E como todas as ONGs daquela época eram consideradas sedes do PT, porque era aonde aconteciam as reuniões dos movimentos, os núcleos. As reuniões dos núcleos do PT, né, aconteciam nessas ONGs. Então, era preciso fragilizar, porque você perdia tempo, né. Foi o período que, na eleição, o Collor e o Lula quase chegaram lá e o Lula perdeu. Enfim. Então teve um movimento internacional com certeza, para a desestabilização dessa organização social crescente.

Leandra: Que são as ONGs que, hoje, que eu continuo dizendo: essas sim são ONGs! Na origem do termo ONG. Porque se você for na leitura simples do termo, “organização não-governamental”, tudo cabe aí também. Agora, se você for olhar na origem do termo, no sentido do termo na história, não é tudo que cabe aí. Só cabe aí aquelas que têm essa trajetória, que ainda hoje (...) Tanto é que existe a ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. E lá existe um perfil de organizações, que são essas que estão em crise hoje, que eu acabei de contar para vocês, né. Que hoje eles

estão tendo que recorrer às empresas. É a única fonte de recursos, além do governo, e eles, para eles, isso é uma contradição. Isso é muito complicado. Eles precisam desta fonte de recursos que é a empresa privada que dá. Por outro lado, eles ainda têm toda essa visão de capitalista, mas por outro lado, não têm projeto alternativo, então é uma situação complicada. Então, essa é a ONG! Agora (...) tem outras.

Cátia: Agora, o projeto neoliberal faz um “golaço” com relação às organizações não governamentais, com essa desestabilização toda, né. Por quê? Porque você quebra toda uma organização civil e um fortalecimento, para que as empresas tenham uma outra leitura do seu papel social. Então, eles fazem gol, né. Eles conseguem reestruturar a sociedade civil, mas (...)

Leandra: E, até, essa é uma discussão do terceiro setor (...) É um conceito a-histórico, né. Você equipara todo mundo, chama todo mundo pelo mesmo nome e você tira a história destas organizações.

Cátia: Todo mundo é terceiro setor.

Alice: E você viu? É uma preocupação norte americana, né, que vem com o projeto xxxx.

Leandra: É, eu vi!

Alice: É aquele livro privado, porém publico, que pega e junta todo mundo em um balaio de gato.

Cátia: É tão forte a 'a-historização' (risos). Como é que se fala? É tão forte essa retirada da história, que aí eu entro de volta aqui para a Fundação Gama. É uma das coisas que mexe muito comigo, que é a falta de corpo na história, que é o terceiro setor. Ele se apropria de tudo e apaga a história. Você lê e você não tem referências teóricas. Você lê os conteúdos que eles abordam e eles não citam nada lá. Mal citam Paulo Freire em uma frase aqui ou ali, é um ou outro autor aqui ou ali. Assim, nós obedecemos (...) Por exemplo, na Fundação Gama, eles obedecem um referencial teórico que vem desde a modernidade. Traz lá José da Silva, né, João dos Santos, passa por João dos Santos, atualmente, né - é mais recente - pega alguns autores e tal. Mas pega o manual com a proposta da Fundação e vai ver o referencial teórico! Vai ver! Não tem nenhuma, lá, não tem uma única referência bibliográfica que você possa ir lá localizar. Eu quero estudar o material de João dos Santos e não sei em que livro que ele fala. Todos os autores que eles citam, eu quero estudar o material e eu não sei aonde encontrar, porque eu tenho que ler todos para localizar, né, aonde é que eles estão. Então, não tem referência histórica, não tem referência. E então, né, eu fico pensando... Quê história? Como que é isso na individualidade? Propriedade, mas você só cita os nomes, mas você não dá referência para fazer o seu percurso e fazer a sua reflexão, né. Não reconhece os processos históricos! Eu me lembro, uma vez, lá na Fundação Gama, que se falou isso, mesmo! Está escrito, inclusive, que a proposta é pegar o que há de melhor do capitalismo e o que há de melhor do socialismo e fazer uma nova

história! Uma nova era! Então, é isso o que está se colocando, né. O que há de melhor em cada um. Só que é o que há de melhor em cada um sem situar historicamente como que isso chegou, né. Eu acho que não se reconhecer na história é ruim para a consciência.

Alice: Por isso que todo mundo fica sem base, né.

Leandra: ONG, olha gente, ONG, eu falo, não é ONG, entendeu? Eu acho que a gente têm que bater esse martelo, porque dentro do terceiro setor, dentro do assim chamado terceiro setor, aliás (...) Aliás, eu acho que é assim que a gente tem que pensar isso: dentro do assim chamado terceiro setor, tem várias organizações. E cada uma tem a sua história. O que hoje acontece, quer dizer, a gente também está em um momento de ebulição. Muitas dessas organizações que têm tradição (...) Eu acho que aí tem a constituição federal de 88, gente, que a gente precisa valorizar (risos). Porque ali, dentro da constituição de 88, tem uma concepção de democracia participativa, que é uma alternativa dentro do capitalismo. Não estamos falando de socialismo, mas é uma alternativa.

Cátia: Que já é transfigurada, né, eu acho. Mas ainda tem. Ainda tem por causa dos conselhos.

Leandra: Aí tem muita coisa. Todos os conselhos (...) Então, essa visão de que a população tem que participar da gestão da política pública, ela é muito legal. E tem muita organização, não necessariamente ONG, de atendimento,

executora, que hoje está tendo clareza disso. Então, hoje está deixando de fazer só o seu atendimento. A Fundação Alpha tinha uma mescla disso. Então, ela é esquizofrênica, porque ela tem uma origem entre sindicato e empresa, que vem de histórias completamente diferentes e que se juntam, né.

Cátia: De interesses.

Leandra: Ali, você já tem essa junção desses interesses tão diversos, né. Além disso, a Fundação Alpha, também ela vem nessa visão de organização hoje, que não é ONG e não é pura executora assistencialista. Então, ela é uma soma das duas coisas. Ela executa, faz o atendimento, mas ela sabe que tem que estar nas instâncias de participação, de decisão, de construção de política pública. Então, o que a Fundação Alpha fez ou procurou fazer naquela época, e lutou por isso (...) porque daí também, por exemplo, a tendência de um empresário que tem uma visão muito estreita de gestão, ele acha que essa participação é perder tempo. Ele tem que atender, tem que ter número, né. E o sindicato, não! Ele vem de uma tradição de ONG, de muita política. Então, ele traz para a Fundação Alpha essa visão de que tem que participar das instâncias políticas sim! Porque era a trajetória das ONGs, né. E ali foi uma luta política o tempo todo. A Fundação Alpha, ela só refletiu uma luta que está na sociedade, que é de interesses, de forças mais conservadoras e de forças mais progressistas, né. Então, na verdade, qualquer instituição representa isso, né.

\*\*\*\*

Silvia: Talvez, na Fundação Alpha, com maior evidência por causa da história de sua origem, vocês não acham?

Leandra: Pois é, porque lá juntou dois atores completamente diferentes. Mas na Fundação Beta, por exemplo. Também lá tem uma luta interna, que acontece entre o próprio empresariado. Então, lá é uma luta interna entre empresários! Aqueles empresários que são mais “\*&%\$#@!\*”, mais utilitários, que querem só a visibilidade. Aqueles que têm uma visão de gestão mais atrasada e aqueles que têm uma concepção de gestão mais avançada, que têm uma concepção de política melhor. Ali é uma luta toda. Infelizmente, na Fundação Beta hoje, a ala mais conservadora está ganhando. Infelizmente, né. Mas teve (...) Por outro lado, toda a sua história é para a ala mais progressista. Então, toda a instituição tem uma história, né, ela tem um jogo de interesses. Isso é o que a gente precisa diferenciar mesmo. Não é ONG, não. ONG é um X. Aí a gente tem as organizações de atendimento, executoras, que têm uma tradição mais assistencialista, que também estão procurando se renovar, que a gente precisa reconhecer, também. Por exemplo, eu estou muito próxima da Associação Madre Joana.

Cátia: Nossa! Bem antiga, né.

Leandra: Pois é. E está tendo uma revelação lá dentro.

Alice: O Fulano da Silva, que é da Fundação Alpha, está prestando um serviço para eles também.

Leandra: Então, eu conheci a Beltrana dos Santos, que é uma senhorinha riquíssima. Ela perdeu o marido, né, ficou viúva. Ela não tinha o que fazer, aí falou: “ah, eu vou ajudar alguma instituição”. Ela era amiga do presidente da Associação Madre Joana e o presidente falou “vem, então, ajudar”. E ela foi. Aí, ela conta a trajetória dela, né. Ela conta assim “aí eu comecei a olhar as coisas, né” (...)

Cátia: Não é uma que foi entrevistada há pouco tempo no programa X de televisão?

Leandra: Não sei. É uma (descreve)...

Cátia: Ela foi entrevistada lá no programa.

Leandra: É? Eu fiz um curso de um ano e meio com ela, por isso que eu conheço. Eu comecei entortando o nariz. Eu falei assim “não acredito que eu vim fazer um curso com a Associação Madre Joana” (risos). Gente, aquela mulher deu uma lição de vida em todo mundo, porque ela foi contando a história dela e dizia “eu cheguei na Associação Madre Joana, olhei aquelas coisas e eu senti que tinha uma coisa errada. Mas eu não conseguia entender o que tinha de errado! Aí, um dia eu conheci a moça que tinha sido assessora da secretaria xxxx. Eu nem lembro o nome da menina, mas ela foi da equipe técnica da secretaria xxxx. Daí essa pessoa começou a me dizer o que estava errado na Associação Madre Joana. E aí, tudo que eu achava errado, que eu

não sabia o que era, eu consegui entender. E agora eu estou explodindo a Associação Madre Joana, mudou um monte coisas”. Vocês olham o equipamento de alguns atendimentos da Associação Madre Joana, você baba! Eles têm apoio da Fundação Beta. Hoje, eles estão montando uma cooperativa de jovens. É um grupo de jovens que está montando uma cooperativa. Eles começaram a mexer com abrigo, dar atendimento em abrigo - que é, também, uma outra história dentro deste terceiro setor, o atendimento em abrigo é uma coisa mais complicada ainda. Eles conseguiram romper todo aquele atendimento conservador. Os meninos começaram a sair do abrigo, a ir para a república e administrar a própria república. Então, o que ela mexeu e está mexendo dentro desta Associação Madre Joana e é um barato. E é uma organização que, tradicionalmente, é conservadora, assistencialista. Mas está tendo um movimento interno de mudança. E hoje, eles estão participando das instâncias de conselho municipal (...) a história da defesa, dos direitos.

Alice: A Associação Frei João também. Eu conheci o coordenador do Associação Frei João e ele também está reformando. Ele entrou para participar do conselho e tudo mais, então, ele está buscando renovar a Associação Frei João e tirar aquela questão tradicional.

Leandra: Agora, o que acontece? – e eu acho que aí tem uma contradição. Às vezes, mesmo essas organizações, você olha lá dentro, para elas, e nota. Elas têm uma postura política interessante. Você fala “puxa, tem 50 anos e está mudando!” Hoje está tendo um monte de coisa legal na Associação Madre Joana. O atendimento em abrigo que eles fazem, por exemplo, é um dos

melhores que tem hoje na cidade de São Paulo. E tem essa tradição! E, às vezes, dentro tem uma gestão conservadora. Então, a gente tem mesmo isso de ter um discurso. A Cátia até falou um pouquinho disso. É que lá não é coerente, né, quer dizer.

Silvia: Como é que fica, na opinião de vocês, essa questão do discurso em relação aos meninos?

Leandra: Então, quer dizer, tem um discurso para os meninos. Por exemplo, de autonomia, de participação. Isso a gente discute muito com as organizações que são apoiadas pela Fundação Beta. A organização tem um discurso de protagonismo juvenil, dos meninos participarem. Só que os meninos não conseguem participar de uma organização, porque se a garotada começa a questionar, a organização começa a desequilibrar. Não dá conta deste questionamento da garotada. E daí acaba afastando o menino ou tem dificuldade de relacionamento com ele. Por quê? Porque aceitou o discurso “eu quero fazer protagonismo juvenil porque está na moda” (risos).

Cátia: Porque não é fácil você sair.

Alice: Na hora de fazer.

Leandra: Isso é que dá! Na hora de fazer (...) Tem um monte de organização entrando na maior crise por causa disso. Estimula o menino, fala para ele participar (...)

Cátia: E na hora que ele vem!

Leandra: Quando ele vem a organização fica apavorada. E tem uma organização, por exemplo, que se chama Organização S. Ela começou assim: fez lá o agente jovem, que é baseado no Antonio Carlos Gomes da Costa, né. É um programa do governo federal. Então, fez lá o agente jovem, que era estimular a participação na comunidade. Daí, os meninos começaram a questionar a Organização S, começaram a questionar e questionar. Só que a Organização S conseguiu administrar este questionamento. Hoje, gente, ela tem três jovens na diretoria da organização, né. Eles foram administrando o grau de participação, a ponto de ter, hoje, três jovens que são diretores da organização. Olha que legal! Agora, isso faz parte dessa luta que a gente tem o tempo todo, né. Essa organização, por exemplo, ela se abriu para esse processo de transformação, de mudança, o que não é fácil!

Alice: Não é fácil!

Leandra: Sabe por quê? Dói para as pessoas (...)

Alice: Dói!

Cátia: Ela perde o chão dela. A pessoa, ela tem os parâmetros ali. E para seguir o rumo dela, ela se baseia em parâmetros. De repente, alguém chega e

muda aqueles parâmetros, ou quer que mudem aqueles parâmetros e a pessoa não dá conta.

Leandra: É, é. Ela se agarra no que ela conhece.

Alice: Olha, a gente também tem um agente jovem lá na Fundação Delta, que é um desses meninos que eles quiseram por para fora da fundação. E falaram para ele assim “olha, você vai continuar recebendo a bolsa, contanto que você não pise o pé aqui”!

Leandra: Olha, que horror!

Alice: “A gente vai levar lá na sua casa. Você nem vem aqui perguntar se chegou ou se não chegou. Quando chegar, é de nosso interesse entregar a bolsa para você, porque a gente não pode ficar com esse dinheiro parado aqui”.

Silvia: Parece, pelo que você conta, né Alice, que a Fundação Delta se move por preocupações outras, né. Assim. Eu digo, se preocupa com a visibilidade e com a execução de seus projetos de forma diferente em comparação com a Gama, a Beta, e, inclusive, a Alpha, não é?

Leandra: É ruim, né, porque, puxa vida!

Alice: Mas por outro lado, eu fico pensando assim, né. Tudo está uma droga, mas será que o conselho está sabendo disso? Eu acho que não.

Leandra: O conselho dos direitos da criança?

Alice: Não, o conselho da Fundação Delta, mesmo. A própria diretoria, o conselho fundador. Porque têm pessoas muito interessantes no conselho. Mas será que o conselho sabe disso? Então, essas informações não chegam aonde elas deveriam chegar, porque quando chegam, chegam de uma forma maquiada.

Cátia: Como será que é feita a administração? Porque a Fundação Gama, por exemplo, tem um conselho, mas eu não sei como é que funciona. Eu sei que eles chegam até a formação que a gente vai, que é formatar a proposta que a gente vai aplicar nos educadores. Eles fazem um treinamento com o pessoal do alto escalão da Fundação Gama. E eles aprovam se aquela formação está adequada ou não, se corresponde ou não, se vai dar conta, né. Neste projeto que eu trabalho, que é o projeto xxxx, eles, primeiro, fizeram uma fase de teste com a equipe da alta gestão. É interessante. Então, eu fico pensando nos conselhos de uma diretoria, de uma ONG como a Delta – no caso, não é nem ONG. É pior ainda. É uma organização, né, uma fundação, né.

Leandra: É uma fundação empresarial.

Cátia: Empresarial. Mas não é do (...)?

Leandra: Pertence a Delta.

Alice: É da empresa Delta.

Cátia: O conselho, a alta gestão, ela não atua no sentido de saber o que está acontecendo. Ela não faz, ela não tem um modelo de gestão.

Alice: Porque, na verdade, o conselho serve para dar diretrizes gerais para a fundação.

Cátia: Então, mas ele não acompanha! Para dar diretrizes, ele tem que saber se as diretrizes que ele está dando estão correspondendo. Porque é para isso que ele veio, né.

Leandra: Ah, mas na maioria das vezes, os conselhos não funcionam, gente. É igual à diretoria de ONG. Você monta e só um que funciona (risos).

Cátia: É, é. Só para poder dar o nome.

Alice: É só para constar eticamente.

Leandra: Agora, com certeza, tem todo um esforço tanto de trazer a diretoria para os problemas da organização, como trazer os conselhos, também. Na Fundação Beta, por exemplo, tem um conselho maravilhoso, né. Não sei se

vocês já chegaram a ver o conselho da Fundação Beta. Está o José, a Maria, a esposa do João, o filho da Joana (...) Tem um conselho e tanto, mas todo mundo está muito distante da fundação. Tem todo um esforço da Fundação Beta para aproximar essas pessoas. Estão acertando, estão cada vez mais, participando. Estão pensando em mudar o conselho agora. Então, tem um esforço aí de trazer, mas, na maioria das vezes, só tem o nome lá.

Cátia: Você vê? Essas pessoas que você falou também são conselheiros de muitos outros. José também é conselheiro da Fundação Gama.

Leandra: Como é que dá conta, gente?

Todas: (risos)

Silvia: Bom, vamos encerrar, né. Já estou percebendo o cansaço de todo mundo. Foram muitas horas de bate papo. Eu quero agradecer muito a vocês todas pela contribuição. Esta conversa foi muito rica. Foram muitas horas de bate papo com informações, visões, percepções (...) eu diria assim: muito importantes para tentarmos compreender o que acontece em meio a esse (...) labirinto, a essa complexidade, com suas contradições, na prática das organizações. Como se constituem hoje, né. Tem muita discussão aqui para a gente pensar.

\*\*\*\* fim do trabalho em grupo \*\*\*\*

Cátia: E a gente precisa desta discussão. A gente precisa de encontros como esse. Não tem possibilidade desta discussão. Eu estou muito sozinha lá na Fundação Gama.

Leandra: Mas a Fundação Beta está mudando. Esta discussão que nós fizemos aqui de franquia, de metodologia, de construção de conhecimento, por exemplo, eu tinha lá. E a Fundação Beta, por exemplo, chegou a se posicionar contra a franquia! O que eu achei o máximo, né! Mas está mudando (...)

Cátia: A Organização C faz uma declaração “nós não fazemos franquia, não fazemos certificação”, não como uma denúncia, mas demarcando qual é a sua preocupação. E tem uma discussão interessante de um pessoal que fala sobre solidariedade. Eles fazem uma contestação sobre a solidariedade, dizendo que vem de sólido, de solidez. Já, a generosidade, ela é muito mais vinculada à capacidade de iguais. Eu achei legal essa discussão, né, que a solidariedade é muito mais restrita. Não que ela não seja boa. Ela não é censurável, pode despertar a generosidade. Mas ela é muito mais presa ao individualismo e à satisfação pessoal, porque ela é corporativista. Você é solidário para o bem, o bem (...) Apesar de que a proposta da Organização C é voltada para o bem comum, mas ela é preocupada com o interesse corporativo.

Leandra: Ah, mas isso já é conceito, né, Catia? Eu já vi o contrário. Eu vi assim, por exemplo, a contraposição de solidariedade e filantropia. Então, na filantropia, você ajuda aquele que é coitado e que está em uma situação inferior à sua.

Alice: Faz o bem sem pensar em transformação.

Leandra: É. A consequência é isso. E a solidariedade não. Você vê o outro como um igual a você.

Cátia: Mas não transforma, porque também ela é pontual.

Leandra: Também não, mas a qualidade da relação é diferente.

Alice: A filantropia ela é parte da pessoa que dá, tem a pessoa que dá. A solidariedade tem essa questão da pessoa ver o outro em si mesma (...)

Leandra: Mas isso é tudo conceito. Bom, é isso então, né, gente. Valeu, né.

Cátia: Valeu!

Silvia: Obrigada, valeu! Eu gostaria de agradecer a vocês mais uma vez. Acho que para falar da prática das organizações hoje, a gente tem que passar por toda essa discussão que nós fizemos, que é muito rica, né.

Leandra: É muita coisa, né. Senão a gente não entende porque resultou nessas organizações de hoje. A gente tem que pensar em toda essa contradição, porque é assim que se constrói a realidade. Você tem a contradição, ela não está em uma ONG, ela está na sociedade (...)

contradições de interesses, de história, de acúmulo, de conflito, de participação.

Alice: A participação nunca ocorre de forma tranqüila, todo mundo bonitinho, fazendo uma coisa legal. As coisas saem da contribuição que cada um traz e essas contribuições se chocam.

Silvia: O que desperta um movimento é a contradição, mesmo, e sem contradição não tem movimento. Se não tem conflito, não tem movimento. Acho isso tudo saudável.

Leandra: Acho importante entender todo esse processo e lutar por aquilo que a gente acredita ser progressista. É, né? Porque não dá mais para dizer: revolucionário. Há 20 anos atrás a gente falava em revolucionário, mas acho que hoje não dá mais. Hoje a gente tem que falar em progressista, porque é o que nos sobrou. Acho que a gente tem que entender a história para ver onde é que estão as forças progressistas e saber no que a gente tem que apostar, para não cair numa visão muito negativa, né, por exemplo, esse filme que está aí.

Alice: Qual? O do quilo?

Leandra: É, o do quilo, lá.

Silvia: Este filme já deu muito bafafá.

Leandra: Eu quero assistir.

Alice: Eu também (...)

Leandra: Porque ele mexe com tudo que está aí. Mas eu acho que a gente tem que tomar cuidado, porque, às vezes, é uma visão (...)

Alice: Coloca tudo no mesmo saco, né.

Leandra: Tudo no mesmo saco, diz que nada presta, que tudo é interesse e não é verdade.

Alice: Acho que o filme pintou uma caricatura muito forte.

Leandra: Muito simplista. No fim, é uma redução da realidade entre o bem e o mal, e a realidade não é essa. Mas você vê, deve ter um monte de gente que deve ter visto e aí achado que era do bem, ou era do mal.

Todas: (risos)

Leandra: É maniqueísta, eu acho. Eu quero assistir o filme (...)

Cátia: Qual é o nome do filme?

Alice: “Quilo” não sei o quê (...)

Silvia: “Quanto vale ou é por quilo?”. Saiu rapidinho do circuito, é interessante notar isso.

Leandra: É, eu quero assistir, porque acho que ele ocupa um lugar. Ele está mexendo com valores e tudo mais, mas eu acho que tem que cuidar com a visão maniqueísta, porque senão a gente põe tudo no mesmo saco.

Alice: Que é o que você vê por aí, né. Ou você ouve um discurso que só ataca, ataca, ataca as organizações, ou você vê quem defende muito esse outro lado e ONG não é a saída.

Leandra: É, pois é, quem fala que ONG é a saída, não percebe que está dando o maior apoio ao projeto neoliberal. Não é a saída, não! A saída ainda é o Estado, são as políticas públicas. A gente tem que ter uma visão crítica, né, porque, afinal de contas, é o que a gente faz. Eu estou sendo paga pelo projeto neoliberal, meu salário é daí. Quem paga bem hoje, melhor ainda, são as fundações empresarias (...) Mas eu estou super arrasada, viu. Essa animação toda é uma animação histórica, talvez. Porque, pessoalmente, eu estou me sentindo um lixo (risos). Estou muito preocupada com essa guinada à direita da Fundação Beta, estou bem desanimada.

Cátia: Isso me deixa mais angustiada. De repente, me candidatei aí a uma vaga, agora você me fala um negócio destes!

Leandra: Lá você ganha mais, tem mais apoio com ticket e todas essas coisas. Então, a diferença é essa aí, porque infelizmente (...) Infelizmente, viu? Porque a gente está muito insatisfeito, muito zangado.

Cátia: Eu imagino!

Leandra: Tanto é que, assim, uma orientação deles, nos processos seletivos, é identificar as pessoas menos críticas. Contrataram uma consultoria de RH para desenvolver competências. Essa consultoria veio falar que, depois que ela avaliou todo o quadro de funcionários da fundação, achou que muitos dos processos que seriam complicados dentro da Fundação Beta era porque a equipe técnica era muito crítica. E daí, olha só, falaram que nos próximos processos seletivos vão tomar cuidado com o perfil. Não falaram, né, em “pessoas mais críticas”, eles não falaram isso. Mas cuidar para, nos processos seletivos, indicar pessoas com um perfil mais adequado à Fundação Beta. Agora, eu acho que o que acaba acontecendo é que toda a pessoa que tem uma visão pequenininha, ela começa a se perder. A Fundação Beta, se diminuir essa visão dela, ela vai se perder, ela vai deixar de ter essa visibilidade toda. Uma visão pequenininha acaba se perdendo. Eu acho que a tendência dela é não ter tanta visibilidade, porque ela vai se fechar.

Cátia: É uma pena, né.

Leandra: Era uma referência, né.

